UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JARDSON EDSON GUEDES DA SILVA ALMEIDA

GASTO PÚBLICO E SUA INFLUÊNCIA NO ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS

RECIFE – PE
2016

JARDSON EDSON GUEDES DA SILVA ALMEIDA

GASTO PÚBLICO E SUA INFLUÊNCIA NO ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos.

Coorientador: Prof. Ph.D. Luiz Carlos Miranda.

RECIFE – PE
2016

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A447g Almeida, Jardson Edson Guedes da Silva
Gasto público e sua influência no Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde dos municípios pernambucanos / Jardson Edson Guedes da Silva Almeida, 2016.
110 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos e Coorientador Prof. Luiz Carlos Miranda, Ph.D.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.
Inclui referências e anexos.

1. Despesa pública – Política governamental. 2. Administração pública. 3. Saúde pública - Administração. 4. Administração municipal. I. Vasconcelos, Marco Tullio (Orientador). II. Miranda, Luiz Carlos (Coorientador). III. Título.

657.6 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2016 – 0031)

"GASTO PÚBLICO E SUA INFLUÊNCIA NO ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS"

Jardson Edson Guedes da Silva Almeida

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 29 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Orientador/ Presidente: Marco Tullio de Castro Vasconcelos (Dr.)

Examinador Interno: Aldemar de Araújo Santos (Dr.)

Examinador Externo: Adriana Fernandes de Vasconcelos (Dra.)

Aos meus pais, João Batista e Antonina Guedes, com o mesmo amor e carinho que sempre me dedicaram.
À minha esposa, Janaina, pela paciência e contínuo incentivo e carinho.
Ao meu filho, Júlio César, que, mesmo em sua inocência, me transmitiu sabedoria e forças durante esta jornada.
Aos meus irmãos, Jackson e Jefferson, que sempre me apoiaram, mesmo nos momentos mais difíceis.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, o mínimo que posso fazer é agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que eu conseguisse chegar a mais esta conquista. Vocês foram essenciais neste árduo, longo, porém feliz caminhar.

Dissertação concluída, finalmente! Digo isso porque se, para todos, o mestrado se resume a dois anos, para mim significou quatro anos, devido à desistência no primeiro biênio e aprovação em uma nova seleção.

Agradeço a Deus por ter me concedido o dom da vida e por ter me proporcionado tudo o que foi necessário para a concretização deste sonho. Nos momentos mais difíceis, foi a Ti que entreguei todas as coisas e fui contemplado com força e coragem para continuar lutando e superando desafio a desafio.

Grato à minha família. A Janaina, que, durante estes quatro anos de inúmeras viagens, de ausências constantes e de um nível de estresse sem igual, soube ser forte, encontrando sempre uma palavra de força, de incentivo, que me faziam não desistir, embora essa fosse a vontade em muitos momentos. O seu amor, cuidado e carinho por mim me fizeram seguir para que, juntos, chegássemos a este momento de comemoração. Ao meu filho, Júlio César, que, apesar de tão pequeno, com o seu sorriso inocente, me encorajava a seguir em frente, mesmo quando era necessário ficar distante devido às aulas. Papai esteve distante de ti, não deu a atenção que você merecia no início de sua vida, mas era para o bem do nosso futuro. Vencemos juntos. Vocês foram fundamentais nesta difícil jornada.

Grato a meus pais, João Batista e Antonina, que me deram a base educacional nos meus primeiros anos de vida, que nunca me deixaram faltar o melhor em termos de escolas e materiais didáticos, bem como de suporte familiar para que tenha crescido pessoal e intelectualmente. Tudo o que hoje sou, conquistei, serei e ainda conquistarei, devo tudo a vocês. Obrigado por tudo.

Agradeço aos meus irmãos, Jackson e Jefferson, pelas palavras de carinho e de conforto nos momentos em que eu mais precisei, principalmente quando do meu retorno ao mestrado. Vocês foram essenciais para esta volta ao mestrado e conclusão deste projeto.

É preciso, também, ser grato a toda a equipe de funcionários da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pela contribuição, de forma direta ou indireta, na realização deste sonho.

Reconheço a importância do companheirismo dos colegas de turma em 2012 (Clayton Julião, Edna Melo, Lavoisiene Lima, Leandro Lopes, Marco Granha e Regiane Cunha). Destaco, ainda, dentre estes, os moradores e os frequentadores assíduos da famosa “batcaverna” (Francisco Carlos Filho, Karenn Patrícia, José Augusto Monteiro, Lucivaldo Lourenço e Paulo César), por toda a cumplicidade durante o mestrado. Agradeço, também, aos colegas Ivo Alves, Márcio Balduchi, Rodrigo Lins e Valéria Regina, pelos bons momentos vividos no tempo em que conosco conviveram.

Da mesma forma, agradeço a receptividade e apoio de todos os colegas da turma de 2014 do Mestrado em Ciências Contábeis (Aline Rúbia, Cosmo, Dayvison Spíndola, Douglas

Almeida, Gustavo, Félix Júnior, Marina Fidelis, Priscila, Vanessa, Lívia Carrascoso, David, Nadielli, Marco Túlio, Eddie Raoni). Vocês foram fundamentais para que eu chegasse ao final desta jornada.

Que esta amizade construída à base de "sofrimento" na sala de estudo do mestrado, na "batcaverna" e nas próprias salas de aulas ou nas lanchonetes, nos poucos momentos de descontração, permaneça entre nós por muitos anos.

Agradeço especialmente a Lavoisiene Lima. Uma amiga para todas as horas! Companheira de viagens e de mestrado em 2012. Sofremos muito juntos e nos arriscamos mais ainda nas viagens diárias Caruaru-Recife-Caruaru pelo menos três vezes por semana. Meu muito obrigado pela sua amizade e carinho de sempre!

Agradecer aos meus colegas de trabalho, Sônia e Henrique, por terem dado o suporte necessário quando de minhas ausências para frequentar as aulas do mestrado. Sem o apoio e compreensão de vocês, este sonho não teria se realizado.

Agradeço aos amigos professores, que me incentivaram a investir nesta carreira acadêmica e me deram o suporte, sempre que necessário, para a conquista de mais este título. A vocês, meu muito obrigado: Ismael Barreto, Josimar Cordeiro, Tadeu Sande, Pablo, Cássio, Paulo Nilo, Gustavo Galvão, Rafael.

Sou grato aos professores do programa, que dividiram seus saberes ao longo deste percurso. A TODOS vocês, meu MUITO OBRIGADO.

Reconheço e agradeço especialmente ao Prof. Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos, que aceitou assumir a orientação de meu trabalho e me ajudou a conduzi-lo a este final. Sou grato por ter compartilhado sua experiência e conhecimentos e, mais ainda, por sua confiança nas duas oportunidades em que estive no mestrado!

Ao Prof. Ph.D Luiz Carlos Miranda, pela contribuição excepcional que prestou na construção desta pesquisa, com toda sua experiência e conhecimento, de modo sempre afável e motivador! Agradeço muito sua paciência e resposta sempre pronta aos questionamentos apresentados.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da UFPE, que tanto me ensinaram nestes quatro anos, especialmente ao Dr. Aldemar de Araújo Santos, Ph.D Cláudio Wanderley, Dr. Jeronymo Libonati; Ph.D Juliana Meira, Ph.D Luiz Carlos Miranda e Dr. Raimundo Nonato, destacando, dentre tais professores, o Dr. Marco Túlio e a Dra. Umbelina Lagioia, por todo o apoio nos momentos mais difíceis enfrentados por mim nesta jornada.

Agradeço aos integrantes da Secretaria do Mestrado, em especial a Sebastião Luciano da Silva, por toda sua atenção e disponibilidade em nos ajudar sempre que necessário.

Agradeço aos amigos dos quais tanto me distanciei durante o mestrado, pela paciência e apoio, mesmo nos meus momentos de ausência.

Agradeço aos professores do Centro Universitário Tiradentes (Unit), em especial aos meus amigos Alexandra Vieira e Anderson Barros, pelo incentivo constante e pela troca de experiências durante este período trabalhando juntos.

Um obrigado especial ao funcionário da Prefeitura Municipal de Inhapi, Aritson, especialista em saúde pública, que foi decisivo nas explicações sobre o IDSUS.

Especial agradecimento ao professor Adhemar Ranciaro Neto, que contribuiu no tão difícil momento de tabulação e análise dos dados. Sem suas explicações, jamais teria conseguido finalizar este trabalho.

Por fim, agradecer aos avaliadores desta dissertação, Professora Adriana Fernandes e Professor Aldemar de Araújo, pelas valiosas contribuições ao trabalho.

A todos que contribuíram de alguma forma neste longo caminhar, OBRIGADO por vocês me ajudarem a chegar até aqui!

“Na vida, não vale tanto o que temos, nem tanto importa o que somos. Vale o que realizamos com aquilo que possuímos e, acima de tudo, importa o que fazemos de nós!”

(Chico Xavier)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os gastos públicos e a sua influência sobre o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS) nos municípios pernambucanos. Para o alcance de seu objetivo, o estudo utilizou-se de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio de pesquisa documental. Quanto à sua abordagem, a pesquisa caracteriza-se, também, como de natureza quantitativa, fazendo uso de técnicas estatísticas tanto na coleta quanto no tratamento de dados. O trabalho teve como objeto de estudo os municípios pernambucanos pertencentes ao grupo homogêneo (GH) 6 do IDSUS, composto de 136 municípios, no entanto, apenas 128 compuseram a amostra, haja vista 8 deles não dispuserem de informações na base de dados pesquisada. Coletaram-se as informações relativas aos gastos sociais dos municípios pernambucanos na base de dados pública Finanças do Brasil (FINBRA), disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Coletaram-se dados correspondentes aos gastos públicos durante os anos de 2008 e 2011. Transformaram-se as informações de gastos públicos municipais em variáveis *per capita* com a divisão pela população do município. Em seguida, atualizaram-se os valores *per capita* pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Para obtenção dos resultados, utilizou-se de regressão linear com dados em painel. Utilizaram-se seis construções que mesclam as variáveis presentes no estudo com base no modelo de efeitos aleatórios, no modelo de efeitos fixos e no modelo dos mínimos quadrados ordinários agrupados. O estudo teve como variável dependente o IDSUS e como variáveis explicativas o gasto com saúde *per capita* (GSAU), gasto com prevenção *per capita* (GPREV), gasto com assistência hospitalar *per capita* (GASSISTH), outras despesas com saúde *per capita* (GODS), gastos com educação *per capita* (GED), gastos com infraestrutura urbana *per capita* (GINFRA), gastos com saneamento básico *per capita* (GSAN) e gastos com agricultura *per capita* (GAGR). Após a aplicação dos modelos de regressão, optou-se pelo método de efeitos fixos, ficando identificado que apenas a variável gasto com prevenção relacionada à saúde tem impacto positivo sobre o IDSUS.

Palavras-chave: Gasto público. IDSUS. Municípios.

ABSTRACT

This study aimed to analyze public spending and its influence on the Performance Index of the Unified Health System (IDSUS) in Pernambuco municipalities. In order to achieve its objective, the study used a descriptive research, with a quantitative approach, conducted through documentary research. As for its approach, the research is also characterized as quantitative, using statistical techniques both in collection and processing of data. The study had as studying object Pernambuco municipalities belonging to homogeneous group (GH) 6 of IDSUS, composed of 136 municipalities, however, only 128 were included in the sample, considering 8 of them do not hold information in searched database. Information regarding social spending of Pernambuco municipalities were collected from public database Finances of Brazil (FINBRA), available from National Treasury Secretariat (STN). Data corresponding to public spending during the years 2008 and 2011 were collected. Information of municipal expenditures were transformed into variables per capita with the division by municipality's population. Then values per capita were updated by General Price Index – Internal Availability (IGP-DI). To obtain the results, linear regression with panel data was used. It was used six constructions that mix the variables in the study based on random effects model, fixed effects model and pooled ordinary least squares model. The study had as dependent variable IDSUS and as explanatory variables spending on health per capita (GSAU) spending on prevention per capita (GPREV) spending on hospital care per capita (GASSISTH), other expenditure on health per capita (GODS), spending on education per capita (GED), spending on urban infrastructure per capita (GINFRA), spending on basic sanitation per capita (GSAN) and spending on agriculture per capita (GAGR). After applying the regression models, it was chosen the fixed effects method, getting identified that only the variable spending on prevention related to health impacts positively on the IDSUS.

Keywords: Public Spending. IDSUS. Municipalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição percentual dos gastos em saúde – 1995 a 2011 30
Figura 2 – Composição do IDSUS 38
Figura 3 – Forma de cálculo do IDSUS 39
Figura 4 – IDSUS por estado brasileiro – 2011 40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de avaliação do IDSUS 36
Quadro 2 – Indicadores adotados para compor o IDSUS 37
Quadro 3 – Índices que compõem o IDSUS 38
Quadro 4 – Municípios pertencentes ao GH 6 51
Quadro 5 – Municípios que apresentaram valor nulo nos componentes de gastos analisados 59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos municípios pernambucanos em grupos homogêneos.....41
Tabela 2 – Municípios por grupos homogêneos.....50
Tabela 3 – Maiores gastos *per capita* – saúde.....52
Tabela 4 – Maiores gastos *per capita* – educação.....52
Tabela 5 – Maiores gastos *per capita* – infraestrutura.....53
Tabela 6 – Maiores gastos *per capita* – saneamento básico.....54
Tabela 7 – Maiores gastos *per capita* – agricultura.....54
Tabela 8 – Gastos públicos (*per capita*) por função – 2010.....55
Tabela 9 – Gastos públicos (*per capita*) por função – 2011.....55
Tabela 10 – Maiores e menores notas IDSUS – GH 6 – 2010.....57
Tabela 11 – Maiores e menores notas IDSUS – GH 6 – 2011.....58
Tabela 12 – Estatísticas descritivas.....58
Tabela 13 – Estatísticas descritivas para o ano de 2010.....60
Tabela 14 – Estatísticas descritivas para o ano de 2011.....60
Tabela 15 – Estimador de MQO.....61
Tabela 16 – Estimador de efeitos fixos.....63
Tabela 17 – Estimador de efeitos aleatórios.....65

LISTA DE SIGLAS

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DEMAS – Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS

EA – Efeitos Aleatórios

EF – Efeitos Fixos

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINBRA – Finanças do Brasil

GAGR – Gastos com Agricultura *per Capita*

GASSISTH – Gasto com Assistência Hospitalar *Per Capita*

GED – Gastos com Educação *per Capita*

GH – Grupo Homogêneo

GINFRA – Gastos com Infraestrutura Urbana *Per Capita*

GODS – Outras Despesas em Saúde *per Capita*

GPREV – Gasto com Prevenção *per Capita*

GSAN – Gastos com Saneamento Básico *per Capita*

GSAU – Gasto em Saúde *per Capita*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS – Índice de Condições de Saúde

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDSE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDSUS – Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde

IESSM – Índice de Estrutura do Sistema de Saúde do Município

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MAC – Média e Alta Complexidade

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCA – Análise de Componentes Principais

PIB – Produto Interno Bruto

PMAQ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica

PNASS – Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde

RIPSA – Rede Interagencial de Informações para a Saúde

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA 20
1.2 OBJETIVOS 24
1.2.1 Objetivo geral 24
1.2.2 Objetivos específicos 25
1.3 JUSTIFICATIVA 25
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO 26
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO 27
2 REFERENCIAL TEÓRICO 28
2.1 GASTOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL 28
2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 30
2.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 33
2.3.1 Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS) 35
3 METODOLOGIA 41
3.1 MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS COMO CENÁRIO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDO 41
3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS 42
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA, DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS 44
3.3.1 Modelos empíricos 45
3.3.1.1 Modelo de efeitos aleatórios 46
3.3.1.2 Modelo de efeitos fixos 47
3.3.1.3 Mínimos quadrados ordinários agrupados 47
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS 50
4.1 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS SEGUNDO GRUPOS HOMOGÊNEOS DO IDSUS 50
4.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS 52
4.2.1 Classificação dos municípios com maiores gastos *per capita* por área 52
4.2.2 Maiores e menores notas dos municípios pernambucanos no IDSUS 57
4.3 RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO 61
4.3.1 Estimação por mínimos quadrados ordinários (MQO) 61
4.3.2 Método de estimação: efeitos fixos (EF) 63
4.3.3 Método de estimação: efeitos aleatórios (EA) 65
4.3.4 Considerações sobre as estimativas e modelo escolhido 67

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 68
REFERÊNCIAS 70
ANEXO 77

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a questão do desenvolvimento dos municípios brasileiros tem despertado interesse em estudiosos da área de contabilidade, principalmente no que diz respeito à relação entre gastos públicos e o desenvolvimento socioeconômico. Os mesmos tem buscado verificar se há relação entre essas duas variáveis, a fim de que se possam melhorar os planejamentos governamentais e, consequentemente, os investimentos públicos.

O nível de desenvolvimento econômico de um município é influenciado tanto pela quantidade de recursos públicos disponíveis quanto pela sua forma de aplicação. De acordo com o que preceitua Borges (2010), tal desenvolvimento surge de uma associação entre o crescimento da economia e a melhoria nas condições de vida da população, sobretudo em virtude de investimentos em serviços como educação, habitação, saúde, entre outros.

Por sua vez, Ranis e Stewart (2005) afirmam que a ação dos governos por meio do gasto público é um fator que conecta o crescimento econômico ao desenvolvimento humano, mediante a criação de condições sustentáveis de crescimento mútuo (SURI et al., 2011).

Corroborando com esse pensamento, Cândido Junior (2001) defende que a preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é recorrente, notadamente seus impactos sobre o crescimento econômico.

Nesse sentido, sem desconsiderar outras áreas tão ou mais importantes, a área de saúde tem um papel importante na tentativa de proporcionar bem-estar aos indivíduos. O setor possui enorme demanda por parte da população, principalmente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em virtude disso, o governo necessita realizar investimentos contínuos e sucessivos, por meio de políticas públicas, que atendam aos anseios da coletividade.

Os gastos públicos em saúde fazem parte do conjunto de ações necessárias para que se possa garantir o acesso dos cidadãos aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. “A busca pela melhoria da qualidade de vida da população, mediante a correta aplicação dos recursos públicos em serviços que incentivem o desenvolvimento social e econômico, é a finalidade maior da gestão pública” (SOUSA et al., 2012, p. 2). Dessa forma, tão importante quanto a quantidade de recursos públicos a serem aplicados em saúde é a sua forma de aplicação pelos entes públicos.

O gasto público, quando realizado de forma ineficiente e desnecessária, pode causar problemas à sociedade. Torna-se essencial o desenvolvimento de políticas públicas que visem mais transparência, eficiência, economicidade e equidade em relação aos gastos públicos (BAPTISTELLI, 2009).

Na busca por uma maior satisfação da opinião pública, bem como para cumprir com os requisitos legais de publicidade, transparência e eficácia, dentre outros, os gestores públicos têm ampliado seus interesses em assegurar que os escassos recursos disponíveis sejam usados de forma eficiente. Tal comportamento tomou impulso a partir da entrada em vigor da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (BRASIL, 2000b).

Embora se tenha havido uma maior preocupação a partir desse dispositivo legal, não se pode afirmar que apenas em virtude dele existiu preocupação com a gestão fiscal, já que na Carta Constitucional de 1988 estavam previstas mudanças de ordem normativo-social que impactaram diretamente as políticas públicas, como as decorrentes das mudanças no pacto federativo, nos princípios de proteção social e nas regras da administração pública (LIMA; MACHADO; GERASI, 2011). Portanto, referida lei veio a corroborar com o que já estava previsto na Carta Magna, contribuindo substancialmente com o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil.

Essas medidas legais visam dar maior segurança jurídica em relação à destinação de recursos públicos para determinadas áreas, como a saúde, por exemplo.

No caso dos municípios brasileiros, especificamente, os legisladores tiveram a preocupação de, por exemplo, determinar a aplicação de recursos mínimos em saúde por parte dos gestores municipais. Conforme o que preceitua o artigo 212 da Carta Magna de 1988, em se tratando de aplicação de recursos públicos na esfera municipal, os municípios não devem aplicar menos de 25% na área de educação, do total de suas receitas líquidas de impostos e transferências. Já em relação à saúde, conforme dispõe o § 2º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os municípios devem aplicar nunca menos de 15% de suas receitas líquidas de impostos nessa área (BRASIL, 1988, 2000a).

Com a fixação de percentual mínimo de aplicação de recursos na área de saúde por parte dos gestores municipais, fica evidente um aumento no volume de gastos à disposição daquele setor, no entanto, resta identificar se isso tem provocado aumento de bem-estar da população, bem como em aumento da eficiência na aplicação desses recursos.

Scarpin e Slomski (2007) afirmam que os gestores devem gerir as finanças públicas de modo que os gastos possam fazer uma maximização do desenvolvimento, eliminando os fatores negativos externos, bem como em relação aos bens públicos. Apenas dessa forma os interesses da população estariam sendo alcançados.

Diante desse cenário, passam a ser necessárias avaliações em relação aos recursos públicos, haja vista, não necessariamente, aumento nos gastos públicos significar aumento de serviços prestados pelo governo (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Corroborando com esse pensamento, Mendes (2006) defende que a redução e uma maior eficiência do gasto público são algumas das condições necessárias para que o Brasil possa atingir taxas mais elevadas de crescimento econômico, assim como menos desigualdade social, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para a população.

Muito se fala em aplicação dos recursos públicos, porém, levando-se em consideração o aspecto da eficiência desses gastos, necessita-se avaliar os planejamentos realizados, bem como a sua execução em relação aos objetivos e metas previamente estabelecidos.

Para se chegar aos níveis ideais de eficiência do gasto na gestão de políticas públicas, deve-se considerar a avaliação uma etapa tão relevante quanto a formulação, o planejamento e a própria execução das ações propostas (SANTANA, 2013).

Na área de saúde, por ser complexa e demandar grande quantidade de serviços a serem ofertados pelo ente público, deve-se dispensar uma atenção especial nesse processo de avaliação (LAVOR, 2012), principalmente em se tratando de investimentos públicos no SUS.

Diante do desafio de atender a tamanha demanda, o governo necessita desenvolver instrumentos de avaliação para verificação dos resultados e cumprimento do planejamento governamental. Dentre esses instrumentos, destacam-se avaliações de desempenho e avaliações econômicas em saúde (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, encontra-se o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS), indicador que apresenta o cumprimento das diretrizes propostas na criação do SUS e mede a distância entre o SUS “real” e o “ideal” (REIS; OLIVEIRA; SELLERA, 2012).

Para análise deste índice, em se tratando de um país com dimensões continentais, o Ministério da Saúde dividiu os municípios brasileiros em seis Grupos Homogêneos (GH), nos quais são classificados as cidades segundo a estrutura de saúde disponível à população.

Como foco deste estudo, busca-se analisar as relações entre a aplicação de recursos públicos nos municípios pernambucanos, analisando se ela impacta o IDSUS em cada uma desses municípios.

Para tanto, foram escolhidos os municípios pernambucanos pertencentes ao GH 6 tomando como base os gastos realizados pelos mesmos em saúde, educação, infra-estrutura urbana, saneamento básico e agricultura.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Diversas são as fontes de receitas dos municípios e, do mesmo modo, suas destinações. Neste sentido, cumpre ressaltar que a legislação em vigor determina a forma de aplicação de alguns recursos, bem como o percentual de aplicação em relação às receitas. É o que acontece com a aplicação de recursos em saúde e educação, por exemplo.

O legislador foi prudente quando da obrigatoriedade de investimentos públicos em algumas áreas específicas. Tal preocupação objetiva atender às necessidades da população e minimizar os problemas sociais por ela enfrentados. Esses investimentos impactam no desenvolvimento local e regional em graus diferentes para os diversos municípios brasileiros.

Em se tratando de saúde pública, esta assumiu, ao longo dos anos, papel social de destaque, passando-se a buscar não apenas a solução de problemas, mas principalmente um aumento nas aplicações de recursos destinados a esse setor (BACHA; SCHWARTZMAN, 2011).

A partir da promulgação da Lei nº 8.080/1990, que regulamenta a organização e o funcionamento do SUS, determinou-se que, entre outros, os serviços obedeçam aos princípios da universalidade de acesso, igualdade da assistência à saúde e participação da população nas decisões (BRASIL, 1990).

Desde então, percebe-se uma ampliação dos serviços de saúde e a obrigatoriedade de aplicação de recursos mínimos nesse setor, que trouxeram melhorias nessa área, refletindo no desenvolvimento municipal. Porém, apesar dos avanços, ainda existem lacunas a serem solucionadas, principalmente em relação à quantidade de recursos disponíveis e sua respectiva aplicação. Spence e Lewis (2009) mencionam que recursos financeiros insuficientes podem influenciar no processo de desenvolvimento, mas concomitantemente a esse fator é preciso considerar a forma como esses recursos são investidos.

Corroborando com esse pensamento, Quamrul, Lester e Weil (2008) e Acemoglu e Johnson (2006) preceituam que a melhor maneira de se verificar os avanços na saúde, crescimento econômico e qualidade de vida ainda não é o gasto público no setor saúde. Segundo os autores, as políticas públicas só melhoram a saúde quando as instituições que as executam as fazem de forma eficiente. Dessa maneira, o crescimento só estaria sendo afetado positivamente quando os recursos, mesmo que escassos, fossem adequadamente aplicados, ao contrário dos recursos abundantes utilizados de forma ineficiente (JACK; LEWIS, 2009).

Por essa dualidade entre quantidade *versus* aplicação de recursos, bem como pelos resultados obtidos por meio dessa aplicação, os serviços públicos são frequentemente objeto de questionamento em relação à sua eficiência, chegando até a se questionar a capacidade

produtiva e de atendimento aos anseios das pessoas beneficiadas pelos serviços realizados (MWITA, 2000). De uma forma geral, tem-se a visão de que maiores gastos, teoricamente deveriam provocar melhores resultados.

Porém, não necessariamente o aumento dos gastos em saúde significa resultados positivos em termos de desenvolvimento. Embora com aplicação de elevadas quantias na área de saúde, muitos países não conseguem obter resultados positivos diretamente proporcionais ao aumento nos valores investidos (GARBER; SKINNER, 2008).

Segundo matéria publicada na revista *The Economist*, no Brasil, os recursos públicos aplicados à saúde têm sido mal alocados, resultando em ineficiência e desigualdade na prestação de serviços à população (HEALTH, 2011). Ainda conforme o referido periódico, o Brasil tem investido consideravelmente no setor saúde, no entanto, 60% do total de despesa com saúde no país ainda é oriunda da iniciativa privada.

Esses valores aplicados em saúde podem refletir na qualidade da assistência prestada. O impacto causado por eles influencia desde a qualidade da infraestrutura disponível, em situações específicas, tais como a quantidade de leitos e médicos disponíveis; ou, ainda, a questão do serviço de atendimento prestado à população, entre outros (NARAYAN, 2006). Talvez por isso a frequente preocupação governamental em melhorar os investimentos em saúde no Brasil.

O governo tem se esforçado para criar mecanismos que possibilitem uma maior aplicação de recursos públicos em saúde. O problema é que nem sempre isso tem provocado efeitos positivos no sistema de saúde brasileiro.

Aumentando-se os investimentos públicos, eleva-se, também, a preocupação com a avaliação deles e dos resultados por eles gerados. Apesar de um desempenho mediano, quando comparado com outros países de mesmo nível de desenvolvimento econômico, ainda são frequentes, no Brasil, as enormes filas para atendimento, por exemplo, resultado do excesso de demanda e pessoas.

Mesmo para aqueles que conseguem atendimento, as condições são, muitas vezes, precárias (PONTES et al., 2009; SILVA et al., 2011). Os próprios usuários do SUS avaliam de forma negativa a qualidade dos serviços de saúde no país, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2012).

A ineficiência da saúde pública brasileira é evidenciada em levantamento realizado pela *Bloomberg* em 2014, que mediu a eficiência dos serviços de saúde em 51 países, no qual o Brasil ficou classificado em penúltimo lugar na classificação (CORREIA, 2014).

É importante destacar que, além da variável gasto público, outros fatores podem influenciar o nível de desempenho de uma determinada região com um sistema de saúde, haja

vista eles poderem impactar diretamente no processo de produção do serviço e, consequentemente, nos resultados. Como exemplos, cita-se o acesso a água potável e saneamento, educação das mulheres e distribuição de recursos, entre outros (LA FORGIA; COUTTOLENC, 2009). No entanto, a saúde tem importância considerável nesse processo.

Em estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), chegou-se à conclusão que a saúde contribui para outras prioridades sociais, como a educação, o bem-estar, o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico.

No entanto, quando se fala em avaliar a questão da área de saúde, não se pode fazê-la apenas em relação aos índices a ela relacionados. Como já citado, outros fatores podem contribuir para alterações em seu desempenho. Portanto, é importante que se analisem, também, os principais determinantes socioeconômicos que possam vir a afetar os sistemas de saúde. Segundo Wilkinson e Marmot (2003 apud OMS, 2011), a saúde e seus determinantes se alimentam e se beneficiam mutuamente.

Na literatura, é possível encontrar trabalhos que evidenciem essa interação entre o desempenho da saúde e as condições socioeconômicas. Rosen (1980 apud BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007) ressaltam que as condições econômicas e sociais exercem um relevante efeito sobre a saúde, e que tais relações devem ser submetidas à pesquisa científica.

Por sua vez, Lopes, Toyoshima e Gomes (2009) afirmam que a análise de políticas públicas em saúde abrangem não apenas gastos diretos nesse item, mas também com educação, saneamento básico e demais serviços que melhorem a qualidade de vida da população.

Considerando-se o conteúdo supramencionado, fica evidente que tão importante quanto o planejamento e a aplicação das políticas públicas é a avaliação delas. Dessa forma, conforme Figueiredo e Figueiredo (1986), a finalidade de realizar avaliação de eficiência é justamente confrontar a adequação dos meios e recursos utilizados aos resultados obtidos, tendo em vista os objetivos e metas propostos pela política.

Corroborando com esse pensamento, Arretche (2001) considera de suma importância a avaliação de eficiência para o planejamento e gestão das políticas públicas. Segundo o autor, a avaliação reside na possibilidade de dar ao gasto público melhor alocação e uso mais racional.

A preocupação do gestor em relação à forma de aplicação de recursos públicos e principalmente em relação à sua eficiência se deve ao fato de que os recursos são escassos, enquanto as demandas da sociedade por serviços públicos de saúde são ilimitadas.

Na administração pública brasileira, essa escassez de recursos merece atenção especial em virtude de sua extensão territorial, haja vista serem necessárias ações singulares em cada um dos municípios. Essas ações são responsáveis por proporcionar à população melhorias nos

atendimentos, aumento no número de leitos e de médicos, maior abrangência das equipes de saúda da família, entre outros. O desenvolvimento insatisfatório da saúde é uma barreira para o crescimento do país, em virtude da relevância econômica desse segmento de gastos sociais (BRASIL, 2008).

Em entrevista à revista Conjuntura Econômica, o médico e ex-ministro da Saúde Adib Jatene afirma que "[...] para melhorarmos a qualidade da saúde pública brasileira é preciso, pelo menos, dobrar os recursos". Na mesma edição do periódico, em reportagem especial com o tema "Saúde: em busca de tratamento", o economista de saúde Bernard Couttolenc destaca que "em termos de saúde, o Brasil gasta mais do que muitos países que conseguem resultados melhores, o que significa dizer que poderíamos melhorar nosso desempenho com o nível de gasto atual" (LAQUINTO, 2012, p. 19).

Porém, a principal situação a ser analisada é a forma de aplicação desses recursos. Alexandre Marinho, analista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), diz, na mesma reportagem acima mencionada, que "fazer investimento eficiente, bem feito, em saúde no Brasil é um excelente negócio sob o ponto de vista social. Daria um retorno muito elevado para a sociedade [...]." (LAQUINTO, 2012, p. 23).

Para Musgrave e Musgrave (1980, p. 639), "a questão da eficiência na utilização dos recursos econômicos assume importância crítica em países em desenvolvimento, onde os recursos são particularmente escassos".

Por sua vez, Clarke e Islam (2003), em uma pesquisa desenvolvida na Austrália e na Tailândia, mostraram que no país subdesenvolvido o crescimento econômico e a qualidade na saúde são lineares, porém não encontram o mesmo resultado no país desenvolvido, pois o nível dos serviços oferecidos e prestados na saúde já é alto.

Já Ribeiro (2008) realizou estudo no qual avaliou o desempenho dos gastos públicos para uma amostra de países da América Latina no período de 1998 a 2002. De acordo com os resultados da pesquisa, o Brasil, em se tratando de avaliação dos serviços públicos, apresentou-se na média dos demais países. Porém, quando se trata de eficiência do gasto público, o país está bem abaixo da média geral dos demais participantes da amostra. Costa Rica, Uruguai e Chile obtiveram os melhores resultados tanto no desempenho dos serviços como na eficiência do gasto governamental.

Souza e Scatena (2010) destacam que o volume financeiro destinado para a manutenção de serviços de saúde no Brasil é crescente e bastante elevado. Porém, apesar disso, a percepção da qualidade mantém-se em níveis questionáveis. Os autores sugerem a

criação de políticas específicas capazes de melhorar a qualidade dos serviços de saúde, aliado ao emprego racional dos recursos públicos.

Já conforme La Forgia e Couttolenc (2009), o Brasil tem obtido resultados na área da saúde e no setor hospitalar muito abaixo do esperado, levando os formuladores de políticas de saúde a admitirem que os recursos não estão sendo bem aplicados. Para eles, só existem duas saídas para tal situação: aumentar o montante de recursos (inviável, devido à limitação de recursos) ou aumentar a eficiência do sistema.

Diante de todo o exposto, fica evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância, atualidade e, principalmente, pelo número ainda reduzido de pesquisas relacionadas ao assunto. A contabilidade pública se insere neste contexto pois é capaz de disponibilizar informações a serem utilizadas pelos gestores públicos tanto na elaboração de políticas públicas, quanto na sua execução e controle.

A contabilidade pública é capaz de fornecer informações úteis tanto para o planejamento governamental quanto para o acompanhamento das políticas públicas desenvolvidas pelos entes governamentais.

Essa relação entre gasto público e o desempenho do SUS motivou a realização da presente pesquisa. Desse modo, os municípios precisam não apenas aplicar recursos em saúde ou em outras áreas que possam vir a afetá-la, mas também conseguir maior eficiência e eficácia na aplicação deles, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população, bem como desenvolvimento local e regional.

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo responder à seguinte pergunta: **Os gastos públicos influenciam o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde dos municípios pernambucanos?**

A partir dessa questão, emerge a pesquisa defendida neste estudo e, por meio da análise dos gastos dos municípios pernambucanos em áreas específicas, pode-se analisar a relação desses gastos com o IDSUS.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo principal deste estudo é analisar se os gastos públicos influenciam o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde dos municípios pernambucanos.

1.2.2 Objetivos específicos

Com o intuito de atender ao objetivo central, têm-se os seguintes objetivos específicos:

a) Relacionar os municípios pernambucanos classificados em grupos homogêneos segundo o IDSUS;
b) Identificar o comportamento dos gastos públicos *per capita* em saúde, educação, infraestrutura, saneamento e agricultura nos municípios pernambucanos constantes na amostra deste estudo;
c) Verificar o desempenho dos municípios pernambucanos em relação ao IDSUS.
d) Calcular o IDSUS para os municípios pernambucanos para o ano de 2016 segundo metodologia do Ministério da Saúde.

1.3 JUSTIFICATIVA

As pesquisas na área de contabilidade pública ainda são bastante incipientes. A escolha pelo setor público é justificada pela sua importância e pelo que representa para o desenvolvimento de um país e, ainda, por todas as recentes mudanças na legislação contábil e financeira às quais as entidades públicas estão sujeitas.

Apesar dessa incipiência, pesquisadores têm se preocupado em investigar assuntos relativos à aplicação de recursos públicos e o seu papel no desenvolvimento regional. Como exemplo, pode-se citar os trabalhos de Rezende, Slomski e Corrar (2005), Mazon (2012), Barbosa e Sousa (2012), Andrade e Teixeira (2012) e Sousa (2014).

Rezende, Slomski e Corrar (2005) procuraram diagnosticar e analisar as variáveis condicionantes entre as políticas públicas e o nível de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. Os referidos pesquisadores constataram que o relacionamento entre investimento público e IDH não apresentam relacionamento linear. Ainda nesse mesmo aspecto, averiguaram que os municípios que realizaram maiores investimentos, necessariamente, não estão no *cluster* dos que possuem melhores IDH.

Por sua vez, Mazon (2012) investigou os investimentos efetivados no setor público de saúde no período de 2002 a 2010 nos municípios que compõem a 25ª Região de Saúde de Santa Catarina, identificando os reflexos desses investimentos sobre o desenvolvimento regional. Como resultados, constatou-se que, apesar de investir percentuais de sua receita em saúde superior às médias do estado, a região estudada não acompanha a mesma redução no que se refere aos coeficientes de mortalidade geral. Outro aspecto constatado na análise do

gasto total *per capita* do SUS é que o crescimento no IDH no período de 1991 a 2000 foi maior nos municípios que obtiveram maior despesa total com saúde entre 2002 e 2010, no entanto, a região permanece com IDH inferior à média do estado.

Andrade e Teixeira (2012) avaliaram a influência dos gastos sociais na formação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do estado de Minas Gerais, utilizando indicadores agrupados e individualizados para cada tipo de gasto, com defasagem de 3 anos em relação ao PIB, mediante regressão com dados em painel. Os resultados encontrados não permitiram concluir que os gastos sociais exercem influência significativa na formação do PIB dos municípios mineiros, com exceção da variável saúde.

Já Barbosa e Sousa (2012) buscaram identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam o IDSUS nos municípios cearenses analisados. Os resultados mostraram que as despesas municipais *per capita* com saúde, educação, infraestrutura e agricultura apresentaram elasticidades positivas em relação ao IDSUS dos municípios cearenses, indicando que tais municípios em análise devem investir mais recursos nesses itens mencionados para obterem um melhor desempenho no IDSUS.

Mais recentemente, Souza (2014) buscou identificar as influências das alterações ocorridas nas estruturas de composição dos gastos públicos dos governos estaduais do Brasil sobre o desenvolvimento humano local. Os resultados, de modo geral, confirmam a tese do estudo, de que as alterações nas estruturas dos gastos públicos promovidas pela Constituição Federal de 1988 tiveram influência positiva sobre o desenvolvimento humano, entretanto, a magnitude dessa influência é considerada modesta, frente às alterações na estrutura de composição dos gastos.

Diante dos estudos apontados, percebe-se que nenhum deles buscou investigar se existe relação entre gastos públicos e o IDSUS nos municípios pernambucanos.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho teve como objeto de pesquisa os municípios do estado de Pernambuco. A escolha do referido estado deve-se não apenas pela localização do mestrado acadêmico em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas principalmente pela relevância do estado no cenário econômico nacional e, ainda, pelas suas peculiaridades em relação a alguns indicadores relacionados à saúde pública.

O estado de Pernambuco gerou em 2011 um PIB de 104 bilhões de reais, o que significa 2,52% do total nacional, colocando o estado em 10º lugar no *ranking* dos maiores PIBs do país (BRASIL, 2013).

Neste trabalho, utilizaram-se os valores dos gastos públicos dos municípios pernambucanos com saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico e agricultura durante os anos de 2008 a 2011, bem como os valores correspondentes ao IDSUS referentes aos anos de 2010 e 2011. O foco do trabalho foi analisar se esses gastos influenciam nos resultados obtidos pelos referidos municípios em relação ao IDSUS.

O modelo estatístico utilizado para análise dos dados coletados foi o modelo de análise de dados em painéis.

É importante destacar que está fora do escopo desta análise ranquear os municípios em virtude do seu gasto público e/ou eficiência.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação apresenta-se dividida em cinco capítulos, além das referências, apêndice e anexo. No capítulo 1 apresenta-se a introdução, contemplando, ainda, a caracterização do problema, os objetivos da pesquisa, sua justificativa, delimitação e este tópico de apresentação de estrutura. O capítulo 2 aborda o referencial teórico, o qual se divide em 3 subcapítulos, que abordam gastos públicos e desenvolvimento social, avaliação de políticas públicas e avaliação do SUS. No capítulo 3 apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. No capítulo 4 apresentam-se os resultados da pesquisa. E, por fim, no capítulo 5, apresenta-se a conclusão e limitações do estudo, além de sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta dissertação está dividido em três tópicos. O primeiro aborda os gastos públicos e o desenvolvimento social. O segundo apresenta conteúdo relacionado à avaliação de políticas públicas. E, por fim, o último tópico tratado na revisão da literatura apresenta considerações sobre avaliação do SUS, tendo como subtópico o IDSUS.

2.1 GASTOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Brasil sofre, desde o início de sua história republicana, com a existência de disparidades inter e intrarregionais, baseadas em dimensões econômicas e até sociais (SOUZA, 1998).

Na busca por tentar minimizar essas disparidades, faz-se necessária a atuação estatal. Os resultados das ações dos governos na economia ou na sociedade são desenhados e materializados por meio de políticas públicas (SCARTASCINI; STEIN; TOMMASI, 2009) que proporcionem atendimento às necessidades da população, bem como desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, os gestores governamentais, usam as necessidades coletivas como base para a elaboração e implementação de políticas públicas (MANHANI, 2004).

Myrdal (1968) defende que o Estado é o órgão promotor do desenvolvimento, porém deve agir de forma coordenada para a consecução desse objetivo, preocupando-se com um desenvolvimento socioeconômico igualitário.

Os investimentos ocorrem nos mais diversos segmentos da sociedade. Entre eles, destaca-se a área da saúde, prevista constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988).

Na área de saúde, o administrador público precisa ir além de apenas gerir os recursos sobre sua tutela, já que, ao contrário da empresa privada, seus objetivos não visam à obtenção de lucros, mas à qualidade de vida da população (SLOMSKI, 1999).

Devem-se elaborar políticas públicas de desenvolvimento que levem em consideração as ideias de Myrdal (1968) e Hirschman (1977). Segundo eles, o Estado deve assumir o papel de planejador nas mais diferentes áreas, desde as econômicas até as complementares (saúde, educação etc.). Além de planejar o gasto público, deve se preocupar, também, com a qualidade desse gasto.

Embora tenham-se conseguido avanços ao longo dos anos, Souza (2006) declara que ainda não foi possível se chegar a um denominador comum no sentido de desenvolver políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social de grande parte da população.

Sendo assim, os gestores devem avaliar o resultado das ações ou investimentos públicos e os impactos por eles causados no desenvolvimento humano e social dos indivíduos.

Por meio do gasto público o governo desempenha a sua ferramenta principal de atuação, mediante a escolha do que será oferecido à sociedade, ou seja, serviços públicos básicos ou investimentos (RIANI, 1997).

No Brasil, desde a Constituição de 1988, aderiu-se ao federalismo fiscal, segundo o qual os entes federativos possuem receitas próprias, por meio da cobrança de tributos de suas competências, mas também obrigações em virtude dessas receitas. É uma forma de divisão das tarefas para maximizar a eficiência do gasto público (MENDES, 2004).

Fica evidente a preocupação do gestor público com o desenvolvimento social, a partir da análise do orçamento por ele apresentado ao Legislativo. A partir de tal instrumento de planejamento, é possível verificar quais são as áreas prioritárias para a aplicação dos recursos públicos.

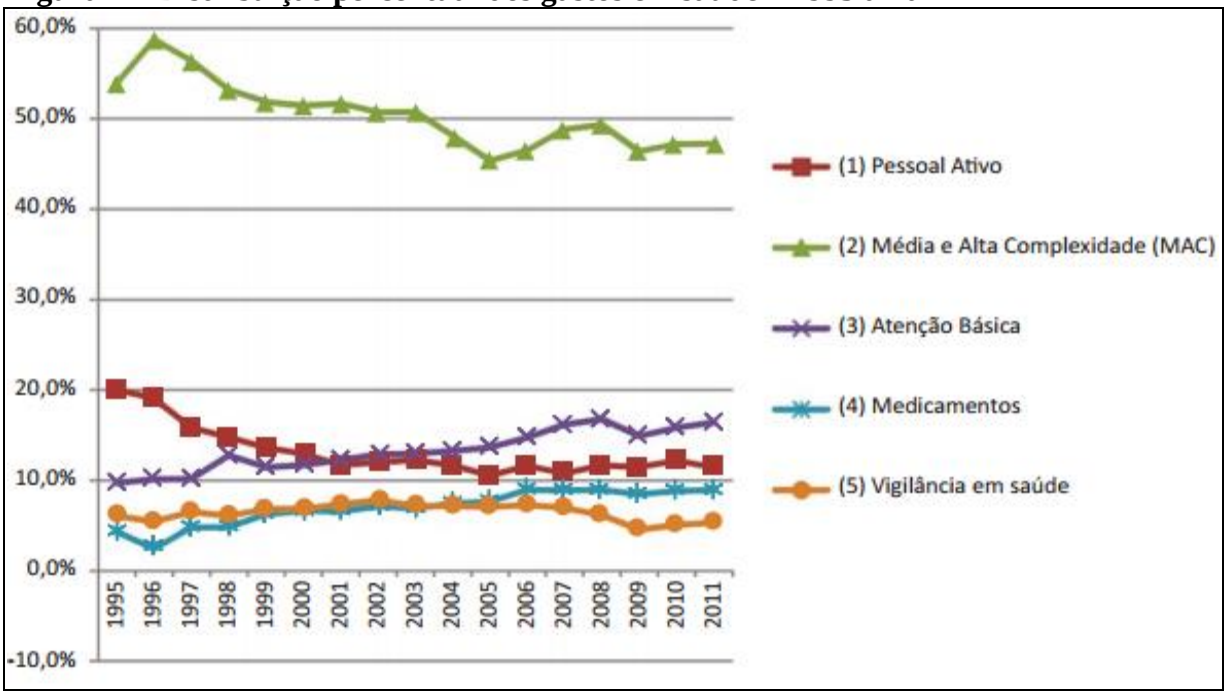
Em se tratando especificamente do gasto público com saúde, no Brasil, o sistema é pluralista em relação às fontes de financiamento e de modalidades de atenção à saúde. O SUS é de acesso universal, gratuito e financiado exclusivamente com recursos públicos (impostos e contribuições sociais) (RIBEIRO; PIOLA; SERVO, 2007).

O Brasil, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tinha um dispêndio total (público e privado) em saúde equivalente a 8,8% do PIB. Percentual baixo, se comparado aos Estados Unidos (15,7%), porém bastante próximo em relação a outros países, como Reino Unido (8,4%), Espanha (8,5%) e Austrália (8,9%), os quais também possuem sistemas de saúde universais (OMS, 2010).

O SUS tem diminuído, nos últimos anos, seu foco na atenção hospitalar, buscando a prevenção, principalmente por meio da atenção básica, com ênfase na estratégia Saúde da Família (PIOLA et al., 2012).

A Figura 1 apresenta a distribuição percentual dos gastos em saúde por agrupamentos de programas/ações entre os anos de 1995 e 2011.

Figura 1 – Distribuição percentual dos gastos em saúde – 1995 a 2011



Fonte: Piola et al. (2012, p. 46).

De acordo com a figura acima, percebe-se que a maior parte dos recursos aplicados em saúde dizem respeito aos programas de Média e Alta Complexidade (MAC). Na prática, tem-se ampliado os montantes aplicados em algumas áreas específicas, como, por exemplo, as Unidades de Pronto Atendimentos (UPAs) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o que demonstra a preocupação do Ministério da Saúde em aumentar a atenção pré-hospitalar, diminuindo a demanda por atenção hospitalar na tentativa de otimizar os serviços ofertados por esta.

Portanto, a quantidade de recursos, aliada à forma de aplicação dos gastos públicos governamentais, são decisivas para o desenvolvimento social. Nesse sentido, os recursos aplicados são parte integrante de planejamentos governamentais e, assim sendo, passarão por avaliações para que os objetivos e metas estabelecidos sejam confrontados com os resultados alcançados.

2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública, de acordo com Peters (1986), é o conjunto das atividades dos governos que influenciam de alguma forma a vida dos cidadãos. Já para Saraiva (2006), as políticas públicas são um fluxo de decisões públicas que objetivam manter o equilíbrio social ou, ainda, introduzir desequilíbrios destinados a modificar uma realidade.

Principalmente nas últimas décadas, o Estado passou a trabalhar a avaliação de políticas públicas considerando-a como importante para as funções de planejamento e gestão governamentais. Especificamente em saúde, a avaliação se intensificou com a divulgação, a partir de 2000, pela OMS, do anuário mundial de saúde: *The World Health Report* (BRASIL, 2012).

Embora esteja diretamente relacionada à mensuração de resultados, a avaliação de políticas públicas também possui aspectos qualitativos, haja vista que a decisão de aplicar recursos públicos a uma ação específica pressupõe atribuição de valor a ela. Dessa forma, a avaliação deve verificar o cumprimento das metas pré-estabelecidas. Fernandes, Ribeiro e Moreira (2011) preceituam que avaliar significa atribuir um juízo de valor sobre uma política, apesar das várias formas de se realizar um processo avaliativo.

Os governos têm intensificado seus esforços em relação à avaliação de políticas públicas por eles implementadas. Essas ações estão relacionadas às questões de efetividade, eficiência, *accountability* e desempenho da gestão pública.

Silva (1999) defende que o principal motivo do interesse pela avaliação de atividades de governo seria a preocupação com a efetividade, isto é, com a aferição dos resultados esperados e não esperados alcançados pela implementação dos programas.

Assim, as questões principais a serem respondidas pelos estudos de avaliação seriam: Em que medida os objetivos propostos na formulação do programa são ou foram alcançados na implementação? Como o programa funciona e quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados? (SILVA, 1999, p. 38; SILVA; COSTA, 2002, p. 15)

Belloni, Magalhães e Souza (2003) afirmam que a política pública é uma ação intencional do Estado junto à sociedade envolvendo aplicação de recursos públicos. Sendo assim, deve haver sistemática e periodicamente avaliações com foco na relevância e a adequação às necessidades sociais da população e que abordem aspectos como a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações. Portanto, pode-se dizer que avaliar é confrontar os resultados obtidos com os objetivos propostos e, caso sejam necessárias, devem-se tomar medidas corretivas em tempo hábil.

Conforme Cohen e Franco (2004) e Cotta (1998), a avaliação pode ser: (a) externa, realizada por pessoas de fora da instituição responsável pelo programa, porém, geralmente, com experiência nesse tipo de atividade; (b) interna, realizada dentro da instituição responsável pelo programa, com a colaboração dos seus participantes); (c) mista, mesclando a participação de avaliadores internos e externos; e (d) participativa, contando com a participação dos beneficiários das ações no planejamento, na programação, execução e avaliação deles.

Ainda conforme os mesmos autores, pode-se classificar as avaliações quanto à natureza, em: avaliações formativas e avaliações somativas. As primeiras estão relacionadas à formação do programa e são adotadas ainda durante a fase de implantação do programa, estando mais voltadas para a análise e produção de informação sobre as etapas de implementação. Por sua vez, as somativas estão relacionadas à análise e produção de informações sobre etapas posteriores, sendo realizadas quando o programa está sendo implementado há algum tempo ou após a sua implementação, para verificar a sua efetividade e fazer o julgamento do seu valor geral.

Pode-se, ainda, levar em consideração para se classificar a avaliação de políticas públicas o momento de sua realização, sendo elas divididas, segundo Cohen e Franco (2004), em: (a) avaliação *ex ante*, realizada no começo de um programa, com a finalidade de dar suporte à decisão de implementar ou não o programa, e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados; e (b) avaliação *ex post*, realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões são baseadas nos resultados alcançados. A avaliação *ex post* é a mais desenvolvida metodologicamente e a que tem tido maior aplicação.

Por fim, ainda se utilizando das classificações de Cohen e Franco (2004), levando-se em consideração os tipos de problemas ou perguntas que as avaliações respondem, as avaliações se classificam em: (a) avaliação de processos, realizada durante a implementação do programa e diz respeito à dimensão de gestão; e (b) avaliação de impactos ou resultados, que tem objetivos mais ambiciosos, respondendo se o programa funcionou ou não.

Geralmente, para essas avaliações, faz-se uso de indicadores sociais. De acordo com Jannuzzi et al. (2009, p. 15), um indicador social é utilizado para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico programático. Os indicadores sociais informam algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando.

Ferreira (2007, p. 38) também aponta que “o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”.

Para avaliação de políticas públicas, utilizam-se vários indicadores. No que tange aos indicadores sociais, Jannuzzi et al. (2009) explica que podem se referir à totalidade da população ou a grupos sociodemográficos específicos, dependendo do interesse inicialmente idealizado. Tais indicadores podem ser expressos em forma de taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classe e também por cifras absolutas.

Na área de saúde, os principais indicadores estão relacionados a: morbidade referida, morbidade hospitalar, mortalidade, atendimentos, recursos físicos, recursos humanos, recursos financeiros, doenças de notificação compulsória, conforme a Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA, 2008).

Cada um desses indicadores possui características específicas e finalidades próprias para cada ente ou órgão que deles faça uso. Para avaliar as políticas de saúde, é importante levar em consideração os produtos, *outputs*, pois, em essência, é o que o sistema pode ofertar aos usuários, conforme previsto no *The World Development Report 2004* (WORLD BANK, 2004).

No Brasil, por se tratar de um sistema de saúde universal e de acesso gratuito, é necessário que o seu desempenho seja avaliado, objetivando à melhoria nos serviços prestados à coletividade.

2.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Toda aplicação de recursos públicos deve ser acompanhada por seus responsáveis, objetivando uma otimização dos seus resultados.

Para Vaitsman, Rodrigues e Paes-Souza (2006, p. 22), "a avaliação compreende estudos que buscam analisar os processos e resultados de um programa ou política, a partir de indicadores relacionados à relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade". Busca sugerir mudanças para melhorias dos processos.

Já para Barzelay (2002), avaliação é uma atividade de pesquisa que, por meio da análise da efetividade ou não das intervenções sociais, visa à solução de questões relativas à determinada coletividade.

A base para qualquer processo de avaliação deve ser os objetivos preestabelecidos ou a eficácia das ações a serem desenvolvidas pela organização.

Dessa forma, um avaliador deve buscar, em seu trabalho, sugerir e implementar pesquisas as quais sejam, ao final, capazes de emitir pareceres técnicos sobre o processo que envolve uma política pública (BARZELAY, 2002; NORONHA, 2004).

A partir da avaliação é que se podem sugerir melhorias futuras em relação ao que foi analisado. Para Noronha (2004), os resultados de determinada política social podem ser avaliados por meio de seus produtos ou dos seus impactos.

Paim (2005) afirma que, nas últimas três décadas, diversas iniciativas para a avaliação em saúde no Brasil vêm sendo desenvolvidas de forma progressiva. Ressalta, também, que no início dos anos 2000, o próprio Ministério da Saúde tem encomendado estudos voltados para

a perspectiva da avaliação, diferentemente do que acontecia anteriormente, quando o interesse pela avaliação se restringia ao âmbito acadêmico. Tal mudança de comportamento comprova uma crescente consciência de responsabilização pelos técnicos e dirigentes daquele órgão.

Corroborando com o pensamento de Paim (2005), Figueiró, Frias e Navarro (2010) afirmam que, no campo das ações das políticas de saúde, a avaliação vem ganhando uma centralidade nas organizações.

Para Garcia (2001), avaliar significa mais do que apenas medir, significa julgar a partir de um referencial de valores. É fazer um confronto entre a situação atual com a ideal, identificando um possível afastamento dos objetivos propostos, das metas a alcançar, de forma que se possa realizar a correção de rumos, com economia de esforços (recursos) e de tempo.

Conforme afirmam Reis, Oliveira e Sellera (2012), é bastante comum o uso de dados e indicadores para análises e divulgação da situação do SUS, porém as informações geradas pouco orientam para a tomada de decisão.

De acordo com o artigo 10 do Decreto nº 7.530/2011, o Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS (DEMAS), vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, possui, entre outros objetivos, desenvolver um sistema de avaliação para a qualificação do SUS (BRASIL, 2011). Além disso, referido departamento possui, entre outras, as seguintes competências:

> Art. 10. Ao Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS compete:
> I - coordenar a formulação e execução da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS;
> II - coordenar os processos de elaboração, negociação, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento das práticas de monitoramento e avaliação do SUS;
> III - articular e integrar as ações de monitoramento e avaliação executadas pelos órgãos e unidades do Ministério da Saúde;
> IV - desenvolver metodologias e apoiar iniciativas que qualifiquem o processo de monitoramento e avaliação do SUS;
> V - viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento no campo do monitoramento e avaliação do SUS;
> VI - desenvolver ações com órgãos de controle interno e externo, com outros órgãos da Administração Federal e com entidades das áreas de informação e avaliação, visando a ampliar a qualidade do monitoramento e avaliação do SUS;
> VII - participar da coordenação do processo colegiado de monitoramento, avaliação e gestão das informações do SUS; e
> VIII - sistematizar e disseminar informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisão na gestão federal do SUS. (BRASIL, 2011)

Conforme Reis, Oliveira e Sellera (2012), o sistema de avaliação para qualificação do SUS deve ser composto pelos seguintes componentes:

a) IDSUS: avalia o desempenho do SUS quanto ao cumprimento de seus princípios (universalidade do acesso, integralidade da atenção e equidade) e das diretrizes (regionalização, hierarquização, comando único por esfera de gestão e responsabilidade tripartite);
b) Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS): avalia os serviços de saúde do SUS, buscando a apreensão mais completa e abrangente possível da realidade deles, buscando avaliar estruturas, processos e resultados relacionados ao risco, acesso e satisfação dos cidadãos diante dos serviços e estabelecimentos em saúde;
c) Pesquisas Nacionais de Avaliação do Acesso e de Satisfação dos Usuários: objetiva realizar inquéritos amostrais que avaliem o acesso, utilização e satisfação do usuário do SUS); e
d) Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): busca induzir a instituição a processos que ampliem a capacidade das gestões federal, estaduais e municipais, além das equipes de atenção básica, em ofertarem serviços que assegurem maior acesso e qualidade, de acordo com as necessidades concretas da população.

Essas estratégias compõem um complexo sistema de avaliação que tenta abranger as principais diretrizes do SUS.

2.3.1 Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS)

Diante da dificuldade de se avaliar um sistema de saúde tão complexo em um país com dimensões continentais, o Ministério da Saúde tem buscado criar indicadores que possam possibilitar uma melhoria no desenvolvimento dos serviços a serem prestados à população.

Entre tais indicadores, destaca-se o IDSUS. Composto por uma síntese de 24 indicadores com a finalidade de avaliar o desempenho do SUS, foi lançado em 1º de março de 2012 e leva em consideração as informações enviadas por todos os municípios brasileiros ao Ministério de Saúde (MEDICI, 2012).

De acordo com Medici (2012), o IDSUS é um indicador síntese, capaz de proporcionar uma aferição de forma contextualizada do desempenho do SUS com relação ao acesso (potencial ou obtido) e à efetividade da atenção básica, das atenções ambulatorial e hospitalar e das urgências e emergências.

Devido à heterogeneidade existente em relação às características dos municípios brasileiros, o índice não poderia reuni-los em um só grupo. Assim, o Ministério da Saúde agrupou os municípios de forma homogênea em seis grupos, de acordo com as suas peculiaridades. Tais grupos, por possuírem similaridade em suas características, permitem que se possam fazer comparações e análises entre os municípios de cada um deles.

Segundo Nalon (2012), o Ministério da Saúde dividiu os 5.563 municípios brasileiros nos seis grupos homogêneos (GHs) levando em consideração os perfis socioeconômicos e de estrutura de saúde, ficando assim segregados: nos grupos GH 1 e GH 2 encontram-se os municípios mais ricos, com estruturas de saúde pública mais complexa, totalizando 29 e 94 municípios, respectivamente; nos grupos GH 3 (632 municípios) e GH 4 (587 municípios) estão os municípios com pouca estrutura de média e alta complexidade (MAC); e nos grupos GH 5 e GH 6 estão os municípios menores, com pouco ou nenhum atendimento especializado, somando 2.038 e 2.183 municípios, nesta ordem.

O modelo de avaliação do IDSUS é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo de avaliação do IDSUS

<table>
<tr><td colspan="2">DIMENSÕES PARA CARACTERIZAR OS MUNICÍPIOS</td><td>RESULTADOS</td></tr>
<tr><td colspan="2">Determinantes da saúde Indicadores
Condições de saúde da população Indicadores
Estrutura do sistema de saúde Indicadores
Porte populacional</td><td>Municípios segundo extratos homogêneos</td></tr>
<tr><td colspan="3">DESEMPENHO DO SUS EM CADA MUNICÍPIO</td></tr>
<tr><td>Indicadores de:</td><td>Nível de atenção:</td><td>Por área:</td></tr>
<tr><td>Acesso potencial ou obtido
• Cobertura

Efetividade
• Resultados esperados</td><td>• Atenção básica ou primária
• Atenção especializada realizada no município e na referência regional
• Atenção ambulatorial geral e especializada
• Atenção hospitalar geral e especializada
• Urgência e emergência</td><td>• Saúde do adulto
• Saúde bucal
• Saúde da criança
• Saúde da mulher</td></tr>
<tr><td colspan="3">FORMA COMO OS RESULTADOS SERÃO MOSTRADOS</td></tr>
<tr><td colspan="3">– Nota do desempenho geral do SUS no município, nas regiões de saúde, estados e União –</td></tr>
</table>

Fonte: Brasil (2014, p. 13).

Conforme já citado anteriormente, segregaram-se os municípios por características homogêneas entre si, tais como semelhanças socioeconômicas, situação de saúde, estrutura do sistema de saúde, entre outros. O referido modelo de avaliação objetiva:

> [...] avaliar o desempenho do SUS quanto à: universalidade do acesso, integralidade, igualdade, resolubilidade e equidade da atenção, descentralização com comando único por esfera de gestão, responsabilidade tripartite, regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde (BRASIL, 2012).

Os indicadores utilizados para compor o IDSUS se dividiram em: (a) indicadores de acesso potencial ou obtido, compostos por indicadores: de atenção básica, de atenção ambulatorial e hospitalar de média complexidade; e de atenção ambulatorial e hospitalar de alta complexidade, referência da média e alta urgência e emergência; (b) indicadores de efetividade, composto por indicadores: de atenção básica e de atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade e urgência e emergência, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Indicadores adotados para compor o IDSUS

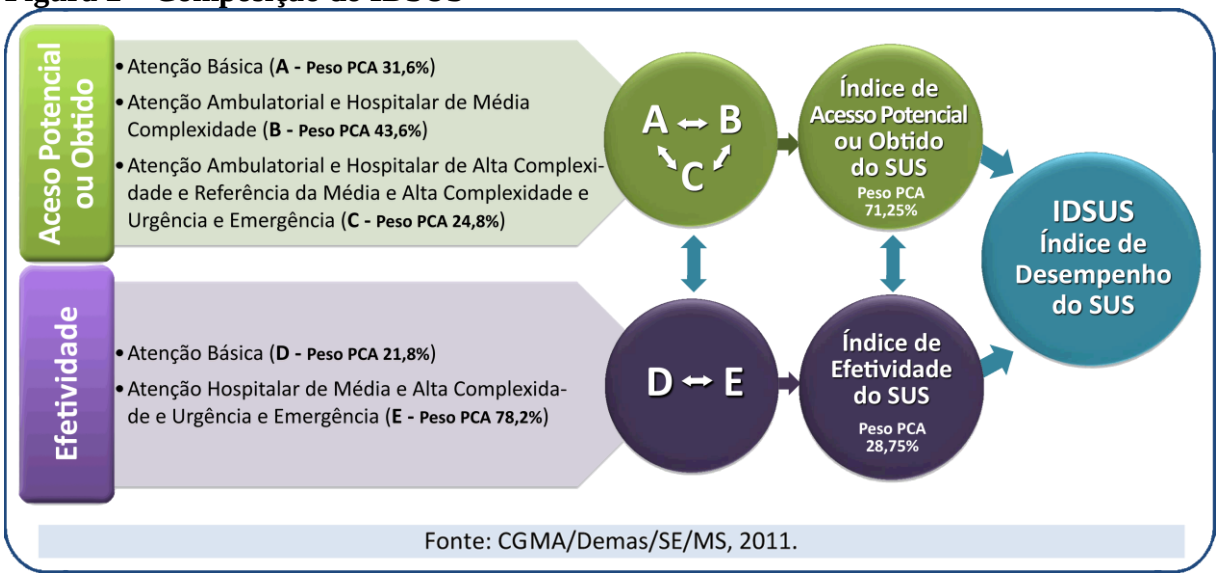
INDICADORES DE ACESSO POTENCIAL OU OBTIDO
Atenção básica
1. Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde. 2. Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal. 3. Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.
Atenção ambulatorial e hospitalar de média complexidade
4. Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 e a população da mesma faixa etária. 5. Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e a população da mesma faixa etária. 6. Razão de procedimentos ambulatoriais selecionados de média complexidade e população residente. 7. Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente.
Atenção ambulatorial e hospitalar de alta complexidade, referência da média e alta e urgência e emergência
8. Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados e população residente. 9. Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade e população residente. 10. Proporção de procedimentos ambulatoriais de média complexidade para não residentes. 11. Proporção de internações de média complexidade para não residentes. 12. Proporção de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados para não residentes. 13. Proporção de internações de alta complexidade para não residentes. 14. Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente.
INDICADORES DE EFETIVIDADE
Atenção básica
15. Cobertura com a vacina tetravalente. 16. Taxa de Incidência de Sífilis Congênita. 17. Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera (TBC). 18. Proporção de cura dos casos novos de hanseníase. 19. Proporção de internações sensíveis à atenção básica (ISAB). 20. Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada. 21. Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.
Atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade e urgência e emergência
22. Proporção de parto normal. 23. Proporção de óbitos em menores de 15 anos que usaram Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). 24. Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM).

Fonte: Brasil (2014, p. 15).

O Quadro 2 apresenta todos os indicadores utilizados para formulação do IDSUS. Para cada um desses indicadores, o Ministério da Saúde definiu parâmetros que foram considerados no cálculo de cada um dos 24 indicadores simples, para que se encontre a nota obtida para cada indicador. A partir do método de PCA, essas notas são trabalhadas, atribuindo-lhes pesos, encontrando-se, assim, os indicadores compostos, também chamados de índices de acesso potencial ou acesso obtido e índices de efetividade. Aos índices por nível de atenção (A, B, C e D) são novamente atribuídos pesos pelo PCA, resultando nos índices de

acesso do SUS e de efetividade do SUS, que, por último, também recebem pesos pelo PCA, resultando no IDSUS, apresentado na Figura 2:

Figura 2 – Composição do IDSUS



Fonte: Brasil (2014, p. 19).

No Quadro 3, é possível identificar os indicadores utilizados para cálculo do IDSUS dos municípios brasileiros, com seus respectivos parâmetros e pesos.

Quadro 3 – Índices que compõem o IDSUS

Índices	Indicadores	Parâmetros	Pesos (PCA)
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE)	PIB municipal *per capita*	≥ R$ 32 mil *per capita*	54,93%
	Proporção de famílias com Bolsa Família	0%	45,07%
Índice de Condições de Saúde (ICS)	Taxa de mortalidade infantil	≤ 8 óbitos por mil nascidos vivos	100%
Índice de Estrutura do Sistema de Saúde do Município (IESSM)	Proporção de médicos da atenção básica e profissionais da vigilância em saúde	0,39%	12,24%
	Proporção de procedimentos ambulatoriais de média complexidade realizados para residentes	0,64%	12,31%
	Proporção de procedimentos ambulatoriais de média complexidade realizados para não residentes	0,90%	9,29%
	Proporção de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados para residentes	0,85%	11,08%
	Proporção de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados para não residentes	1,17%	9,80%
	Proporção de internações de média complexidade realizadas para residentes	0,37%	13,00%
	Proporção de internações de média complexidade realizadas para não residentes	0,72%	11,47%
	Proporção de internações de alta complexidade realizadas para residentes	0,94%	11,16%
	Proporção de internações de alta complexidade realizadas para não residentes	1,14%	9,65%

Fonte: Brasil (2014, p. 23).

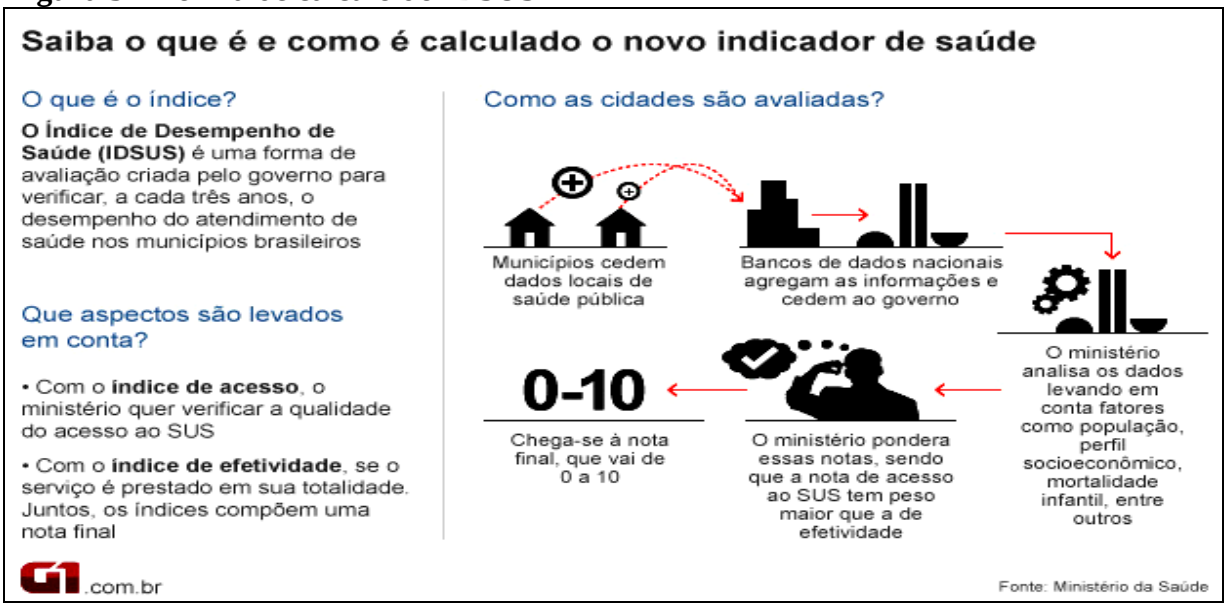
O IDSUS, conforme Brasil (2014), se mostra um importante subsídio para a formulação e execução de políticas públicas de saúde, pois pode subsidiar gestores municipais, estaduais e federais a fortalecerem, em um compromisso compartilhado, seus sistemas e a melhorarem a qualidade da atenção à saúde da população.

Referido indicador tem características e finalidades semelhantes aos indicadores utilizados na educação, por exemplo, para identificar os pontos fortes e fracos do sistema (BRASIL, 2012).

Sendo assim, os propósitos do IDSUS são: a avaliação geral nos municípios, regiões e estados; a avaliação do acesso e da efetividade em todos os níveis de atenção; e o diagnóstico de deficiências para a realização de melhorias (REIS; OLIVEIRA; SELLERA, 2012).

Resumidamente, esse indicador do SUS é calculado da seguinte maneira (Figura 3):

Figura 3 – Forma de cálculo do IDSUS

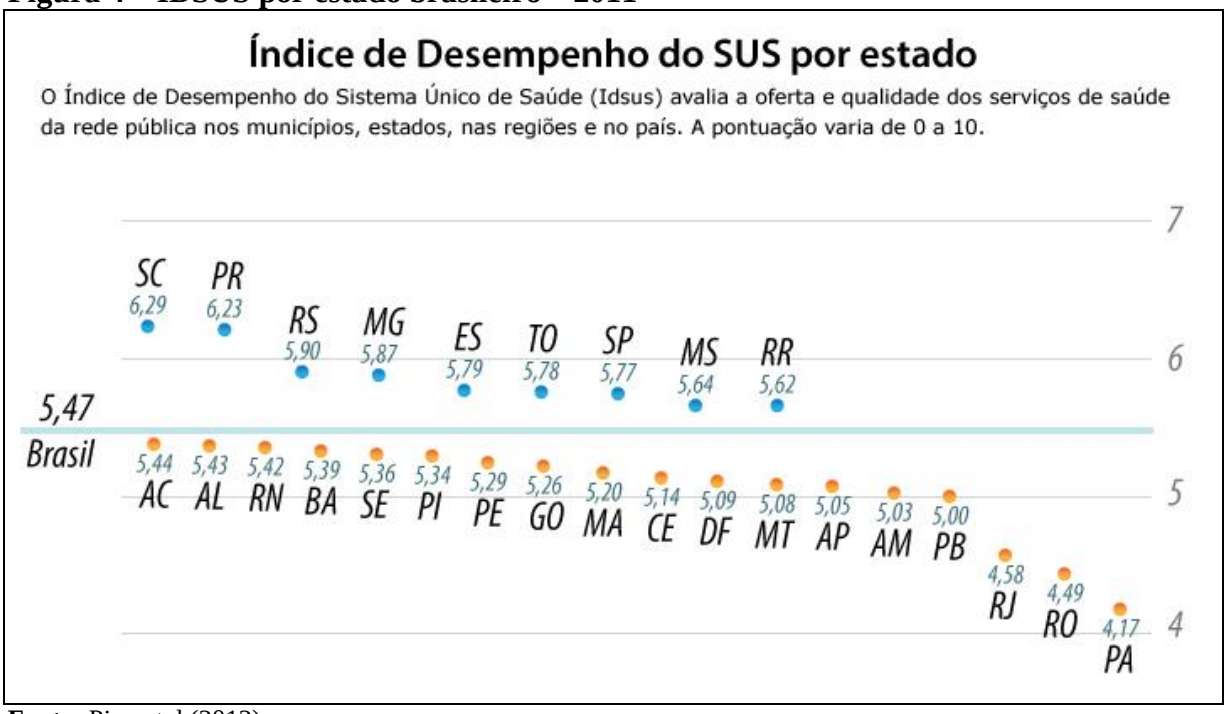


Fonte: Nalon (2012).

Portanto, o IDSUS é o resultado de esforços do Ministério da Saúde em criar mecanismos de avaliação dos processos desenvolvidos na área da saúde brasileira para posterior melhoria na aplicação de recursos e, consequentemente, dos serviços colocados à disposição da comunidade.

Para o ano de 2011, publicaram-se as seguintes notas do IDSUS (Figura 4):

Figura 4 – IDSUS por estado brasileiro – 2011



Fonte: Pimentel (2012).

A nota do IDSUS para o Brasil foi, no mesmo ano, 5,47. Assim como publicado para os estados brasileiros, o indicador também atribuiu nota a todos os municípios. Neste estudo, analisaram-se apenas os dados dos municípios pertencentes ao GH 6 do IDSUS entre os 185 municípios pernambucanos, haja vista referido grupo ser composto pelos municípios com pior estrutura de saúde segundo o Ministério da Saúde.

3 METODOLOGIA

Este capítulo procura descrever a metodologia utilizada na condução da pesquisa quantitativa. Para isso, apresenta-se as variáveis do modelo, o método de pesquisa utilizado, bem como as características da base de dados utilizada.

3.1 MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS COMO CENÁRIO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo os municípios pernambucanos. Verificando-se a nota do IDSUS dos estados brasileiros, Pernambuco ficou apenas em 16º lugar, com nota 5,29, e se considerados apenas os estados nordestinos, ficou em 6º lugar. A média brasileira foi de 5,47.

A segmentação dos municípios pernambucanos segundo os grupos homogêneos delimitados pelo Ministério da Saúde para o IDSUS está discriminada na Tabela 1:

Tabela 1 – Classificação dos municípios pernambucanos em grupos homogêneos

Grupo	IDSE	ICS	IESSM	Quantidade de municípios
6	Baixo	Baixo	Sem estrutura MAC	136
5	Médio	Médio	Sem estrutura MAC	3
4	Baixo	Baixo	Pouca estrutura MAC	42
3	Médio	Médio	Pouca estrutura MAC	1
2	Alto	Médio	Média estrutura MAC	2
1	Alto	Médio	Muita estrutura MAC	1
TOTAL				**185**

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Pelo apresentado, a grande maioria dos municípios pernambucanos estão classificados no GH 6 segundo o IDSUS, representando 73,51% do total de 185 municípios existentes.

Diante da quantidade de municípios classificados no GH 6 e de sua importância para a formação da nota final do IDSUS do estado de Pernambuco, eles foram escolhidos como amostra para esta pesquisa.

No entanto, em virtude de na base de dados da Finanças do Brasil (FINBRA) não constar os valores correspondentes aos gastos públicos com saúde dos municípios de Araçoiaba, Brejão, Calumbi, Camocim de São Félix, Ferreiros, Ipubi, Primavera e Santa Cruz, estes foram excluídos da amostra, restando um total de 128 municípios.

Os dados utilizados nesta pesquisa correspondem aos valores anuais de componentes de gastos públicos realizados pelos municípios pernambucanos selecionados como amostra, durante os anos de 2008 a 2011, bem como às observações relativas ao IDSUS. Referido

indicador, publicado em 2012 com nota final correspondente a 2011, é apurado com base nos gastos públicos com saúde trienalmente, ou seja, a nota do ano de 2011 corresponde aos dados dos gastos públicos correspondentes aos anos de 2009 a 2011. Ressalta-se que se realizaram duas observações por município: a primeira delas considerando os dados correspondentes aos anos de 2008 a 2010, e a outra levando em consideração os valores obtidos entre os anos de 2009 e 2011.

Realizou-se a coleta de dados referentes às variáveis de gastos por meio de acesso à página específica FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios[1], vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN); em relação ao IDSUS, extraíram-se as informações em página própria vinculada ao Ministério da Saúde[2].

3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Partindo-se da premissa de que o aumento nos gastos públicos provoca melhorias nos resultados em relação a diversas áreas, entre elas, a área de saúde, selecionou-se algumas para a consecução dos objetivos deste trabalho.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se de variável dependente (IDSUS) bem como das variáveis independentes: gasto com saúde *per capita* (GSAU), gasto com prevenção *per capita* (GPREV), gasto com assistência hospitalar *per capita* (GASSISTH), outras despesas com saúde *per capita* (GODS), gastos com educação *per capita* (GED), gastos com infraestrutura urbana *per capita* (GINFRA), gastos com saneamento básico *per capita* (GSAN) e gastos com agricultura *per capita* (GAGR).

Objetivando uma melhor análise das informações em relação aos gastos públicos dos municípios pernambucanos objeto de estudo deste trabalho, optou-se por dividir as variáveis a serem analisadas em três grupos distintos, a saber:

No G1, utilizaram-se as variáveis relacionadas aos gastos públicos municipais com saúde *per capita*. Tais variáveis correspondem aos gastos totais com saúde, divididas de acordo com os seus três componentes: gastos com prevenção, gastos com assistência hospitalar e gastos com outras despesas envolvendo saúde.

Consultaram-se os dados disponibilizados pela FINBRA/STN por despesas na função saúde, segregadas em: atenção básica, suporte profilático, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e alimentação e nutrição, as quais compõem o montante de gastos com

[1] Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>.
[2] Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br>.

prevenção. Os gastos com assistência hospitalar estão discriminados em rubrica própria no mesmo demonstrativo, assim como os gastos com outras despesas na função saúde.

No G2, estão relacionadas as variáveis referentes a gastos municipais *per capita* com educação, infraestrutura, saneamento básico e agricultura, também disponíveis no sítio da FINBRA/STN em rubricas próprias, separadamente. A escolha destas variáveis se dá pelo fato de acreditar que as mesmas podem provocar melhorias em relação à saúde da população.

No G3, consideraram-se os dados relativos ao IDSUS em nível municipal.

Conforme explicado na seção anterior, obtiveram-se os dados referentes às despesas (G1 e G2) em base anual, enquanto que se obteve o IDSUS em base trienal.

A construção do IDSUS para os municípios obedeceu ao prescrito no sítio do IDSUS. Produziram-se observações para o final do ano de 2010 (o processo de avaliação dos indicadores de saúde utilizou os dados correspondentes aos anos de 2008 a 2010) e para o término de 2011 (o processo considerou a avaliação de dados dos anos de 2009 a 2011).

A nota final para cada um dos municípios da amostra correspondente ao ano de 2011 estão disponibilizados no site do Ministério da Saúde, na página do IDSUS. Já para o ano de 2010, embora não divulgada a nota final, a referida página disponibiliza todos os dados e a metodologia de cálculo do indicador, o que possibilitou chegar às respectivas notas.

Para maior confiabilidade dos dados, os gastos *per capita* tiveram que ser adequados à mesma base do IDSUS, para que a evolução da despesa anual no período acompanhasse o comportamento temporal do processo de formação daquele indicador.

Assim, para cada elemento dos grupos G1 e G2, somaram-se os custos reais anuais para cada município durante o período de composição do IDSUS (custos deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)) e, em seguida, dividiu-se o valor pela média aritmética da população (obtida anualmente por meio das estimativas do IBGE). Como exemplo, podem-se apresentar as instruções para a inserção da variável gastos com educação *per capita* na base trienal:

- para o IDSUS 2010, somaram-se os gastos reais (deflacionados pelo IGP-DI – ano base 2008) anuais com educação entre 2008 e 2010, em seguida, dividiu-se o valor pela média aritmética da população do município nos anos entre 2008 e 2010;
- para o IDSUS 2011, somaram-se os gastos reais (deflacionados pelo IGP-DI – ano base 2008) anuais com educação entre 2009 e 2011, em seguida, dividiu-se o valor pela média aritmética da população do município nos anos entre 2009 e 2011.

A escolha das variáveis empregadas neste estudo foi inspirada nos trabalhos propostos por Buss e Pellegrini Filho (2007), Lopes, Toyoshima e Gomes (2009), OMS (2011) e Barbosa e Souza (2012).

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA, DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Coletaram-se as informações relativas aos gastos sociais dos municípios pernambucanos na base de dados pública disponibilizada pela STN no link específico FINBRA. Levou-se em consideração os anos de 2008 a 2011 para análise nesta pesquisa.

Para os levantamentos das informações correspondentes à população dos municípios em questão, bem como suas projeções estimadas anualmente, utilizaram-se dados disponibilizados pelo IBGE.

Transformaram-se as informações de gastos públicos municipais em variáveis *per capita* com a divisão pela população do município. Em seguida, atualizaram-se os valores *per capita* pelo IGP-DI.

Para obtenção dos resultados, utilizou-se regressão com dados em painel, que, segundo Pindick e Rubinfield (2004), permite a análise de amostras individuais ao longo de um período, verificando efeitos econômicos não identificados com o uso de dados em corte transversal ou apenas o uso de séries temporais.

Com base em estudos realizados na literatura específica sobre o assunto, espera-se que as variáveis em questão apresentem relação diretamente proporcional com a variável concernente ao IDSUS, ou seja, espera-se que, à medida que aumente a utilização de cada uma dessas variáveis, haja um acréscimo na nota do IDSUS, indicando melhores condições de infraestrutura de saúde e qualidade dos serviços prestados (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Operacionalizou-se esse modelo descrito por meio do *software Stata* versão 12.

Para construção das variáveis, vale ressaltar a metodologia utilizada pelo IDSUS, no sentido de que os dados correspondentes ao índice referente ao ano de 2010 leva em consideração os dados referentes aos anos de 2008 a 2010. Já o índice de 2011, absorve os dados relativos aos anos de 2009 a 2011.

Fez-se uso de estatísticas descritivas para análise dos resultados. Buscando analisar o impacto provocado por tais variáveis no IDSUS, definiram-se três modelos econométricos básicos para análise, sendo eles: Modelo de Efeitos Fixos, Modelo de Efeitos Aleatórios e Modelo dos Mínimos Quadrados Ordinários, conforme exposto a seguir.

3.3.1 Modelos empíricos

Para lograr entendimento sobre o grau de associação entre os gastos públicos e o desempenho dos serviços de saúde municipais, construíram-se modelos de regressão linear tendo por base os estudos de Buss e Pellegrini Filho (2007), Lopes, Toyoshima e Gomes (2009), OMS (2011) e Barbosa e Souza (2012).

Devido à existência de dois períodos de observação das variáveis por município, foi possível ir adiante e ampliar a análise por meio do modelo de dados em painel, uma inovação sobre os trabalhos anteriores publicados no Brasil utilizando as variáveis mencionadas.

O modelo básico linear para a análise de dados em painel é dado pela Equação 1 (HAYASHI, 2000), com termos em negrito representando vetores:

$$y_{it} = \alpha + \boldsymbol{x}'_{it}\boldsymbol{\beta} + \boldsymbol{z}'_{i}\boldsymbol{\gamma} + c_i + u_{it} \quad (1)$$

Em que:

y_{it} é a variável dependente que está distribuída entre sujeitos (*i*) e tempo (*t*);

α é o intercepto;

$\boldsymbol{x}'_{it}$ é uma matriz linha com K variáveis explicativas dependentes distribuídas entre sujeitos (*i*) e no tempo (*t*);

$\boldsymbol{\beta}$ é uma matriz coluna de K coeficientes relativos a $\boldsymbol{x}'_{it}$;

$\boldsymbol{z}'_{i}$ é uma matriz linha com M variáveis explicativas dependentes distribuídas apenas entre sujeitos (*i*);

$\boldsymbol{\gamma}$ é uma matriz coluna de M coeficientes relativos a $\boldsymbol{z}'_{i}$;

c_i é o efeito específico entre indivíduos; e

u_{it} é o termo de erro idiossincrático.

Para a notação adotada, **A'** é a matriz transposta de **A**. Ainda, o número de sujeitos é dado por N e o número de intervalos de tempo observados é dado por T.

É possível criar matrizes que englobem as observações das variáveis de um sujeito ao longo do tempo:

$$\boldsymbol{y_i} = \begin{bmatrix} y_{i1} \\ \vdots \\ y_{it} \\ \vdots \\ y_{iT} \end{bmatrix}_{Tx1} \quad \boldsymbol{X_i} = \begin{bmatrix} \boldsymbol{x'_{i1}} \\ \vdots \\ \boldsymbol{x'_{it}} \\ \vdots \\ \boldsymbol{x'_{iT}} \end{bmatrix}_{TxK} \quad \boldsymbol{Z_i} = \begin{bmatrix} \boldsymbol{z'_i} \\ \vdots \\ \boldsymbol{z'_i} \\ \vdots \\ \boldsymbol{z'_i} \end{bmatrix}_{TxM} \quad \boldsymbol{u_i} = \begin{bmatrix} u_{i1} \\ \vdots \\ u_{it} \\ \vdots \\ u_{iT} \end{bmatrix}_{Tx1} \tag{2}$$

E, também, as matrizes que representam as observações de todos os sujeitos em todos os instantes.

$$\boldsymbol{y} = \begin{bmatrix} \boldsymbol{y_1} \\ \vdots \\ \boldsymbol{y_i} \\ \vdots \\ \boldsymbol{y_N} \end{bmatrix}_{NTx1} \quad \boldsymbol{X} = \begin{bmatrix} \boldsymbol{X_1} \\ \vdots \\ \boldsymbol{X_i} \\ \vdots \\ \boldsymbol{X_N} \end{bmatrix}_{NTxK} \quad \boldsymbol{Z} = \begin{bmatrix} \boldsymbol{Z_1} \\ \vdots \\ \boldsymbol{Z_i} \\ \vdots \\ \boldsymbol{Z_N} \end{bmatrix}_{NTxM} \quad \boldsymbol{u} = \begin{bmatrix} \boldsymbol{u_1} \\ \vdots \\ \boldsymbol{u_i} \\ \vdots \\ \boldsymbol{u_N} \end{bmatrix}_{NTx1} \tag{3}$$

Os pressupostos do modelo são dados por:

P1: linearidade: os parâmetros (coeficientes e intercepto), o efeito específico entre indivíduos e o termo de erro idiossincrático são lineares;

P2: independência: as observações são independentes entre sujeitos;

P3: o termo de erro idiossincrático possui média condicional às informações de um mesmo indivíduo igual a zero; ademais, aquele não é correlacionado com qualquer variável explicativa, nem com o efeito específico ao longo do tempo para um mesmo sujeito; e

P4: variância do erro idiossincrático: (a) é constante, positiva e finita para um mesmo sujeito ao longo do tempo (homocedasticidade); (b) não há correlação serial do erro idiossincrático para o mesmo sujeito.

Dada a formulação matemática básica do modelo, apresentam-se as variantes aqui empregadas:

3.3.1.1 Modelo de efeitos aleatórios

O modelo de efeitos aleatórios consiste na aleatoriedade do termo de efeito individual específico c_i e é baseado nas hipóteses adicionais abaixo (além dos pressupostos básicos do modelo de dados em painel):

EA1: a média condicional de c_i é igual a zero. c_i não é correlacionado com as variáveis explicativas em qualquer instante em que estas forem observadas;

EA2: a variância condicional de c_i é finita; caso ele seja constante ao longo de todos os indivíduos, c_i é homocedástico; caso ela mude para pelo menos um sujeito, o processo é heterocedástico; e

EA3: não há multicolinearidade para os regressores.

3.3.1.2 Modelo de efeitos fixos

O modelo de efeitos fixos consiste na aleatoriedade do termo de efeito individual específico c_i e é baseado nas hipóteses adicionais abaixo (além dos pressupostos básicos do modelo de dados em painel):

EF1: c_i é correlacionado com pelo menos uma das variáveis explicativas para o sujeito *i*;

EF2: a variância condicional de c_i não atende aos pressupostos de EA2;

EF3: não há multicolinearidade para as variáveis que mudam ao longo do tempo.

3.3.1.3 Mínimos quadrados ordinários agrupados

Os mínimos quadrados ordinários (MQO) agrupados consistem em considerar c_i igual a zero para todo *i*. Dessa forma, obtém-se o modelo clássico de regressão, que pode ser estimado por meio dos estimadores tradicionais de mínimos quadrados. As hipóteses do modelo são feitas sobre os erros:

MQO1: o termo de erro idiossincrático possui média condicional às informações ao longo dos indivíduos e do tempo igual a zero; ademais, aquele não é correlacionado com qualquer variável explicativa, nem com o efeito específico ao longo do tempo e entre os sujeitos; e

MQO2: variância do erro idiossincrático: (a) é constante, positiva e finita entre os sujeitos e ao longo do tempo (homocedasticidade); (b) não há correlação serial do erro idiossincrático entre os sujeitos e ao longo do tempo.

Se um modelo de mínimos quadrados agrupados for executado para situações em que se exigem modelos de efeitos fixos ou de efeitos aleatórios, a estimativa dos parâmetros é viesada.

Calcularam-se as estimativas dos modelos com o auxílio do programa *Stata* versão 12.

Para este trabalho, N = 128 municípios, T = 2 anos e as variáveis inseridas foram descritas abaixo, baseadas nos estudos apresentados no início da seção:

- **Variável dependente:** IDSUS.
- **Variáveis explicativas:** gasto total em saúde *per capita* (GSAU), gasto com prevenção *per capita* (GPREV), gasto com assistência hospitalar *per capita* (GASSISTH), outras despesas em saúde *per capita* (GODS), gastos com educação *per capita* (GED), gastos com infraestrutura urbana *per capita* (GINFRA), gastos com saneamento básico *per capita* (GSAN), gastos com agricultura *per capita* (GAGR) e variável *dummy* relacionada ao ano da observação (2010: Ano = 0; 2011: Ano = 1).

Dessa forma, construíram-se as matrizes para o estudo das associações entre as variáveis:

Construção 1:

$$x'_{it} = [GSAU_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it}] \tag{4}$$

Construção 1.1:

$$x'_{it} = [GSAU_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it} \quad Ano_t] \tag{5}$$

Construção 2:

$$x'_{it} = [GPREV_{it} \quad GODS_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it}] \tag{6}$$

Construção 2.1:

$$x'_{it} = [GPREV_{it} \quad GODS_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it} \quad Ano_t] \tag{7}$$

Construção 3:

$$x'_{it} = [GASSISTH_{it} \quad GODS_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it}] \tag{8}$$

Construção 3.1:

$$x'_{it} = [GASSISTH_{it} \quad GODS_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it} \quad Ano_t] \tag{9}$$

Construção 4:

$$x'_{it} = [GASSISTH_{it} \quad GPREV_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it}] \tag{10}$$

Construção 4.1:

$$x'_{it} = [GASSISTH_{it} \quad GPREV_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it} \quad Ano_t] \tag{11}$$

Construção 5:

$$x'_{it} = [GASSISTH_{it} \quad GPREV_{it} \quad GODS_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it}] \tag{12}$$

Construção 5.1:

$$x'_{it} = [GASSISTH_{it} \quad GPREV_{it} \quad GODS_{it} \quad GED_{it} \quad GINFRA_{it} \quad GSAN_{it} \quad GAGR_{it} \quad Ano_t] \tag{13}$$

A matriz z'_i não possui elementos, para a análise desenvolvida nesta dissertação.

Estimou-se cada uma das construções de variáveis explicativas sob a forma delimitada por cada um dos três modelos de dados em painel descritos neste trabalho (efeitos fixos, efeitos aleatórios e MQO agrupado).

O modelo acima consistiu em fazer análises por meio de constructos específicos. Por exemplo, a construção 1 é praticamente a mesma que a 1.1, porém nesta última foi adicionado a variável ano. O mesmo raciocínio ocorreu para os demais constructos (2 e 3) em relação a aqueles deles decorrentes (2.1 e 3.1).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa divididos em três seções. A primeira seção apresenta a classificação dos municípios pernambucanos de acordo com os grupos homogêneos do IDSUS. A segunda descreve a análise das estatísticas descritivas. A terceira seção, por sua vez, trata dos resultados dos modelos de regressões.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS SEGUNDO GRUPOS HOMOGÊNEOS DO IDSUS

Conforme classificação do Ministério da Saúde, baseado nas informações enviadas pelos próprios municípios em suas prestações de contas em relação aos gastos públicos municipais com saúde, os municípios pernambucanos estão divididos nos seis grupos homogêneos do IDSUS, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Municípios por grupos homogêneos

Grupo	IDSE	ICS	Quantidade de municípios	%
6	Baixo	Baixo	136	73,52
5	Médio	Médio	3	1,62
4	Baixo	Baixo	42	22,70
3	Médio	Médio	1	0,54
2	Alto	Médio	2	1,08
1	Alto	Médio	1	0,54
TOTAL			**185**	**100,00**

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

O grupo homogêneo que apresenta o maior número de municípios é o GH 6, totalizando 136 municípios, o que representa 73,52% daqueles pertencentes ao estado de Pernambuco. Por sua vez, os grupos GH 1 (1 município) e GH 2 (2 municípios) que, de acordo com o indicador, apresentam os municípios com melhores estruturas de saúde, possuem apenas 3 municípios, ou seja, apenas 1,62% dos municípios de Pernambuco classificam-se nos grupos dos municípios mais ricos e estruturados em relação à saúde pública. O GH 1 é composto apenas pelo município de Recife e o GH 2 contempla os municípios de Caruaru e Jaboatão dos Guararapes. Cabo de Santo Agostinho é o único representante do GH 3 do IDSUS.

O GH 4 totaliza 42 municípios, a saber: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Agrestina, Araripina, Arcoverde, Barreiros, Belo Jardim, Bezerros, Bom Conselho, Buíque, Camaragibe, Carpina, Custódia, Escada, Floresta, Garanhuns, Goiana, Gravatá, Itambé,

Limoeiro, Moreno, Olinda, Ouricuri, Palmares, Paudalho, Paulista, Pesqueira, Petrolândia, Petrolina, Ribeirão, Salgueiro, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sirinhaém, Surubim, Timbaúba, Trindade, Vicência e Vitória de Santo Antão.

Já o GH 5 é formado pelos municípios de Ipojuca, Itapissuma e o arquipélago de Fernando de Noronha. Os municípios que compõem o GH 6 estão discriminados no Quadro 4:

Quadro 4 – Municípios pertencentes ao GH 6

Afrânio	Chã de Alegria	Jucati	Salgadinho
Água Preta	Chã Grande	Jupi	Saloá
Águas Belas	Condado	Jurema	Sanharó
Alagoinha	Correntes	Lagoa do Carro	Santa Cruz
Aliança	Cortês	Lagoa do Itaenga	Sta. Cruz da Baixa Verde
Altinho	Cumaru	Lagoa do Ouro	Santa Filomena
Amaraji	Cupira	Lagoa dos Gatos	Santa Maria do Cambucá
Angelim	Dormentes	Lagoa Grande	Santa Terezinha
Araçoiaba	Exu	Lajedo	São Benedito do Sul
Barra de Guabiraba	Feira Nova	Macaparana	São Bento do Uma
Belém de Maria	Ferreiros	Machados	São Caetano
Belém de São Francisco	Flores	Manari	São João
Betânia	Frei Miguelinho	Maraial	São Joaquim do Monte
Bodocó	Gameleira	Mirandiba	São Vicente Ferrer
Bom Jardim	Glória do Goitá	Moreilândia	Serrita
Bonito	Granito	Nazaré da Mata	Sertânia
Brejão	Iati	Orobó	Solidão
Brejinho	Ibimirim	Orocó	Tabira
Brejo da Madre de Deus	Ibirajuba	Palmeirina	Tacaimbó
Buenos Aires	Igarassu	Panelas	Tacaratu
Cabrobó	Iguaraci	Paranatama	Tamandaré
Cachoeirinha	Ilha de Itamaracá	Parnamirim	Taquaritinga do Norte
Caetés	Inajá	Passira	Terezinha
Calçado	Ingazeira	Pedra	Terra Nova
Calumbi	Ipubi	Poção	Toritama
Camocim de São Félix	Itacuruba	Pombos	Tracunhaém
Camutanga	Itaíba	Primavera	Triunfo
Canhotinho	Itapetim	Quipapá	Tupanatinga
Capoeiras	Itaquitinga	Quixaba	Tuparetama
Carnaíba	Jaqueira	Riacho das Almas	Venturosa
Carnaubeira da Penha	Jataúba	Rio Formoso	Verdejante
Casinhas	Jatobá	São José da Coroa Grande	Vertente do Lério
Catende	João Alfredo	São Lourenço da Mata	Vertentes
Cedro	Joaquim Nabuco	Sairé	Xexéu

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Conforme já explicitado, o GH 6 é o grupo homogêneo do IDSUS para o estado de Pernambuco com maior número de municípios, por isso ele foi escolhido como foco desta pesquisa.

4.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

4.2.1 Classificação dos municípios com maiores gastos *per capita* por área

De acordo com as informações disponíveis no sítio da FINBRA/STN (BRASIL, 2015), os municípios pernambucanos com maiores gastos *per capita* em saúde durante os anos de 2010 e 2011 são os representados na Tabela 3:

Tabela 3 – Maiores gastos *per capita* – saúde

2010		2011	
Município	**Valor (R$)**	**Município**	**Valor (R$)**
Itacuruba	779,18	Belém de São Francisco	1.019,15
Ingazeira	519,65	Itacuruba	846,41
São Joaquim do Monte	435,57	Ingazeira	700,18
Itaquitinga	400,57	Solidão	477,61
Tuparetama	388,27	Camutanga	477,38
Angelim	383,41	Jatobá	465,85
Camutanga	378,10	Orocó	457,16
Brejinho	376,35	São Joaquim do Monte	453,70
Solidão	375,68	Tuparetama	442,24
Santa Cruz da Baixa Verde	364,21	Angelim	420,83

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Durante o ano de 2010, o município de Itacuruba apresentou o maior gasto *per capita* em saúde (R$ 779,18), entre todos os municípios pernambucanos constantes no GH 6 do IDSUS, seguido de Ingazeira (R$ 519,65) e São Joaquim do Monte (R$ 435,57).

Já em 2011, o município de maior destaque foi Belém de São Francisco, com um gasto *per capita* de R$ 1.019,15, seguido por Itacuruba (R$ 846,41) e Ingazeira (R$ 700,18).

Vale ressaltar que, entre os dez municípios que proporcionaram o maior gasto *per capita* em saúde durante o ano de 2010, sete deles também permaneceram em 2011, com exceção de Itaquitinga, Brejinho e Santa Cruz da Baixa Verde, os quais cederam lugar aos municípios de Belém de São Francisco, Jatobá e Orocó.

Tabela 4 – Maiores gastos *per capita* – educação

2010		2011	
Município	**Valor (R$)**	**Município**	**Valor (R$)**
Itacuruba	1.197,35	Itacuruba	1.359,83
Iati	739,20	Paranatama	854,55
Granito	723,70	Moreilândia	839,39
Cortês	682,71	Calumbi	821,12
Xexéu	681,50	Casinhas	820,68
Ingazeira	672,00	Santa Cruz	816,67
Solidão	665,21	Afrânio	803,16
Calumbi	660,91	Cortês	799,97
Lagoa do Ouro	651,88	Ingazeira	786,51
Quixaba	649,67	Jupi	785,45

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Analisando-se os gastos *per capita* com educação, aquele que mais investiu durante o ano de 2010 foi Itacuruba (R$ 1.197,35), seguido por Iati (R$ 739,20) e Granito (R$ 723,70), conforme Tabela 4.

Ao contrário do que aconteceu em relação aos gastos com saúde, em que a maioria dos municípios que mais gastaram em 2010 permaneceram gastando em 2011, quando se refere ao gasto *per capita* com educação, apenas quatro dos dez municípios que mais gastaram em 2010 continuaram entre aqueles de 2011: Itacuruba (R$ 1.359,83), Cortês (R$ 799,97), Ingazeira (R$ 786,51) e Calumbi (R$ 821,12).

Destaca-se, também, o fato de todos os municípios que mais gastaram em ambos os anos aumentaram o valor dos investimentos em relação ao ano anterior, ou seja, os investimentos foram maiores em 2011, se comparados com o ano de 2010, da mesma forma que ocorrido com os gastos em saúde.

De acordo com a Tabela 5, os gastos *per capita* com infraestrutura são bem mais modestos do que aqueles realizados com saúde e educação. Os municípios com mais aplicação de recursos nesse quesito são, para 2010: Itacuruba, com o montante de R$ 374,74, Granito, tendo aplicado R$ 252,10, e Tuparetama (R$ 209,36).

Tabela 5 – Maiores gastos *per capita* – infraestrutura

2010		2011	
Município	**Valor (R$)**	**Município**	**Valor (R$)**
Itacuruba	374,74	Tuparetama	299,20
Granito	252,10	Itacuruba	276,57
Tuparetama	209,36	Tamandaré	224,64
Quixaba	181,85	Solidão	186,91
Lagoa do Carro	169,60	Quixaba	162,52
Betânia	148,67	Itapetim	161,85
Cumaru	141,31	Cumaru	161,18
Solidão	140,52	Rio Formoso	144,30
Joaquim Nabuco	138,74	Cedro	138,58
Camutanga	129,23	Granito	138,31

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Para 2011, seis dos municípios que mais aplicaram em infraestrutura em 2010 permaneceram entre os dez. O Município de Tuparetama foi o terceiro em aplicações nessa modalidade no ano de 2010, assumindo a primeira posição em 2011, tendo aplicado, por habitante, o valor de R$ 299,20, valor superior ao que aplicou no ano anterior, porém inferior ao aplicado por Itacuruba em 2010 (R$ 374,74). Mesmo sendo o que mais aplicou em 2010, esse município diminuiu os investimentos no ano seguinte, passando para R$ 276,57 *per capita*.

O município de Tamandaré, embora não apareça na lista dos maiores gastos *per capita* com infraestrutura em 2010, ficou em terceiro lugar entre aqueles que mais investiram em 2011.

Lagoa do Carro, Betânia, Joaquim Nabuco e Camutanga, embora apareçam entre no ano anterior, não figuram na lista dos maiores investidores deste aspecto no ano de 2011.

Analisando-se os gastos com saneamento básico, apenas dois municípios que figuram na lista dos dez maiores em 2010 permanecem também em 2011. Bodocó gastou R$ 147,44 e R$ 70,25 e Xexéu gastou R$ 134,32 e R$ 39,10, nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Maiores gastos *per capita* – saneamento básico

2010		2011	
Município	**Valor (R$)**	**Município**	**Valor (R$)**
Tamandaré	165,25	São Caetano	195,86
Bodocó	147,44	Manari	75,59
Xexéu	134,32	Catende	73,61
Barra de Guabiraba	122,89	Bodocó	70,25
Vertentes	106,36	Pedra	57,65
Sairé	101,12	São Benedito do Sul	57,24
Jupi	68,57	Água Preta	52,05
Orocó	62,66	Carnaíba	46,83
Iati	58,90	Ferreiros	39,96
Riacho das Almas	52,81	Xexéu	39,10

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Durante o ano de 2011, percebem-se investimentos bem menores, se comparados ao ano anterior. Apenas o valor do município que mais gastou evoluiu de um ano para o outro, saindo de R$ 165,25, investido por Tamandaré em 2010, para R$ 195,86, aplicado por São Caetano em 2011.

Por fim, entre as áreas objeto deste estudo, passa-se a descrever as aplicações *per capita* em agricultura pelos municípios pernambucanos participantes do GH 6 do IDSUS.

Tabela 7 – Maiores gastos *per capita* – agricultura

2010		2011	
Município	**Valor (R$)**	**Município**	**Valor (R$)**
Serrita	137,35	Ingazeira	102,88
Cumaru	120,11	Santa Cruz	89,24
Granito	97,38	Serrita	87,47
Brejinho	92,78	Granito	81,49
Santa Cruz	86,30	Sertânia	78,34
Cedro	78,17	Manari	75,27
Bodocó	74,51	Terezinha	67,97
Afrânio	70,41	Itapetim	67,47
Orocó	63,31	Brejinho	67,12
Lagoa Grande	60,75	Cedro	65,40

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

De acordo com a Tabela 7, destacam-se os municípios de Serrita, Granito, Brejinho, Santa Cruz e Cedro, os quais figuram entre os maiores gastos *per capita* durante os dois anos

analisados. Da mesma forma que ocorreu com os investimentos em infraestrutura, de uma forma geral, a agricultura passou pelo mesmo problema de redução ao longo dos anos.

Pelas Tabelas 8 e 9 é possível verificar a aplicação de recursos realizada pelos 128 municípios objetos de análise desta pesquisa, separadas por tipo de despesa, conforme abaixo discriminadas.

Tabela 8 – Gastos públicos (*per capita*) por função – 2010

Estatística	Saúde	Educação	Infraestrutura	Saneamento	Agricultura
Mínimo	0,00	212,88	0,00	0,00	0,00
Média	270,50	481,55	44,22	14,63	20,42
Máximo	779,18	1.197,35	374,74	165,25	137,35
Desvio padrão	86,95	125,54	56,03	29,20	24,34
Coeficiente de variação (%)	32,14	26,06	126,70	199,58	119,19

* Valores em R$.
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Tabela 9 – Gastos públicos (*per capita*) por função – 2011

Estatística	Saúde	Educação	Infraestrutura	Saneamento	Agricultura
Mínimo	0,00	69,13	0,00	0,00	0,00
Média	321,67	580,98	48,77	11,62	21,13
Máximo	1.019,15	1.359,83	299,20	195,86	102,88
Desvio padrão	111,92	151,34	55,14	22,72	21,62
Coeficiente de variação (%)	34,79	26,04	113,06	195,52	102,31

* Valores em R$
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

As despesas com saúde por habitante em 2010 variaram de R$ 0,0 a R$ 779,18, com média de R$ 270,50. O que chama a atenção nesse dado é que, dos 128 municípios pesquisados, 67 deles aplicam, em saúde, menos que a média dos demais. O município de Jaqueira aparece em último em relação a essa variável, aplicando apenas R$ 67,09 por pessoa em 2010, levando-se em consideração os que fizeram aplicação de recursos. Os municípios de Ferreiros, Ipubi e Primavera não aplicaram recursos nessa modalidade.

Já em 2011, referidos gastos tiveram variação entre R$ 0,0 e R$ 1.019,15, o que, em termos médios, equivale a R$ 321,67. O gasto máximo aumentou em relação ao ano anterior, assim como o gasto médio, porém o número de municípios que aplicou menos que a média do referido grupo passou para 77 municípios, com destaque para o município de Triunfo, que aplicou apenas R$ 2,48 *per capita* em saúde, e Santa Cruz, que nada aplicou nas atividades relacionadas a essa variável.

No que se refere aos gastos por pessoa em educação, é possível perceber que, em média, é gasto mais do que em saúde, nos dois anos analisados. O valor máximo gasto pelos municípios pernambucanos é de R$ 1.197,35, com média de R$ 481,55, em 2010, e

R$ 1.359,83, com média de R$ 580,98, em 2011. Os municípios que menos gastaram foram: Igarassu (R$ 212,88), em 2010, e Belém de São Francisco (R$ 69,13), em 2011.

Entre todas as variáveis estudadas, a educação apresentou um menor coeficiente de variação, o que comprova um maior nível de homogeneidade desses gastos. Vale ressaltar, também, os percentuais de variação bem próximos, de um ano ao outro (26,06% e 26,04%, respectivamente).

Os gastos com infraestrutura apresentam-se de forma bastante discreta nesses municípios pernambucanos, com média de R$ 44,22 para 2010 e 48,77 para 2011. Nos dois anos, 91 e 85 municípios aplicaram menos do que a média dos demais, respectivamente.

Em 2010, 18 dos municípios pesquisados não aplicaram em infraestrutura, e outros aplicaram valores mínimos, com destaque para Araçoiaba, que aplicou apenas R$ 0,02 por habitante, João Alfredo (R$ 0,24), Alagoinha (R$ 0,25), Bonito (R$ 0,32), Maraial (R$ 0,64) e Itaquitinga (R$ 0,86). Já em 2011, os municípios de Barra de Guabiraba, Capoeiras, Carnaubeira da Penha, Glória do Goitá, Ipubi, Jataúba, Maraial, Palmeirina, Sairé, Santa Cruz da Baixa Verde, São João, Triunfo e Venturosa, não aplicaram nessa modalidade de gastos. Em outros municípios, apesar de investirem, os valores chegaram a centavos, se analisados de forma *per capita*, como, por exemplo: Lajedo (R$ 0,34), Santa Filomena (R$ 0,68), Jurema (R$ 0,85) e São Joaquim do Monte (R$ 1,37).

Em relação aos gastos com saneamento básico, existe uma grande heterogeneidade entre os municípios analisados, comprovado pelo elevado coeficiente de variação nessa variável (199,58% para 2010 e 195,52% para 2011). Mesmo estando classificados no mesmo grupo homogêneo do IDSUS, respectivos municípios apresentaram características bem peculiares e bastante diferenças entre si.

O investimento médio em saneamento foi o menor entre todos os analisados, girando em torno de R$ 14,63 e R$ 11,62 para os dois anos, respectivamente. Em 2010, 54,68% dos 128 municípios pesquisados investiram menos de R$ 2,00 *per capita* em saneamento básico (37 não investiram, 24 investiram menos de R$ 1,00 e 9 investiram entre R$ 1,00 e R$ 2,00). Já em 2011, esse percentual caiu, porém ainda ficou em 51,56% (41 não investiram, 16 investiram menos de R$ 1,00 e 9 investiram entre R$ 1,00 e R$ 2,00).

Por sua vez, analisando-se a variável gasto *per capita* com agricultura, pode-se perceber uma variação média entre os valores aplicados entre R$ 20,42, em 2010, e R$ 21,13, em 2011. Essa variável também apresentou elevado coeficiente de variação nos dois anos pesquisados, comprovando quão heterogêneos são os municípios pertencentes a esse grupo do IDSUS.

4.2.2 Maiores e menores notas dos municípios pernambucanos no IDSUS

Com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde na página do IDSUS, pode-se extrair as notas para o ano de 2011. No entanto, em virtude da necessidade de analisar os dados correspondentes ao ano de 2010, foi necessário aplicar a metodologia de cálculo própria do IDSUS aos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde para que se chegasse às notas correspondentes ao ano de 2010. Assim se fez para melhor elucidação dos objetivos propostos no trabalho.

De acordo com a Tabela 10, verifica-se-se os municípios com maiores notas no IDSUS para o ano de 2010: Riacho das Almas, com nota 5,92, Quixaba, com 5,88, seguidos por Altinho e Lagoa do Ouro, ambos com nota 5,86. Entre os municípios de menores notas, encontram-se: Toritama, com 3,21, Águas Belas, com 3,48, e São Benedito do Sul, com 3,67.

Tabela 10 – Maiores e menores notas IDSUS – GH 6 – 2010

Maiores notas		Menores notas	
Município	**Nota**	**Município**	**Nota**
Riacho das Almas	5,92	Brejo da madre de Deus	4,18
Quixaba	5,88	Tacaratu	4,14
Altinho	5,86	Lagoa dos Gatos	4,10
Lagoa do Ouro	5,86	Salgadinho	4,09
Jupi	5,62	Manari	3,97
São Caetano	5,56	Orocó	3,76
Caetés	5,53	Afrânio	3,74
Santa Cruz da Baixa Verde	5,52	São Benedito do Sul	3,67
Vertente do Lério	5,48	Águas Belas	3,48
Tamandaré	5,45	Toritama	3,20

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Já para o ano de 2011, as notas foram publicadas na página específica do IDSUS, vinculada ao Ministério da Saúde. Os municípios pernambucanos pertencentes ao GH 6 com melhores notas foram: Quixaba, Lagoa do Ouro, Altinho e Riacho das Almas, conforme descrito na Tabela 11. Por sua vez, aqueles com piores notas foram: Toritama, Águas Belas, São Benedito do Sul e Orocó.

Embora pertencentes ao mesmo grupo de acordo com os critérios socioeconômicos e de saúde estabelecidos pelo Ministério da Saúde para o IDSUS, os municípios são bastante heterogêneos e com características bem peculiares. Basta analisar a diferença entre a maior e a menor nota obtida por eles no ano de 2011, correspondendo a 6,33 e 3,53, respectivamente. As notas atribuídas a esse grupo homogêneo apresentam um coeficiente de variação em média de 8,84%.

Tabela 11 – Maiores e menores notas IDSUS – GH 6 – 2011

Maiores notas		Menores notas	
Município	**Nota**	**Município**	**Nota**
Quixaba	6,33	Tacaratu	4,58
Lagoa do Ouro	6,31	Lagoa dos Gatos	4,54
Altinho	6,26	Brejo da Madre de Deus	4,51
Riacho das Almas	6,26	Manari	4,49
Jupi	6,07	Salgadinho	4,44
Caetés	6,02	Afrânio	4,22
Santa Cruz da Baixa Verde	6,00	Orocó	4,20
São Caetano	5,92	São Benedito do Sul	4,10
Tamandaré	5,88	Águas Belas	3,95
Vertente do Lério	5,88	Toritama	3,53

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Considerando-se todas as notas para os municípios desse grupo homogêneo, tem-se uma nota média de 5,28. Do total de municípios pesquisados, 75 deles apresentam nota acima desta. Vale ressaltar que a nota do IDSUS para o Brasil foi de 5,47, e para o estado de Pernambuco foi de 5,29. Essa média para o estado de Pernambuco se dá justamente pela grande concentração de municípios no GH 6, sendo 136 municípios de um total de 185. Isso justifica o porquê da proximidade da nota final desse grupo homogêneo, quando comparado com a nota final estadual.

O estado de Pernambuco, com essa nota, ficou apenas em 16º lugar entre os estados brasileiros, que teve Santa Catarina com a maior nota (6,29) e o Pará com a menor (4,17). Em relação aos estados nordestinos, Pernambuco ocupa apenas a 6ª colocação, com Alagoas em 1º, apresentando nota 5,43 e a Paraíba em 9º, com nota 5,0.

A Tabela 12 contém as estatísticas descritivas média, desvio padrão, valores máximo e mínimo de cada uma das variáveis utilizadas nos modelos estatísticos.

Tabela 12 – Estatísticas descritivas

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
IDSUS	256	5,08	0,51	3,20	6,33
GSAU	256	739,26	204,50	290,06	2.099,96
GPREV	256	386,15	212,95	8,89	1.230,03
GASSISTH	256	206,89	206,74	0,00	1.368,82
GODS	256	146,22	175,34	0,00	1.103,63
GED	256	1.279,60	333,63	545,57	3.358,65
GINFRA	256	103,66	97,83	0,00	582,71
GSAN	256	34,44	56,69	0,00	374,50
GAGR	256	50,23	52,59	0,00	350,14

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Com base nos dados da Tabela 12, pode-se analisar o comportamento dos gastos *per capita* em relação às variáveis estudadas, bem como do IDSUS nos anos de 2010 e 2011, cumulativamente.

Entre todas as variáveis, a que apresenta maior destaque em relação à aplicação de recursos é educação, com valores que variam entre R$ 545,57 e R$ 3.358,65 nos 128 municípios analisados.

Os gastos com saúde *per capita* ficam em segundo lugar em relação aos valores investidos pelos municípios pernambucanos, atingindo o valor máximo de R$ 2.099,96 e mínimo de R$ 290,96.

O gasto *per capita* com agricultura apresenta o pior índice médio entre todos os analisados, tendo sido aplicado, em média, apenas R$ 50,23, se analisados os valores investidos, durante os dois anos da pesquisa, pelos municípios pernambucanos pertencentes ao GH 6 do IDSUS.

Vale ressaltar que alguns municípios apresentaram componentes nulos de gasto *per capita*. A relação está evidenciada no Quadro 5.

Quadro 5 – Municípios que apresentaram valor nulo nos componentes de gastos analisados

Variável	Data	
	2008-2010	**2009-2011**
GASSIST	Brejinho, Gameleira, Inajá, Moreilândia, Terezinha, Verdejante	Brejinho, Serrita, Moreilândia, Terezinha, Verdejante
GODS	Camutanga, Cedro, Chã de Alegria, Correntes, Dormentes, Granito, Iati, Inajá, Lagoa do Ouro, Macaparana, Manari, Nazaré da Mata, Parnamirim, Poção, Quipapá, Quixaba, Salgadinho, Santa Maria do Cambucá, São Caetano, São João, São José da Coroa Grande, Tupanatinga	Cedro, Chã de Alegria, Correntes, Dormentes, Granito, Iati, Inajá, Ingazeira, Macaparana, Manari, Nazaré da Mata, Parnamirim, Poção, Quipapá, Quixaba, São João, São José da Coroa Grande, Moreilândia, Tupanatinga
GINFRA	Palmeirina, Venturosa	Jataúba, Palmeirina, Venturosa
GSAN	Angelim, Carnaubeira da Penha, Igarassu, Itaíba, Machados, Passira, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José da Coroa Grande, Terezinha	Angelim, Camutanga, Carnaubeira da Penha, Dormentes, Glória do Goitá, Granito, Igarassu, Itaíba, Lagoa do Itaenga, Machados, Passira, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José da Coroa Grande
GAGR	Iati, Ilha de Itamaracá, Santa Terezinha	Iati, Inajá, Ilha de Itamaracá, Quixaba, Santa Terezinha

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Os municípios acima descritos, apesar de possuírem seus dados informados e disponíveis na base de dados FINBRA/STN, não possuem quaisquer gastos informados para as variáveis analisadas neste estudo, tendo apresentado, portanto, variáveis nulas.

Os valores das estatísticas descritivas separadas para os anos de 2010 e 2011 encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 13 e 14. A primeira apresenta os dados correspondentes ao ano de 2010, e a outra os dados de 2011.

Analisando-se apenas o ano de 2010, separadamente, percebe-se situação semelhante ao apresentado de forma consolidada, em que o maior gasto dispendido pelos municípios pernambucanos diz respeito ao gasto com educação *per capita*, com investimento médio de

R$ 1.202,33, variando entre R$ 545,57 (menor valor) e R$ 3.090,07 (maior valor aplicado pelos municípios pernambucanos).

Tabela 13 – Estatísticas descritivas para o ano de 2010

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
IDSUS	128	4,87	0,48	3,21	5,92
GSAU	128	701,51	188,17	290,06	1.956,09
GPREV	128	373,21	199,47	8,89	866,70
GASSISTH	128	195,13	199,56	0,00	1.083,92
GODS	128	133,18	168,72	0,00	1.103,63
GED	128	1.202,33	311,02	545,57	3.090,07
GINFRA	128	99,21	86,99	0,00	346,43
GSAN	128	35,12	57,59	0,00	374,50
GAGR	128	49,04	53,71	0,00	349,37

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Os menores investimentos *per capita* foram identificados em infraestrutura, durante o ano de 2010, um pouco acima daqueles investidos em agricultura (R$ 346,43 e 349,37, respectivamente). Esses foram os maiores valores investidos em cada uma dessas modalidades de aplicação de recursos. Chama a atenção o fato de muitos municípios não terem aplicado qualquer recurso em infraestrutura, saneamento básico e agricultura.

A Tabela 14 descreve os resultados das estatísticas descritivas para o ano de 2011, conforme análise dos dados obtidos na pesquisa.

Tabela 14 – Estatísticas descritivas para o ano de 2011

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
IDSUS	128	5,28	0,48	3,53	6,33
GSAU	128	777,01	213,76	367,06	2.099,96
GPREV	128	399,10	225,67	78,13	1.230,03
GASSISTH	128	218,65	213,82	0,00	1.368,82
GODS	128	159,26	181,45	0,00	958,07
GED	128	1.356,87	338,71	636,36	3.358,65
GINFRA	128	108,10	107,74	0,00	582,71
GSAN	128	33,75	56,00	0,00	371,53
GAGR	128	51,43	51,63	0,00	350,14

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Os investimentos *per capita* realizados em todas as variáveis objeto deste estudo sofreram aumento em relação ao ano anterior. Apesar de alguns municípios continuarem sem realizar investimentos em infraestrutura, saneamento básico e agricultura, o valor médio em infraestrutura teve aumento significativo, saindo de R$ 99,21, em 2010, para R$ 108,10, em 2011, com valor máximo investido de R$ 582,71.

Os gastos com educação também aumentaram significativamente em relação ao ano imediatamente anterior. Por sua vez, o gasto com saneamento diminuiu de R$ 374,50 (2010) para R$ 371,53 (2011).

4.3 RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO

Para cada variável, o número superior corresponde ao valor do coeficiente, e o número inferior corresponde ao erro padrão.

Estimaram-se os modelos utilizando-se métodos robustos à heterocedasticidade (matriz de *White* para a estimativa da variância). Todavia, não se aplicaram testes para a verificação de correlação serial dos erros e para a presença de dependência em *cross-section* nos modelos em painel, pois se trata de um painel de dois períodos.

Nas subseções seguintes, apresentam-se os resultados dos modelos para cada construção de variáveis dependentes e para cada tipo de estimador utilizado (MQO, efeitos fixos e efeitos aleatórios).

4.3.1 Estimação por mínimos quadrados ordinários (MQO)

Tabela 15 – Estimador de MQO

Variáveis	Estimador de MQO					
	1	**2**	**3**	**1.1**	**2.1**	**3.1**
GSAU	6,05E-04*	–	–	5,25E-04	–	–
	2,95E-04			2,91E-04		
GASSISTH	–	5,92E-04**	6,85E-04*	–	5,32E-04**	5,80E-04*
		1,79E-04	2,90E-04		1,79E-04	2,90E-04
GPREV	–	5,64E-04**	6,55E-04*	–	5,56E-04**	6,02E-04*
		2,18E-04	3,04E-04		2,26E-04	3,13E-04
GODS	–	–	1,82E-04	–	–	9,33E-05
			3,77E-04			3,61E-04
GED	7,43E-05	1,64E-04	1,23E-04	-4,51E-05	1,85E-05	-2,23E-06
	1,75E-04	1,35E-04	1,73E-04	1,76E-04	1,36E-04	1,78E-04
GINFRA	1,02E-04	1,60E-05	4,67E-06	1,12E-04	2,04E-05	1,46E-05
	4,23E-04	3,86E-04	4,02E-04	4,16E-04	3,84E-04	3,96E-04
GSAN	1,87E-04	3,58E-05	6,79E-05	3,09E-04	1,83E-04	1,99E-04
	7,24E-04	7,18E-04	7,15E-04	7,10E-04	6,96E-04	7,00E-04
GAGR	-1,01E-03	-6,99E-04	-7,75E-04	-7,72E-04	-5,02E-04	-5,42E-04
	7,93E-04	7,57E-04	7,38E-04	7,97E-04	7,60E-04	7,41E-04
Ano	–	–	–	3,81E-01**	3,84E-01**	3,83E-01**
				2,14E-02	2,01E-02	1,95E-02
coef.	4,56E+00**	4,55E+00**	4,53E+00**	4,57E+00**	4,55E+00**	4,54E+00**
	2,20E-01	1,72E-01	1,86E-01	1,84E-01	1,63E-01	1,65E-01
Outras estatísticas						
N	256	256	256	256	256	256
R-quad.	0,006	0,091	0,092	0,195	0,220	0,220
F/*chi-sq*	1,97	3,320	2,800	683,840	429,020	376,170
Valor-P	0,088	0,004	0,009	0,000	0,000	0,000
Valor-P (*diff.*)[a]	–	0,879	0,038	–	0,904	0,910

Nota: * significante a 5%; ** significante a 1%; [a] Valor-P da diferença entre os coeficientes das variáveis GASSISTH e GPREV.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

Para análise dos modelos (tanto este quando os de efeitos fixos e efeitos aleatórios), fez-se uso de regressão linear, levando-se em consideração a variável dependente IDSUS e analisando-se o impacto das demais variáveis utilizadas no modelo sobre aquela variável dependente. A escolha pela regressão linear se deve ao fato de se usar um modelo previamente existente, pois não existe uma teoria que relacione o IDSUS com as variáveis específicas objeto deste estudo.

Inicialmente compararam-se as construções 1 com 1.1 e, em seguida, 2 e 3 com 2.1 e 3.1, respectivamente. Para a construção 1, levou-se em consideração as variáveis GSAU, GED, GINFRA, GSAN e GAGR, sem considerar, portanto, GASSISTH, GPREV, GODS e Ano.

Avaliando-se o constructo 1, pode-se perceber que o GSAU possui coeficiente 6,05E-04, isso significa dizer que o aumento de R$ 1,00 no gasto público com saúde provocaria um aumento de 0,000605 no IDSUS. Ainda de acordo com o mesmo modelo, analisando-se o GED, este possui coeficiente 7,43E-05. Isso corresponde a um aumento de 0,0000743 no IDSUS para cada aumento de R$ 1,00 de gasto em educação. No entanto, esse valor não é estatisticamente significante e não se deve considerá-lo como importante para o modelo em análise, devido à sua aleatoriedade ser muito grande.

Portanto, nas construções 1 e 1.1, a significância estatística ocorre para o coeficiente da variável GSAU, cujo valor é positivo. No entanto, o primeiro modelo apresenta significância conjunta das variáveis, acima do nível superior a 5%, o que compromete sua escolha. Esse nível de significância de 5% corresponde a considerar que existe 5% de chance de isso não ser verdadeiro. Além disso, é possível observar que a inserção da variável *dummy* de tempo (Ano) ao modelo 1.1 aumentou o R-quadrado, e essa variável, isoladamente, possui significância estatística em seu coeficiente ao nível de 1% (significa 1% de probabilidade de não estar correto) e, ao mesmo tempo, este possui elevada magnitude. A consequência verificada foi que GSAU perdeu significância estatística.

Por si só, a variável Ano (vale ressaltar que ela não representa valor, mas apenas a passagem de um ano para o outro), quando inserida no modelo 1.1, tornou-se estatisticamente significante a 1%, isso equivale dizer que, considerando-se todas as variáveis da construção 1 e desconsiderando-se aquelas também por ele desconsideradas, a passagem de um ano para o outro tornou o gasto com saúde (GSAU) insignificante. A inclusão da variável tempo representou um aumento de 0,38 na nota dos IDSUS dos municípios pesquisados, de 2010 para 2011.

Para se analisarem as construções 2 e 2.1, excluiu-se a variável GSAU e adicionaram-se as variáveis GASSISTH e GPREV em ambas as construções e, ainda, a variável Ano para

2.1. Já em relação a 3 e 3.1, excluiu-se a variável GSAU e adicionaram-se GASSISTH, GPREV e GODS para ambas as construções e a variável Ano para 3.1.

Para as construções 2, 3, 2.1 e 3.1, foi possível verificar que as inserções das variáveis Ano e GODS promoveram mudanças significativas nos desvios padrão dos coeficientes das variáveis de gastos relacionados à saúde. A variável Ano possui coeficiente significativo e de elevada magnitude para os modelos 2.1 e 3.1. Já a inserção de GODS faz com que os Valores-P dos coeficientes de GPREV e GASSISTH, cujos valores são positivos, aumentem. Caso sejam levadas em consideração as alterações que essas variáveis provocam nos modelos, devem-se inserir aquelas nos cálculos para uma maior precisão da análise da associação entre componentes de gastos e o IDSUS. Assim, por todo o exposto, a construção 3.1 foi a escolhida para o estimador de MQO. Segundo ela, o aumento de R$ 1,00 em gasto com assistência hospitalar (GASSISTH) provoca aumento de 0,000580 no IDSUS; já o aumento de R$ 1,00 em GPREV possibilita aumento de 0,000602 no mesmo índice.

Convém lembrar que, ao se testar para multicolinearidade, o fator de inflação da variância era superior a 10 em duas variáveis para o modelo 1 e em uma variável para os demais modelos. A variável comum a todos os modelos que poderia representar algum indício de multicolinearidade é GED. Todavia, suas correlações com as demais variáveis são inferiores, em módulo, a 0,35.

4.3.2 Método de estimação: efeitos fixos (EF)

Tabela 16 – Estimador de efeitos fixos **(continua)**

Variáveis	Estimador de efeitos fixos					
	1	2	3	1.1	2.1	3.1
GSAU	1,06E-03**	–	–	9,79E-05	–	–
	3,31E-04			6,25E-05		
GASSISTH	–	4,79E-04	9,53E-04**	–	-1,26E-04	-5,95E-05
		3,16E-04	3,50E-04		7,76E-05	7,95E-05
GPREV	–	6,90E-04	1,09E-03**	–	7,70E-05	1,35E-04*
		3,73E-04	3,51E-04		5,42E-05	6,18E-05
GODS	–	–	1,20E-03**	–	–	1,42E-04
			3,10E-04			1,15E-04
GED	1,74E-03**	2,00E-03**	1,73E-03**	8,30E-05	8,70E-05	8,65E-05
	1,62E-04	1,37E-04	1,59E-04	6,83E-05	6,87E-05	6,68E-05
GINFRA	2,22E-04	2,14E-04	3,04E-04	2,49E-05	9,14E-05	1,04E-04
	2,44E-04	2,72E-04	2,51E-04	9,84E-05	1,13E-04	1,16E-04
GSAN	-2,77E-04	-2,94E-04	-2,53E-04	-1,71E-05	1,75E-05	1,73E-05
	2,88E-04	3,36E-04	3,08E-04	1,45E-04	1,76E-04	1,71E-04
GAGR	-5,39E-04	3,58E-05	-5,59E-04	-4,09E-05	6,95E-05	-1,53E-06
	9,32E-04	9,11E-04	9,04E-04	1,82E-04	1,80E-04	1,72E-04
Ano	–	–	–	3,92E-01**	3,99E-01**	3,92E-01**
				1,37E-02	1,31E-02	1,36E-02
coef.	2,07E+00**	2,13E+00**	2,07E+00**	4,70E+00**	4,74E+00**	4,69E+00**
	1,27E-01	1,39E-01	1,34E-01	9,26E-02	8,67E-02	9,20E-02

Tabela 16 – Estimador de efeitos fixos **(conclusão)**

Outras estatísticas	Estimador de efeitos fixos					
	1	**2**	**3**	**1.1**	**2.1**	**3.1**
N	256	256	256	256	256	256
R-quad.	0,041	0,039	0,038	0,173	0,154	0,152
F/*chi-sq*	143,000	111,130	108,880	1.117,770	1.031,700	920,690
Valor-P	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
rho	0,977	0,974	0,978	0,992	0,992	0,992
Valor-P (*diff.*)[a]	–	0,525	0,6253	–	0,009	0,010

Nota: * significante a 5%; ** significante a 1%; [a] Valor-P da diferença entre os coeficientes das variáveis GASSISTH e GPREV.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

O segundo estimador utilizado nesta pesquisa foi o de efeitos fixos. Esse modelo leva em consideração que cada um dos municípios estudados tem suas características específicas e as consideram na avaliação, do ponto de vista estatístico. Nesse estimador, permite-se que essas características se associem, se correlacionem com essas variáveis.

Da mesma forma que ocorreu com os mínimos quadrados ordinários, compararam-se as construções 1 com 1.1 e, em seguida, 2 e 3 com 2.1 e 3.1., respectivamente, considerando-se, para a construção 1, as variáveis GSAU, GED, GINFRA, GSAN e GAGR, sem se considerar, portanto, GASSISTH, GPREV, GODS e Ano.

Nas construções 1 e 1.1, a significância estatística surge para o coeficiente da variável GSAU, cujo valor é positivo em 1,06E-03, o que significa que o aumento de R$ 1,00 em gasto com saúde representa aumento de 0,00106 no IDSUS. No modelo 1, a variável GED também possui coeficiente positivo e estatisticamente significante. Para um aumento de R$ 1,00 em gasto com educação, aumenta-se 0,00174 na nota do IDSUS. Além disso, é possível observar que a inserção da variável *dummy* de tempo ao modelo 1.1 aumentou o R-quadrado, e esta, isoladamente, possui significância estatística em seu coeficiente ao nível de 1% e, ao mesmo tempo, este possui elevada magnitude. A consequência verificada foi que GSAU perdeu significância estatística.

Para as construções 2, 3, 2.1 e 3.1 foi possível verificar que as inserções das variáveis Ano e GODS alteraram a significância dos coeficientes das variáveis de gastos relacionados à saúde. A variável Ano possui coeficiente significativo e de elevada magnitude para os modelos 2.1 e 3.1. Já a inserção de GODS faz com que os Valores-P dos coeficientes de GPREV e GASSISTH, cujos valores são positivos, diminuíssem para o modelo 3. No modelo 3.1, GPREV apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo a 5%, e GASSISTH não possui significância estatística. Se se levarem em conta as alterações que essas variáveis provocam nos modelos, aquelas (Ano e GODS) devem ser inseridas nos cálculos para uma maior precisão da análise da associação entre componentes de gastos e o

IDSUS. Assim, entre as expostas, escolheu-se a construção 3.1 para o estimador de efeitos fixos.

Nos modelos 2 e 3, a variável GED apresenta coeficiente positivo e estatisticamente significante a 1%.

Para todas as construções, a estatística *rho* evidencia que mais de 97% da variância não explicada pelas variáveis independentes é devido a efeitos individuais específicos.

Convém lembrar que, ao se testar para multicolinearidade, o fator de inflação da variância era superior a 10 em 2 variáveis para o modelo 1 e em 1 variável para os demais modelos. A variável comum a todos os modelos que poderia representar algum indício de multicolinearidade é GED, fato semelhante ao ocorrido para as construções estimadas por MQO.

4.3.3 Método de estimação: efeitos aleatórios (EA)

Tabela 17 – Estimador de efeitos aleatórios

Variáveis	Estimador de efeitos aleatórios					
	1	**2**	**3**	**1.1**	**2.1**	**3.1**
GSAU	9,43E-04** 2,48E-04	–	–	1,22E-04* 5,49E-05	–	–
GASSISTH	–	7,66E-04** 2,45E-04	1,15E-03** 2,74E-04	–	-5,51E-05 7,02E-05	2,94E-06 7,12E-05
GPREV	–	5,17E-04* 2,35E-04	8,64E-04** 2,82E-04	–	9,94E-05* 4,78E-05	1,49E-04** 5,37E-05
GODS	–	–	8,83E-04* 4,29E-04	–	–	1,26E-04 1,08E-04
GED	1,22E-03** 1,42E-04	1,35E-03** 1,59E-04	1,21E-03** 1,26E-04	8,49E-05 5,48E-05	9,33E-05 5,50E-05	8,75E-05 5,40E-05
GINFRA	5,17E-05 3,70E-04	-6,90E-05 3,97E-04	-3,00E-05 4,35E-04	2,60E-05 9,75E-05	6,55E-05 1,06E-04	7,54E-05 1,08E-04
GSAN	-3,36E-04 3,71E-04	-4,72E-04 4,00E-04	-3,95E-04 3,81E-04	-5,04E-06 1,37E-04	2,12E-05 1,61E-04	2,19E-05 1,57E-04
GAGR	-1,41E-03** 4,59E-04	-1,02E-03* 4,87E-04	-1,39E-03** 4,96E-04	-8,74E-05 1,72E-04	1,30E-05 1,67E-04	-5,17E-05 1,61E-04
Ano	–	–	–	3,90E-01** 1,21E-02	3,96E-01** 1,13E-02	3,91E-01** 1,20E-02
coef.	2,90E+00** 2,60E-01	3,06E+00** 2,02E-01	2,91E+00** 2,45E-01	4,68E+00** 9,55E-02	4,72E+00** 8,85E-02	4,68E+00** 9,58E-02
Outras estatísticas						
N	256	256	256	256	256	256
R-quad.	0,047	0,053	0,051	0,175	0,165	0,163
F/*chi-sq*	187,990	217,850	262,850	6.906,730	7.248,520	7.509,320
Valor-P	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
rho	0,938	0,926	0,936	0,992	0,992	0,992
theta	0,8212	0,804	0,818	0,936	0,937	0,937
Valor-P (*diff.*)[a]	–	0,314	0,242	–	0,021	0,023

Nota: * significante a 5%; ** significante a 1%; [a] Valor-P da diferença entre os coeficientes das variáveis GASSISTH e GPREV.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2015).

O terceiro e último estimador utilizado foi o de efeitos aleatórios. Diferentemente do que acontece no modelo de efeitos fixos, no qual as características peculiares a cada município são consideradas, neste modelo devem-se expurgar tais características.

Os comparativos entre constructos seguiram o mesmo raciocínio dos estimadores anteriores. Nas construções 1 e 1.1, a significância estatística aparece para o coeficiente da variável GSAU, cujo valor é positivo, apresentando aumentos de 0,000943 e 0,000122 no IDSUS para os modelos, respectivamente, a cada aumento de R$ 1,00 nos gastos com saúde.

No modelo 1, as variáveis GED e GAGR possuem coeficientes estatisticamente significantes, sendo o primeiro positivo e o segundo negativo. Além disso, é possível observar que a inserção da variável *dummy* de tempo ao modelo 1.1 aumentou o R-quadrado, e esta, isoladamente possui significância estatística em seu coeficiente ao nível de 1% e, ao mesmo tempo, este possui elevada magnitude. A consequência verificada foi que GSAU perdeu significância estatística.

Para as construções 2, 3, 2.1 e 3.1, foi possível verificar que as inserções das variáveis Ano e GODS alteraram a significância dos coeficientes das variáveis de gastos relacionados à saúde. A variável Ano possui coeficiente significativo e de elevada magnitude para os modelos 2.1 e 3.1. Já a inserção de GODS faz com que os Valores-P dos coeficientes de GPREV e GASSISTH, cujos valores são positivos, diminuam para o modelo 3. No modelo 3.1, GPREV apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo a 5%, e GASSISTH não possui significância estatística. Se se levarem em conta as alterações que essas variáveis provocam nos modelos, devem-se inserir aquelas (Ano e GODS) nos cálculos, para uma maior precisão da análise da associação entre componentes de gastos e o IDSUS. Assim, optou-se pela construção 3.1 para o estimador de efeitos aleatórios.

Nos modelos 2 e 3, as variáveis GED e GAGR apresentam coeficientes estatisticamente significantes, sendo o primeiro positivo e o segundo negativo.

Para todas as construções, a estatística *rho* evidencia que mais de 97% da variância não explicada pelas variáveis independentes é devido a efeitos individuais específicos.

Convém lembrar que, ao se testar para multicolinearidade, o fator de inflação da variância era superior a 10 em 2 variáveis para o modelo 1, e em 1 variável para os demais modelos. A variável comum a todos os modelos que poderia representar algum indício de multicolinearidade é GED, fato semelhante ao ocorrido para as construções estimadas por MQO e por efeitos fixos.

4.3.4 Considerações sobre as estimativas e modelo escolhido

Devido à não aleatoriedade na escolha da amostra, Dougherty (2012) recomenda o uso do estimador de efeitos fixos ao invés de efeitos aleatórios, para a análise de dados em painel. Apesar de tal indicação, realizaram-se, ainda, testes para a escolha do melhor modelo com base na regressão auxiliar apresentada em Wooldridge (2010). Tal procedimento substitui o teste consagrado de *Hausman*, pois os modelos em painel descritos neste trabalho foram calculados com o uso dos estimadores de variância de *Hubber-White*, para o controle da heterocedasticidade. Além disso, fez-se o teste de *Breusch-Pagan*, no sentido de se decidir entre os modelos estimados por MQO ou por Efeitos Aleatórios.

Para as construções 3.1, estimaram-se os resultados dos testes por métodos diferentes:

A estatística de *Sargan-Hansen* foi de 13,210, gerando um Valor-P de 0,067. Dessa forma, apesar de não se rejeitar a hipótese nula a 5%, o que recomendaria a adoção de um procedimento de efeitos aleatórios, há, contudo, a situação de não aleatoriedade dos entes devido à seleção de um grupo que representa uma faixa específica do indicador IDSUS. Caso fosse mais permissivo, poder-se-ia rejeitar a hipótese de não correlação entre o efeito específico de indivíduo e o termo de erro idiossincrático a um nível de 10%. Dessa forma, ter-se-iam dois argumentos a favor do uso de modelo de efeitos fixos.

Caso fosse escolhido o modelo de efeitos aleatórios, seria necessário haver um segundo teste para que se optasse entre este e o estimador de MQO. Tal procedimento é o de *Breusch-Pagan*, cujo valor da estatística foi de 123,49, com Valor-P menor que 1% para o modelo 3.1, rejeitando-se a hipótese nula de não variância do termo de efeito específico de cada indivíduo da amostra. Então, o método dos efeitos aleatórios seria o mais indicado caso o estimador de efeitos fixos não figurasse entre as decisões viáveis.

Assim, ao se decidir pela construção 3.1 estimada pelo método de efeitos fixos, foi possível perceber que, dentre os gastos em saúde, somente o relacionado à prevenção tem impacto positivo sobre o IDSUS. É bom observar que a variável Ano, em todos os modelos em que foi utilizada, apresenta coeficiente estatisticamente significativo a 1% e coeficiente elevado (entre 0,38 e 0,4), em comparação com os demais coeficientes das variáveis independentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos em saúde, assim como em demais área estratégicas, como, por exemplo, educação, infraestrutura, saneamento básico e agricultura, podem proporcionar avanços e desenvolvimento nos municípios brasileiros. Além dos valores a serem investidos, os governantes devem preocupar-se com a eficiência desses gastos. Assim, o Ministério da Saúde criou o IDSUS como mecanismo de avaliação do SUS quanto ao cumprimento de seus princípios e diretrizes.

A aplicação de recursos públicos e a verificação de sua eficiência se deve ao fato de que aqueles são escassos, enquanto que as demandas da sociedade por serviços públicos relacionados à saúde são ilimitadas. Dessa forma, a relação entre gastos públicos e o desempenho do SUS foram motivação para a realização desta pesquisa. Neste sentido, o presente estudo se propôs a analisar se os gastos públicos influenciam o IDSUS nos municípios pernambucanos e, assim, possibilitar, por meio de seus resultados, a apresentar dados a serem utilizados pelos gestores públicos na elaboração e acompanhamento de políticas públicas.

Como objetivos específicos, o presente estudo buscou relacionar os municípios pernambucanos classificados em grupos homogêneos segundo o IDSUS; identificar o comportamento dos gastos públicos *per capita* em saúde, educação, infraestrutura, saneamento e agricultura nos municípios pernambucanos constantes na amostra deste estudo; além de verificar o desempenho dos municípios pernambucanos em relação ao IDSUS.

O pressuposto básico deste trabalho foi que os investimentos públicos nas variáveis escolhidas para este estudo provocariam melhorias no IDSUS dos municípios pernambucanos pertencentes ao GH 6 e, para tanto, os municípios escolhidos para a realização da pesquisa foram aqueles com piores condições de saúde, conforme o indicador publicado pelo próprio Ministério da Saúde.

Nesta pesquisa, averiguou-se que, embora pertencentes ao mesmo grupo homogêneo do IDSUS, os municípios pernambucanos objeto deste estudo possuem características bastante peculiares que os tornam heterogêneos entre si, produzindo, inclusive, resultados bastante distintos entre eles. Isso pôde ser comprovado analisando-se a variação entre as maiores e menores notas do IDSUS para os municípios em questão.

Após os testes realizados, com estimadores de efeitos aleatórios, mínimos quadrados ordinários e efeitos fixos, optou-se por este último como o ideal para análise das variáveis e seu impacto em relação ao IDSUS.

Entre todas as variáveis adotadas neste estudo, apenas aquela relacionada aos gastos com prevenção na saúde influenciam significativamente o IDSUS.

Ressalta-se que a variável Ano, a qual não representa valores, mas sim apenas a passagem de um ano ao outro (2010 para 2011), é estatisticamente significante em todos os modelos utilizados, o que representa que todos os municípios melhoraram suas notas de um ano para outro.

Para responder o problema de pesquisa presente neste estudo, analisou-se os gastos públicos tais como gastos *per capita* com saúde, educação, infraestrutura, saneamento e agricultura nos municípios pernambucanos constantes na amostra. Dentre todos eles, apenas o gasto público com prevenção em saúde provocou impacto positivo sobre o IDSUS.

Este trabalho apresentou como limitações as restrições contidas no indicador, por se tratarem de informações publicadas apenas para dois anos (2010 e 2011), bem como nas variáveis utilizadas, destacando-se a ausência de dados correspondentes aos gastos públicos para oito municípios pernambucanos pertencentes ao GH 6 do IDSUS, os quais tiveram que ser excluídos da amostra.

Para estudos futuros, sugere-se a continuidade da avaliação das aplicações de recursos públicos municipais em relação aos impactos provocados no IDSUS, assim como em relação a outros indicadores de avaliação de desempenho da gestão pública dos municípios pernambucanos. Pode-se, também, ampliar a amostra para todos os municípios nordestinos ou, ainda, todos os municípios brasileiros, assim como fazer aplicação desse modelo aos investimentos públicos realizados pelos estados brasileiros.

Sugere-se, ainda, para trabalhos futuros, a análise dessas mesmas variáveis quando da publicação do novo indicador.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. Disease and development: the effect of life expectancy on economic growth. **NBER Working Paper 12269,** Cambridge, MA, may 2006. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w12269.pdf>. Acesso em: 2 out 2015.

ANDRADE, S. Â.; TEIXEIRA, A. C. C. Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do estado de Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-39.

BACHA, E. L.; SCHWARTZMAN, S. **Brasil:** a nova agenda social. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BAPTISTELLI, P. M. F. B. **Qualidade dos gastos públicos dos municípios mineiros na área da educação.** 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, 2009.

BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P. Determinantes socioeconômicos do desempenho do Sistema Único de Saúde nos municípios cearenses. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012.

BARZELAY, M. Instituições centrais de auditoria e auditoria de desempenho: uma análise comparativa das estratégias organizacionais na OCDE. **Revista do Serviço Público,** ano 53, n. 2, p. 5-35, abr./jun. 2002.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, M. F. **Qualidade do gasto público municipal:** uma abordagem microrregional para o estado do Rio Grande do Sul. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 14 set. 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Decreto nº 7.530, de 21 de julho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7530.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Brasil:** o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2008.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. In. Congresso Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 5 out. 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA – Finanças do Brasil:** dados contábeis dos municípios. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **IDSUS:** Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2014. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/documentos/IDSUS_Texto_Base_13-03-14.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Comitê Nacional de Avaliação de Desempenho do Sistema de Saúde. **Política Nacional de Avaliação de Desempenho do Sistema Único de Saúde.** Brasilia: MS, 2007. Disponível em: <http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/documento politica.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2015

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Planejamento e Políticas Públicas,** n. 23, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>. Acesso em: 11 jun. 2015.

CLARKE, M.; ISLAM, S. M. N. Health adjusted GDP (HAGDP) measures of the relationship between economic growth, health outcomes and social welfare. CESifo **Working Paper No. 1002**, Conference on Health and Economic Policy, jul. 2003.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Pesquisa CNI – IBOPE:** retratos da sociedade brasileira: saúde pública – (janeiro 2012). Brasília: CNI, 2012.

CORREIA, F. D. **Análise do impacto de determinantes econômicos e sociais na eficiência da saúde pública dos municípios do Rio de Janeiro**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público,** Brasília, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOUGHERTY, C. Introduction to econometrics. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FERNANDES, F. M. B.; RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. Reflexões sobre avaliação de políticas de saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 1667-1677, set. 2011.

FERREIRA, A. M. **A importância dos indicadores sociais na avaliação e monitoramento de cooperativas populares:** a experiência do sistema de indicadores da incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP/COPPE/UFRJ). 2007. 103 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. C. Avaliação política e avaliações de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura,** Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.

FIGUEIRÓ A. C., FRIAS. P. G., NAVARRO L. M. Avaliação em saúde: conceitos básicos para as práticas nas instituições. In: SAMICO, I.; FELISBERTO, E.; FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G. (Orgs.). **Avaliação em saúde:** bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010. p. 1-13.

GARBER, A. M.; SKINNER, J. Is American health care uniquely inefficient? **Journal of Economic Perspective,** v. 22, n. 4, p. 27-50, outubro 2008.

GARCIA, R. C. **Subsídio para organizar avaliações da ação governamental.** Brasília: MPOG; IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº 776).

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas:** teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

HAYASHI, F. **Econometrics.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

HEALTH care in Brazil: an injection of reality. **The Economist,** São Paulo, 30 jul. 2011. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21524879>. Acesso em: 3 jan. 2015.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCWARTZMAN, J. **Economia regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.

JACK, W.; LEWIS, M. Investimentos em saúde e crescimento econômico: evidência macroeconômica e fundamentos microeconômicos. In: SPENCE, M. E.; LEWIS, M. **Health and growth.** Washington, DC: World Bank, 2009. Cap. 1, p. 1-40.

JANNUZZI, P. M.; SILVA, M. R. F. M.; SOUSA, M. A. F.; RESENDE, L. M. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos no Brasil. In: ENAP. **Cadernos EIAPP – Avaliação de Programas Sociais.** Brasília: ENAP, 2009. p. 101-138.

LA FORGIA, G. M.; COUTTOLENC, B. F. **Desempenho hospitalar no Brasil:** em busca da excelência. São Paulo: Singular, 2009.

LAQUINTO, K. Saúde: em busca de tratamento. **Revista Conjuntura Econômica.** Rio de Janeiro: v. 66, n. 3, p. 18-31, mar. 2012.

LAVOR, A. Todo cuidado é pouco, na hora de avaliar o SUS. **Revista RADIS,** Rio de Janeiro, n. 117, p. 17, maio 2012.

LIMA, L. D.; MACHADO, C. V.; GERASSI, C. D. O neo-institucionalismo e a análise de políticas de saúde: contribuições para uma reflexão crítica: In: MATTOS, R. A; BATISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde,** 2011. p. 111-137.

LOPES, L. S.; TOYOSHIMA, S. H.; GOMES, A. P. Determinantes sociais da saúde em Minas Gerais: uma abordagem empírica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 7., 2009, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: ABER, 2009.

MANHANI, D. A. Despesa pública na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 9, n. 542, 31 dez. 2004 . Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/6144>. Acesso em: 28 mar. 2015

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAZON, L. M. **Reflexos da aplicação dos recursos financeiros públicos em saúde no desenvolvimento regional**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2012.

MEDICI, A. Índice de Desempenho do SUS (IDSUS). **Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças,** Rio de Janeiro, mar. 2012. Disponível em: <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/O Indice de Desenvolvimento do SUS.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2015.

MENDES, M. Federalismo fiscal. In: Arvate, P.; Biderman, C. (Orgs.). **Economia do setor público no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MENDES, M. **Gasto público eficiente:** propostas para o desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Instituto Braudel, 2006.

MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. **Finanças públicas:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus 1980.

MWITA, J. I. Performance management model: a systems-based approach to public service quality. **International Journal of Public Sector Management,** v. 13, n. 1, p. 19-37, 2000.

MYRDAL, C. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NALON, T. De 0 a 10, índice do governo dá nota 5,4 à saúde pública no Brasil. **G1: Ciência e Saúde.** Brasília, 1 mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/03/de-0-10-indice-do-governo-da-nota-54-saude-publica-no-brasil.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

NARAYAN, P. K. Examining structural breaks and growth rates in international health expenditure. **Journal of Health Economics**, v. 25, n. 5, p. 877-890, set. 2006.

NORONHA, M. P. **O papel do Tribunal de Contas da União na avaliação de programas de governo:** diferentes estágios e abordagens. 2004. 52 f. Monografia. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diminuindo diferenças:** a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde. Documento de discussão. Rio de Janeiro: Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2011.

_____. **World Health Statistics 2010.** Genebra, 2010.

PAIM, J. S. Avaliação em saúde: uma prática em construção no Brasil. In: HARTZ, Z. M.A.; VIEIRA DA SILVA, L. M. (Orgs.). **Avaliação em saúde:** dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Rio de Janeiro; Salvador: Fiocruz; EDUFBA, 2005. p. 9-10.

PETERS, B. G. **American public policy.** Chatham: Chatham House, 1986.

PIMENTEL, Carolina. Índice avalia qualidade dos serviços do SUS em todo o país. **Agência Brasil,** Brasília, 1 mar. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-03-01/indice-avalia-qualidade-dos-servicos-do-sus-em-todo-pais>. Acesso em: 18 fev. 2016.

PINDICK, R. S.; RUNBINFIELD, D. L. **Econometria:** modelos e previsões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PIOLA, F. S.; SERVO, L. M. S.; SÁ, E. B.; PAIVA, A. B. Estruturas de financiamento e gasto do sistema público de saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030:** diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro. Rio de Janeiro: Fiocruz/IPEA/MS/SAE/PR, 2012. (Estrutura do financiamento e do gasto setorial, v. 4). p. 15-72.

PONTES, A. P. M.; OLIVEIRA, D. C.; CESSO, R. G. D.; GOMES, A. M. T. O princípio da universalidade do acesso aos serviços de saúde: o que pensam os usuários? **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem,** v. 13, n. 3, p. 500-507, 2009.

QUAMRUL, H. A.; LESTER, A.; WEIL, D. N. When does improving health raise GDP? **NBER Working Paper No. 14449**, out. 2008. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14449.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

RANIS, G.; STEWART, F. Dynamic links between the economy and human development. In: DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIR. **Working Paper No. 8.** New York: United Nations, 2005.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE (RIPSA). **Indicadores básicos para a saúde.** 2. ed. Brasilia: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

REIS, A. T.; OLIVEIRA, P. T. R.; SELLERA, P. E. Sistema de avaliação para a qualificação do Sistema Único de Saúde. **RECIIS – Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, ago. 2012. Suplemento.

REZENDE, A. J; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios de São Paulo. **Revista Universo Contábil,** Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, jan./abr. 2005.

RIANI, F. **Economia do setor público:** uma abordagem introdutória. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIBEIRO, J. A.; PIOLA, S. F.; SERVO, L. M. S. As novas configurações de antigos problemas: financiamento e gasto com ações e serviços públicos de saúde no Brasil. **Divulgação em Saúde para Debate,** n. 37, p. 21-43, jan. 2007.

RIBEIRO, M. **Desempenho e eficiência do gasto público:** uma análise comparativa do Brasil e um conjunto de países da América Latina. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

SANTANA, A. A. **Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS):** um estudo fundamentado na percepção de diferentes atores em um município do sul de Minas Gerais. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2013.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2006. v. 1, p. 21-42.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista Administração Pública**, v. 41, n. 5, p. 909-933, 2007.

SCARTASCINI, C.; STEIN, E.; TOMMASI, M. Political institutions, intertemporal cooperation and the quality of policies. **Research Department Working Paper No. 676,** Washington, DC, Inter-American Development Bank, 2009.

SILVA, P. L. B. (Coord.). **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final**. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas: NEPP-UNICAMP, 1999.

SILVA, P. L. B.; COSTA, NILSON R. **A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira.** Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SILVA, Z. P.; RIBEIRO, M. C. S. A.; BARATA, R. B.; ALMEIRA, M. F. Perfil sociodemográfico e padrão de utilização dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), 2003-2008. **Ciência e Saúde Coletiva,** v. 16, n. 9, p. 3807-3816, 2011.

SLOMSKI, V. **Teoria do agenciamento no estado:** uma evidenciação da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta. 1999. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SOUSA, P. F. B.; LIMA, A. O.; GOMES, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S.; PETER, M. G. A; MACHADO, M. V. V. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SOUZA, C. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. **Dados,** v. 41, n. 3, 1998.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, n. 16. Jul./dez. 2006.

SOUZA, P. C.; SCATENA, J. H. G. Aplicação da gestão de custos para o aumento na eficiência dos hospitais públicos. **Revista de Administração em Saúde,** v. 12, n. 49, p. 195-207, 2010.

SOUSA, R. G. **Gastos públicos e desenvolvimento humano nos estados do Brasil**. 2014. 178 f. Tese (Doutorado Multiinstitucional em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis Unb/UFPB/ UFRN, João Pessoa, 2014.

SPENCE, M. E.; LEWIS, M. **Health and growth.** Washington, DC: World Bank, 2009.

SURI, T.; BOOZER, M.; RANIS, G.; STEWART, F. Paths to success: the relationship between human development and economic growth. **World Development,** v. 39, n. 4, p. 506-522, 2011.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; SOUSA, R. P. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais:** a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília: Unesco, 2006.

VIACAVA, F. Uma metodologia de avaliação do desempenho do sistema de saúde brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 711-724, 2004.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cambridge: MIT Press, 2010.

WORLD BANK. Policymakers and providers. In: _____. **World development report:** making services work for poor people. Washington, DC, 2004. p. 95-108.

ANEXO

ANEXO A - GASTOS TOTAIS POR MUNICÍPIO - 2008

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	17.233,00	3.936.257,19	7.156.060,73	421.175,47	789.663,83	835.329,16
2	Água Preta	30.606,00	6.364.063,56	11.129.625,45	1.234.382,84	93.287,57	-
3	Águas Belas	39.421,00	6.097.094,10	12.657.903,84	46.994,46	86.991,52	-
4	Alagoinha	14.704,00	3.020.187,90	4.146.755,18	246.745,99	135.340,60	105.733,29
5	Aliança	35.446,00	7.027.703,29	10.047.101,75	1.556.427,25	-	151.370,92
6	Altinho	22.418,00	3.998.262,72	5.763.730,48	82.562,69	69.722,24	255.020,90
7	Amaraji	20.600,00	3.797.371,73	6.397.932,62	21.252,33	-	339.893,74
8	Angelim	10.272,00	2.490.407,00	3.170.540,28	363.358,02	-	320,00
9	Araçoiaba	17.276,00	4.149.448,21	5.587.401,75	133.268,03	211.219,51	9.380,00
10	Barra de Guabiraba	13.384,00	1.082.371,87	4.278.219,10	572.990,00	257.308,53	56.779,00
11	Belém de Maria	9.797,00	2.002.223,54	4.383.955,40	876.613,13	203.218,70	96.484,65
12	Belém de São Francisco	21.254,00	5.173.975,80	8.928.666,86	-	30.000,00	292.871,72
13	Betânia	11.955,00	2.489.380,91	4.864.883,25	13.818,98	-	34.464,84
14	Bodocó	34.712,00	6.141.180,20	12.982.348,47	24.768,40	375.995,37	389.784,28
15	Bom Jardim	40.592,00	7.082.518,72	12.154.408,08	231.486,02	408.218,53	384.434,95
16	Bonito	40.578,00	6.935.327,25	12.378.784,31	2.386.319,00	97.849,88	561.450,20
17	Brejão	9.707,00	2.094.943,29	3.424.172,72	104.612,69	-	326.323,48
18	Brejinho	7.366,00	1.926.197,29	3.109.780,73	741.739,38	-	443.289,46
19	Brejo da Madre de Deus	41.898,00	7.461.254,55	15.248.506,15	338.310,49	36.706,72	120.798,05
20	Buenos Aires	13.530,00	2.391.294,48	3.347.802,40	468.698,08	37.385,88	240.462,18
21	Cabrobó	30.113,00	6.378.393,43	8.696.070,93	989.656,37	145.455,74	995.040,68
22	Cachoeirinha	18.037,00	4.005.209,57	3.880.101,80	424.437,15	112.579,04	64.383,50
23	Caetés	26.197,00	5.552.392,65	9.238.027,53	1.045.729,28	186.894,04	479.077,83
24	Calçado	11.637,00	1.984.366,51	3.633.153,49	68.878,86	23.504,12	8.064,39
25	Calumbi	7.900,00	-	2.905.926,34	63.155,39	-	258.271,77
26	Camocim de São Félix	16.452,00	3.129.173,31	4.911.921,35	1.120.784,51	333.173,31	190.224,28
27	Camutanga	8.186,00	2.383.704,91	3.535.860,85	26.250,00	532.198,72	286.199,36
28	Canhotinho	24.874,00	5.544.745,22	6.729.222,57	157.791,76	65.118,89	356.241,45
29	Capoeiras	19.916,00	4.201.160,13	6.955.707,06	416.614,99	46.476,15	497.502,59
30	Carnaíba	19.035,00	3.993.500,99	6.421.521,94	1.331.987,00	269.083,27	776.581,85
31	Carnaubeira da Penha	12.270,00	2.559.070,53	2.830.223,09	115.825,92	-	127.877,16
32	Casinhas	14.675,00	3.511.366,00	6.417.629,00	116.097,00	-	111.686,00
33	Catende	34.907,00	5.153.307,66	8.662.733,22	325.468,24	98.142,08	51.827,53
34	Cedro	10.678,00	2.138.234,52	3.988.877,49	596.441,64	93.090,40	387.326,83
35	Chã de Alegria	12.094,00	2.864.949,00	3.800.887,51	348.698,41	21.909,87	233.005,88
36	Chã Grande	17.984,00	5.121.951,73	9.451.480,10	477.264,04	194.825,78	346.906,26
37	Condado	24.180,00	4.662.313,63	5.980.913,07	977.758,87	194.995,22	-
38	Correntes	16.733,00	3.742.216,89	5.756.812,52	133.345,70	279.239,56	-
39	Cortês	11.812,00	3.195.595,53	6.308.656,20	2.610.122,97	3.227.000,00	316.619,05
40	Cumaru	15.099,00	4.491.152,17	5.200.393,62	121.458,25	1.269.454,51	559.258,20
41	Cupira	22.764,00	4.143.038,49	7.474.658,05	306.631,33	134.070,94	106.276,68
42	Dormentes	16.284,00	6.219.607,41	6.169.418,55	48.715,73	189.291,02	-
43	Exu	31.236,00	7.424.436,61	9.973.646,65	1.502.503,58	137.191,32	79.185,48
44	Feira Nova	19.957,00	3.823.132,88	5.805.595,34	629.734,37	314.343,57	360.526,45
45	Ferreiros	11.397,00	2.196.060,71	3.087.693,05	53.798,21	899.492,21	54.750,28
46	Flores	22.846,00	4.423.746,40	7.061.137,36	1.500.651,15	46.402,26	178.181,20
47	Frei Miguelinho	14.692,00	3.387.425,25	3.495.657,72	4.388,00	4.458,15	138.178,83
48	Gameleira	27.489,00	1.984.662,92	9.549.232,12	421.326,34	100.901,55	41.545,47
49	Glória do Goitá	28.243,00	5.148.181,33	7.056.619,05	2.070.877,21	28.422,20	409.458,13
50	Granito	6.882,00	1.517.256,51	4.500.095,25	220.204,02	344.692,06	480.062,92
51	Iati	18.304,00	3.221.545,01	8.856.669,42	534.163,99	233.122,46	-
52	Ibimirim	28.605,00	5.950.158,06	8.426.631,38	-	17.600,00	976.297,51
53	Ibirajuba	7.803,00	1.624.761,55	3.425.748,16	470.539,77	178.987,90	-
54	Igarassu	98.601,00	9.410.387,70	16.973.906,61	8.053.550,82	-	151.539,22
55	Iguaraci	12.322,00	2.310.527,42	3.576.596,80	221.106,19	39.334,81	338.358,61
56	Inajá	14.605,00	3.149.059,80	5.308.430,95	621.162,17	71.963,81	9.070,00
57	Ingazeira	4.565,00	1.512.571,27	2.027.448,70	78.120,34	80.501,04	-
58	Ipubi	26.973,00	6.139.377,12	9.883.226,78	-	-	1.747.649,86
59	Itacuruba	4.297,00	2.536.754,64	3.913.603,18	11.577,56	-	807.869,32
60	Itaíba	27.576,00	4.229.230,33	11.817.152,54	884.264,74	-	276.000,00
61	Ilha de Itamaracá	18.412,00	3.305.222,30	3.992.995,91	1.251.092,04	-	-
62	Itapetim	14.140,00	2.708.818,16	4.080.595,62	1.787.809,89	326.241,48	23.159,53
63	Itaquitinga	15.468,00	3.770.472,89	5.536.434,04	2.320.850,08	171.070,61	132.504,46
64	Jaqueira	12.560,00	2.300.144,93	4.841.108,07	-	-	86.437,71
65	Jataúba	15.311,00	4.378.357,77	6.764.753,13	4.050,00	129.919,90	164.754,51
66	Jatobá	14.342,00	2.593.263,96	2.620.378,39	1.451.356,58	49.267,18	52.277,29
67	João Alfredo	29.634,00	5.291.093,13	9.123.240,43	39.085,09	41.868,19	447.110,84
68	Joaquim Nabuco	16.458,00	3.798.609,29	6.489.896,55	1.122.205,11	338.657,15	53.605,05
69	Jucati	10.965,00	1.944.535,27	5.229.305,36	925.057,59	4.569,05	325.998,34
70	Jupi	14.274,00	2.916.750,59	4.306.988,36	20.959,05	-	-

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
71	Jurema	15.396,00	3.086.260,64	6.198.345,43	454.075,61	725.858,43	-
72	Lagoa do Carro	15.044,00	3.538.079,07	4.059.708,41	1.510.578,26	150.658,30	64.661,65
73	Lagoa do Itaenga	20.593,00	5.149.352,81	8.412.225,43	252.599,38	15.268,97	417.414,31
74	Lagoa do Ouro	12.136,00	3.491.192,94	4.727.336,38	483.973,64	1.402.458,49	-
75	Lagoa dos Gatos	16.454,00	2.766.080,25	6.068.197,44	93.608,58	43.479,40	221.557,68
76	Lagoa Grande	22.121,00	5.963.912,29	7.266.558,35	1.426.368,66	-	1.084.806,55
77	Lajedo	34.595,00	5.083.311,87	14.679.912,47	-	-	1.410.691,44
78	Macaparana	23.907,00	4.214.461,00	6.534.822,00	830.354,00	52.526,00	83.592,00
79	Machados	11.662,00	2.559.427,00	3.574.865,00	555.579,00	-	48.087,00
80	Manari	17.639,00	2.422.364,02	6.488.590,99	291.620,76	-	1.025.510,55
81	Maraial	12.473,00	2.763.094,18	4.331.715,59	-	-	-
82	Mirandiba	13.757,00	1.686.510,59	3.317.851,00	799.617,32	-	170.327,23
83	Nazaré da Mata	30.122,00	4.620.501,67	6.543.233,60	2.669.898,44	-	105.404,16
84	Orobó	22.244,00	3.953.632,48	9.662.970,94	483.349,37	213.800,87	310.843,44
85	Orocó	13.968,00	2.734.487,54	5.875.408,35	-	10.433,70	10.023,25
86	Palmeirina	8.586,00	2.826.190,35	3.232.464,47	-	-	-
87	Panelas	25.555,00	4.535.225,91	11.718.350,01	501.511,00	45.075,37	155,80
88	Paranatama	12.256,00	2.086.473,24	4.901.394,08	-	98.125,43	152.773,85
89	Parnamirim	19.813,00	6.922.245,56	5.567.001,19	178.067,45	11.031,60	93.337,67
90	Passira	28.598,00	4.894.900,00	8.488.382,00	1.083.044,00	-	765.192,00
91	Pedra	20.754,00	4.709.380,28	5.771.222,19	1.706.599,38	163.818,83	232.697,51
92	Poção	11.482,00	2.320.817,65	4.419.347,42	47.623,58	183.802,58	116.847,19
93	Pombos	22.253,00	4.789.028,42	9.383.852,77	17.491,94	13.131,17	41.341,28
94	Primavera	12.291,00	2.470.895,01	4.336.009,52	78.405,00	75.046,98	56.152,17
95	Quipapá	25.301,00	4.851.602,20	8.135.157,36	2.309.413,91	22.846,05	396.770,76
96	Quixaba	7.097,00	594.543,48	3.026.541,24	671.930,04	-	6.550,00
97	Riacho das Almas	18.871,00	4.684.235,41	7.330.171,55	636.746,64	1.204.429,53	561.202,79
98	Rio Formoso	21.735,00	5.141.786,01	8.327.482,40	1.614.948,47	3.918,40	182.453,11
99	Sairé	14.155,00	1.217.771,90	4.449.610,60	1.139.237,08	324.916,00	95.671,54
100	Salgadinho	8.120,00	1.676.773,88	2.638.861,91	413.434,73	19.419,06	6.215,05
101	Saloá	15.509,00	3.401.894,63	6.956.140,07	65.255,92	9.980,70	350.635,33
102	Sanharó	18.473,00	3.627.837,29	6.580.144,13	731.529,86	182.880,74	638.874,97
103	Santa Cruz	14.466,00	2.578.947,22	5.957.789,39	1.076.962,59	12.462,53	1.062.270,29
104	Santa Cruz da Baixa Verde	12.096,00	2.347.517,62	2.724.656,28	-	-	78.194,76
105	Santa Filomena	14.465,00	3.589.243,86	6.834.202,50	285.763,56	106.098,13	652.563,04
106	Santa Maria do Cambucá	12.840,00	2.650.077,89	4.961.145,32	173.241,89	1.251,00	166.285,56
107	Santa Terezinha	10.198,00	312.643,64	3.257.274,62	169.794,76	-	-
108	São Benedito do Sul	9.989,00	1.948.516,31	4.102.008,09	345.150,33	146.825,32	112.307,99
109	São Bento do Una	49.038,00	6.137.217,18	16.194.432,36	80.300,00	23.455,54	1.418.315,69
110	São Caetano	36.094,00	6.302.149,29	9.505.328,54	633.488,99	102.507,81	565.918,46
111	São João	21.886,00	5.399.540,09	8.133.315,38	425.433,15	4.655,00	614.973,11
112	São Joaquim do Monte	21.700,00	5.920.832,98	7.218.851,05	110.667,02	51.395,44	231.357,16
113	São José da Coroa Grande	18.143,00	3.641.450,31	5.586.530,29	2.796.842,18	-	-
114	São Lourenço da Mata	99.136,00	16.566.694,03	19.955.727,38	2.880.279,56	753.290,76	-
115	São Vicente Ferrer	17.223,00	3.395.853,92	6.243.048,95	663.545,75	106.767,24	378.705,07
116	Serrita	18.869,00	3.454.245,12	7.090.637,32	62.737,72	45.791,98	51.731,12
117	Sertânia	35.546,00	5.244.562,15	8.218.605,63	2.104.202,10	124.623,39	2.157.136,23
118	Moreilândia	10.643,00	2.560.085,14	4.193.622,75	574.565,20	18.895,60	454.268,39
119	Solidão	6.073,00	58.544,59	2.164.742,42	545.737,60	74.548,94	-
120	Tabira	26.947,00	4.970.131,39	5.617.765,09	241.291,32	120.312,47	360.054,62
121	Tacaimbó	12.344,00	2.640.001,08	3.892.095,00	310.949,83	39.023,58	324.901,71
122	Tacaratu	21.770,00	3.732.521,37	5.346.776,25	305.522,99	-	217.734,53
123	Tamandaré	18.854,00	4.490.766,93	7.326.344,33	1.024,20	-	442.537,87
124	Taquaritinga do Norte	22.404,00	3.934.277,21	5.842.824,49	207.645,36	5.422,00	228.006,21
125	Terezinha	6.735,00	1.705.951,65	2.917.092,48	144.646,21	-	222.371,87
126	Terra Nova	9.596,00	2.052.153,55	3.071.338,14	193.115,20	53.598,43	169.672,49
127	Toritama	32.169,00	5.228.028,85	4.098.422,36	2.374.863,72	-	308.790,11
128	Tracunhaém	13.194,00	1.605.119,67	2.870.172,93	1.012.621,30	5.671,00	-
129	Triunfo	15.724,00	2.777.017,32	4.487.196,62	599.801,03	9.116,68	545.060,69
130	Tupanatinga	19.207,00	3.967.251,53	9.773.427,45	268.898,88	2.256.127,60	303.395,37
131	Tuparetama	8.600,00	2.137.988,73	3.478.422,91	126.263,06	468.241,64	61.577,12
132	Venturosa	16.417,00	4.241.534,01	5.448.852,62	-	-	23.042,15
133	Verdejante	9.989,00	1.776.876,35	3.421.689,86	3.200,00	2.700,13	-
134	Vertente do Lério	7.570,00	2.064.934,89	3.458.608,98	56.549,59	-	81.411,38
135	Vertentes	17.899,00	4.258.375,98	4.933.694,99	1.637.327,94	224.876,52	276.510,20
136	Xexéu	14.779,00	3.734.891,00	6.324.472,12	19.715,49	485.123,14	1.800,00

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO B - GASTOS TOTAIS POR MUNICÍPIO - 2009

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	17.445,00	5.305.708,63	9.728.872,15	0,00	0,00	340.480,26
2	Água Preta	30.792,00	7.362.250,71	11.316.364,75	2.361.975,26	1.197.406,01	20.249,32
3	Águas Belas	39.672,00	5.033.565,62	16.525.021,80	240.168,73	0,00	0,00
4	Alagoinha	14.913,00	3.236.860,69	4.902.828,94	28.763,84	200.588,39	219.098,39
5	Aliança	35.235,00	7.549.914,21	13.451.734,94	946.841,16	0,00	80.187,11
6	Altinho	22.427,00	4.642.513,91	6.720.729,31	579.038,37	108.323,72	243.296,37
7	Amaraji	20.509,00	4.620.989,51	10.126.875,02	197.457,55	529.959,17	246.736,56
8	Angelim	10.385,00	2.839.261,98	2.226.388,90	0,00	0,00	12.206,70
9	Araçoiaba	17.484,00	4.635.645,37	6.586.221,04	50.985,32	492.796,72	284.971,82
10	Barra de Guabiraba	13.623,00	2.771.858,32	4.686.289,53	1.091.110,77	648.338,42	109.571,80
11	Belém de Maria	9.703,00	2.372.383,10	4.818.052,46	137.892,81	35.269,24	35.740,00
12	Belém de São Francisco	21.342,00	4.765.902,19	8.671.923,51	11.453,30	80,00	38.675,16
13	Betânia	12.011,00	2.880.744,65	6.697.391,77	31.461,99	0,00	3.900,00
14	Bodocó	34.988,00	1.789.130,50	13.367.761,96	423.788,10	0,00	55.776,70
15	Bom Jardim	40.924,00	7.524.857,77	15.306.572,35	341.248,94	562.698,46	444.579,43
16	Bonito	40.832,00	8.538.063,43	13.940.337,07	1.690.027,58	1.730,00	338.815,34
17	Brejão	9.780,00	2.461.853,71	4.146.277,95	204.775,98	0,00	357.609,01
18	Brejinho	7.369,00	1.846.402,30	3.259.112,83	0,00	32.130,00	524.401,09
19	Brejo da Madre de Deus	42.250,00	8.373.234,31	17.580.928,51	213.054,16	338.955,28	235.735,82
20	Buenos Aires	13.675,00	2.473.069,74	3.803.352,62	424.045,71	530,00	113.522,66
21	Cabrobó	30.432,00	7.712.369,57	9.380.551,23	364.155,25	73.509,69	47.351,18
22	Cachoeirinha	18.123,00	4.975.033,30	4.649.562,84	112.595,37	101.596,65	86.132,90
23	Caetés	26.386,00	6.888.227,56	11.756.176,29	2.540.568,25	41.806,00	43.308,30
24	Calçado	11.619,00	2.525.523,28	4.243.926,92	0,00	0,00	0,00
25	Calumbi	7.977,00	1.612.807,97	3.507.687,66	124.556,37	0,00	266.569,44
26	Camocim de São Félix	16.574,00	0,00	5.928.562,24	848.524,82	231.807,81	281.069,36
27	Camutanga	8.214,00	2.896.042,71	4.592.048,48	0,00	0,00	184.878,87
28	Canhotinho	24.847,00	6.134.865,70	8.086.632,59	56.437,30	382.689,01	405.346,32
29	Capoeiras	19.936,00	4.223.270,48	8.776.410,94	117.097,57	0,00	281.867,16
30	Carnaíba	19.155,00	4.213.067,54	8.500.601,38	569.688,93	182.990,40	671.612,85
31	Carnaubeira da Penha	12.451,00	3.868.918,89	4.228.331,65	550.967,76	0,00	330.433,61
32	Casinhas	14.798,00	4.478.050,00	7.973.785,00	34.378,00	0,00	113.852,00
33	Catende	35.251,00	7.041.748,14	13.282.132,64	213.144,49	17.246,00	149.085,53
34	Cedro	10.784,00	2.912.197,04	4.723.566,81	611.114,36	0,00	0,00
35	Chã de Alegria	12.185,00	3.534.306,00	5.130.514,89	30.234,14	17.053,30	216.326,79
36	Chã Grande	17.924,00	6.018.481,73	10.958.444,53	643.211,04	89.740,96	572.060,25
37	Condado	24.403,00	5.815.223,22	8.658.821,65	2.594.687,24	10.249,25	33.967,48
38	Correntes	16.686,00	4.399.099,20	6.008.295,34	47.066,88	61.457,28	548.400,00
39	Cortês	11.712,00	4.224.754,33	6.460.776,24	0,00	0,00	137.597,96
40	Cumaru	13.812,00	4.172.540,08	6.548.333,28	995.863,41	216.735,51	724.855,67
41	Cupira	22.783,00	5.386.630,80	9.490.022,43	67.842,28	0,00	221.232,10
42	Dormentes	16.462,00	4.104.451,13	7.996.331,83	0,00	0,00	10.000,00
43	Exu	31.086,00	6.618.837,75	10.935.068,25	1.500.478,41	5.604,45	247.191,73
44	Feira Nova	20.052,00	4.289.553,35	6.897.875,81	12.700,00	12.900,00	223.288,58
45	Ferreiros	11.456,00	2.905.254,09	4.090.909,44	22.614,87	4.000,00	20.417,46
46	Flores	23.034,00	4.828.177,35	8.299.907,89	1.036.886,64	56.305,14	549.447,00
47	Frei Miguelinho	14.855,00	2.998.283,53	4.867.122,15	144.869,20	0,00	360.030,10
48	Gameleira	27.823,00	2.749.835,21	8.364.570,19	207.673,94	84.947,81	97.531,22
49	Glória do Goitá	28.289,00	6.078.741,03	7.747.919,70	3.000,00	0,00	284.168,61
50	Granito	6.955,00	2.029.521,45	3.399.128,25	88.879,04	0,00	1.302.224,14
51	Iati	18.350,00	4.233.844,70	10.466.409,71	262.371,76	280.989,21	0,00
52	Ibimirim	29.018,00	6.697.331,94	9.469.076,06	787.134,87	0,00	914.406,87
53	Ibirajuba	7.833,00	1.810.430,66	3.843.868,66	750.545,68	39.196,63	57.112,05
54	Igarassu	100.191,00	9.548.844,94	17.677.122,84	1.793.272,80	0,00	44.819,00
55	Iguaraci	12.397,00	2.685.698,85	4.031.050,26	627.432,63	23.314,17	269.618,78
56	Inajá	14.729,00	3.688.743,42	7.152.041,06	965.736,80	9.296,43	0,00
57	Ingazeira	4.561,00	2.486.712,44	2.975.255,55	31.813,26	825,47	0,00
58	Ipubi	27.353,00	6.220.030,29	9.823.983,56	0,00	32.976,16	529.966,92
59	Itacuruba	4.358,00	2.811.316,82	4.665.064,10	0,00	12.237,34	410.489,87
60	Itaíba	27.631,00	4.858.389,85	14.076.538,63	946.017,78	0,00	456.530,00
61	Ilha de Itamaracá	18.658,00	4.211.916,36	2.871.494,87	564.650,22	139.872,64	0,00
62	Itapetim	14.063,00	3.358.183,48	4.561.133,34	0,00	135.893,90	74.390,76
63	Itaquitinga	15.507,00	4.853.666,01	7.158.640,05	781.831,71	20.413,00	5.200,00
64	Jaqueira	12.642,00	2.622.660,10	5.700.285,18	0,00	0,00	138.692,77
65	Jataúba	15.365,00	5.115.696,59	7.549.052,02	0,00	142.852,65	189.446,37
66	Jatobá	14.452,00	4.189.546,09	4.246.258,91	838.621,23	5.744,15	31.777,59
67	João Alfredo	29.875,00	7.435.256,67	10.283.789,79	16.870,75	357.225,72	421.112,85
68	Joaquim Nabuco	16.498,00	5.424.048,72	7.296.187,37	639.175,90	9.738,13	110.265,25
69	Jucati	11.086,00	2.317.709,79	6.020.971,26	151.345,18	0,00	416.744,54
70	Jupi	14.461,00	3.442.889,27	6.040.123,27	59.092,34	202.671,03	307.216,93

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
71	Jurema	15.552,00	3.427.294,11	7.140.235,88	136.153,11	133.182,11	264.412,32
72	Lagoa do Carro	15.230,00	4.113.777,66	5.310.693,51	5.874,00	0,00	79.534,59
73	Lagoa do Itaenga	20.618,00	6.391.178,17	10.676.798,29	406.648,67	0,00	347.235,75
74	Lagoa do Ouro	12.244,00	3.626.538,16	5.302.597,73	225.051,31	907.032,36	26.600,00
75	Lagoa dos Gatos	15.567,00	3.059.783,06	7.603.252,78	188.894,03	194.920,33	283.084,35
76	Lagoa Grande	22.408,00	5.439.733,20	9.414.155,87	539.198,30	21.560,20	607.213,70
77	Lajedo	34.809,00	6.223.415,45	18.080.560,66	120.000,00	0,00	850.806,79
78	Macaparana	24.031,00	4.771.573,00	8.629.472,00	2.150.346,00	5.889,00	99.555,00
79	Machados	11.802,00	3.556.744,00	4.620.792,00	39.268,00	0,00	65.242,00
80	Manari	18.097,00	3.042.620,06	8.656.413,66	0,00	2.414.645,29	915.295,40
81	Maraial	12.303,00	2.845.151,06	5.434.965,85	0,00	26.712,07	0,00
82	Mirandiba	13.810,00	3.725.467,47	4.279.970,91	726.042,68	455.061,29	220.224,36
83	Nazaré da Mata	30.185,00	5.249.918,20	6.497.475,40	3.615.326,96	0,00	65.485,83
84	Orobó	22.239,00	4.634.171,30	11.076.373,38	112.583,47	3.802,28	424.675,81
85	Orocó	14.279,00	2.445.011,19	7.035.503,18	58.652,32	91.773,62	154.338,30
86	Palmeirina	8.481,00	2.269.789,66	3.989.728,93	0,00	0,00	150.151,85
87	Panelas	25.500,00	5.019.088,44	12.161.561,45	162.271,61	157.907,77	5.349,80
88	Paranatama	12.441,00	2.648.511,12	5.473.007,70	9.410,50	0,00	105.307,42
89	Parnamirim	19.850,00	6.846.644,24	8.925.284,61	40.032,61	7.035.834,85	185.741,06
90	Passira	28.518,00	6.556.629,00	11.155.305,00	1.642.500,00	0,00	947.138,00
91	Pedra	20.788,00	6.453.841,18	7.109.069,70	2.340.988,56	424.764,56	527.571,78
92	Poção	11.503,00	2.714.503,48	5.391.730,90	12.928,99	2.340,00	190.831,54
93	Pombos	22.120,00	5.154.816,23	11.573.804,63	270.533,65	55.689,70	92.758,76
94	Primavera	12.364,00	2.970.101,32	5.211.201,63	43.454,98	7.212,60	87.354,20
95	Quipapá	25.603,00	5.587.019,84	9.059.419,16	180.092,22	16.386,20	98.147,79
96	Quixaba	7.116,00	630.999,73	3.446.206,64	0,00	0,00	0,00
97	Riacho das Almas	18.930,00	5.517.945,02	7.483.075,77	29.258,20	135.718,43	519.972,33
98	Rio Formoso	21.815,00	5.770.152,62	9.528.910,92	1.424.714,97	1.219,00	517.837,70
99	Sairé	14.194,00	1.582.480,32	5.134.927,48	800.022,76	171.293,33	170.234,21
100	Salgadinho	8.214,00	1.903.305,83	3.093.798,31	423.445,13	22.517,32	41.862,18
101	Saloá	15.547,00	3.234.065,70	7.230.770,65	209.278,34	0,00	263.101,24
102	Sanharó	18.723,00	4.594.681,49	7.187.251,64	1.140.724,66	55.294,42	710.234,24
103	Santa Cruz	14.782,00	3.573.189,81	7.691.787,88	1.143.933,04	16.880,35	985.881,60
104	Santa Cruz da Baixa Verde	12.209,00	2.741.061,98	3.623.049,93	170.370,59	0,00	136.283,97
105	Santa Filomena	14.694,00	3.604.980,80	8.193.205,01	256.261,54	37.062,63	678.459,41
106	Santa Maria do Cambucá	12.942,00	2.676.568,06	5.642.379,12	302.942,65	1.455,50	211.716,90
107	Santa Terezinha	10.184,00	3.022.519,38	4.237.919,96	59.481,43	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	10.838,00	2.335.980,66	4.311.784,41	171.759,64	657.030,70	0,00
109	São Bento do Una	49.372,00	9.698.582,92	17.769.993,40	24.936,57	21.662,74	1.071.824,49
110	São Caetano	36.336,00	7.099.291,33	11.789.409,59	1.616.295,56	1.114.498,91	242.082,26
111	São João	22.087,00	5.887.473,38	10.109.426,37	71.223,50	35.277,84	238.891,43
112	São Joaquim do Monte	21.872,00	6.907.126,61	7.999.908,17	5.438,00	70.426,70	230.452,04
113	São José da Coroa Grande	18.555,00	5.153.854,87	6.896.850,43	828.734,12	0,00	13.928,80
114	São Lourenço da Mata	99.945,00	15.989.862,43	22.240.993,25	1.539.327,36	0,00	0,00
115	São Vicente Ferrer	17.333,00	4.210.638,00	7.713.898,00	28.936,00	26.522,00	109.358,00
116	Serrita	18.958,00	4.149.012,91	8.878.308,51	779.226,51	99.111,45	102.844,97
117	Sertânia	35.914,00	6.435.903,55	10.347.830,64	408.770,26	3.343,16	1.826.688,50
118	Moreilândia	10.584,00	3.143.340,53	4.905.482,83	1.538.312,49	30.799,08	713.474,91
119	Solidão	6.123,00	1.925.445,85	3.446.382,81	536.508,94	8.614,60	89.698,10
120	Tabira	27.219,00	5.683.231,82	7.321.823,51	230.482,50	0,00	557.915,53
121	Tacaimbó	12.273,00	2.773.334,77	4.842.024,42	10.249,42	19.009,45	257.779,63
122	Tacaratu	22.231,00	3.804.176,15	6.051.729,20	220.061,55	67.882,00	215.488,51
123	Tamandaré	18.999,00	5.226.395,21	7.985.438,74	321.713,88	0,00	434.210,15
124	Taquaritinga do Norte	22.657,00	4.385.843,03	7.614.462,14	746.640,03	10.846,63	248.161,62
125	Terezinha	6.774,00	1.820.398,16	3.324.624,68	197.372,46	0,00	222.574,15
126	Terra Nova	9.801,00	2.130.443,37	3.676.152,94	7.945,08	48.807,84	0,00
127	Toritama	33.206,00	6.160.331,01	7.453.090,43	0,00	0,00	309.649,06
128	Tracunhaém	13.265,00	2.850.349,59	3.336.310,65	134.110,04	0,00	50.129,14
129	Triunfo	15.770,00	3.405.217,53	4.747.212,47	66.886,40	100.522,97	75.370,18
130	Tupanatinga	19.026,00	3.781.347,84	11.658.858,20	282.460,51	596.150,09	306.869,36
131	Tuparetama	8.678,00	2.602.708,30	3.306.054,33	826.435,85	149.955,89	395.611,71
132	Venturosa	16.706,00	4.689.572,83	6.108.128,67	0,00	117.240,86	374.117,27
133	Verdejante	10.098,00	3.262.760,04	4.288.134,25	16.322,90	54,00	0,00
134	Vertente do Lério	7.464,00	2.329.865,96	3.880.076,26	195.904,73	8.759,05	71.519,38
135	Vertentes	18.186,00	4.444.645,55	6.016.383,61	256.637,44	392.516,97	150.572,27
136	Xexéu	14.887,00	3.942.780,12	9.126.316,36	0,00	577.559,60	6.732,12

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO C - GASTOS TOTAIS POR MUNICÍPIO - 2010

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	17.586	5.478.363,38	9.972.249,11	0,00	68.740,01	1.238.159,69
2	Água Preta	33.095	7.798.772,43	15.120.956,76	516.925,26	1.438.471,08	7.948,50
3	Águas Belas	40.235	7.220.724,45	18.470.600,23	1.579.165,37	450.497,94	481.225,46
4	Alagoinha	13.759	3.667.288,28	5.134.775,07	3.480,00	449.451,83	236.355,34
5	Aliança	37.415	8.333.836,90	16.844.679,86	944.114,92	1.973.065,77	109.283,27
6	Altinho	22.353	5.294.776,71	6.973.956,63	200.659,86	86.269,50	256.954,67
7	Amaraji	21.939	5.226.385,19	8.614.313,26	1.610.985,77	604.617,02	391.322,25
8	Angelim	10.202	3.911.543,54	5.480.796,21	52.413,89	0,00	50.099,85
9	Araçoiaba	18.156	5.773.011,94	8.935.979,14	360,00	0,00	128.240,67
10	Barra de Guabiraba	12.776	3.042.526,53	6.063.695,10	1.095.333,37	1.570.062,32	104.339,00
11	Belém de Maria	11.353	2.586.357,93	5.879.844,69	566.364,61	133.433,63	80.356,47
12	Belém de São Francisco	20.253	6.275.315,36	12.118.181,25	1.243.782,07	0,00	357.406,21
13	Betânia	12.003	2.915.755,05	7.468.058,74	1.784.475,66	97.611,41	46.848,14
14	Bodocó	35.158	7.888.307,29	18.722.630,07	761.871,52	5.183.543,59	2.619.699,67
15	Bom Jardim	37.826	8.393.630,53	16.989.125,50	1.461.623,45	113.005,83	575.643,08
16	Bonito	37.566	8.192.251,97	15.224.918,56	11.932,94	128.262,86	466.597,65
17	Brejão	8.844	2.867.030,51	5.272.660,75	0,00	0,00	503.193,18
18	Brejinho	7.307	2.750.000,00	2.462.482,63	0,00	1.000,00	677.951,41
19	Brejo da Madre de Deus	45.180	10.790.781,52	19.986.534,26	268.520,44	8.086,00	640.594,87
20	Buenos Aires	12.537	3.274.230,25	4.490.872,44	772.601,86	25.692,13	190.929,78
21	Cabrobó	30.873	9.779.430,62	13.752.294,00	1.304.774,58	1.305.892,13	750.499,40
22	Cachoeirinha	18.819	5.847.751,04	5.815.669,39	708.944,62	122.121,70	445.116,62
23	Caetés	26.577	7.275.772,54	13.151.976,85	571.599,56	97.481,19	86.949,45
24	Calçado	11.125	3.108.439,63	5.122.342,74	177.039,71	0,00	28.298,14
25	Calumbi	5.648	1.686.704,27	3.732.797,52	333.675,72	160.432,88	177.379,45
26	Camocim de São Félix	17.104	3.831.935,92	7.065.096,84	1.229.449,07	47.721,65	268.092,67
27	Camutanga	8.156	3.083.802,35	4.898.585,52	1.053.971,94	0,00	112.733,81
28	Canhotinho	24.521	6.381.409,23	9.673.888,78	155.978,12	374.479,57	588.923,97
29	Capoeiras	19.593	6.007.146,89	9.942.448,85	0,00	600,00	433.935,29
30	Carnaíba	18.574	5.315.515,77	9.913.823,93	497.092,67	103.089,56	614.118,11
31	Carnaubeira da Penha	11.782	4.227.627,30	4.752.036,67	789.816,63	0,00	439.233,00
32	Casinhas	13.766	4.697.767,00	8.150.915,00	243.342,00	1.146,00	162.504,00
33	Catende	37.820	7.752.514,24	15.291.586,16	1.563.635,89	1.462.246,45	134,00
34	Cedro	10.778	3.279.469,22	5.909.881,75	1.123.297,51	428.219,19	842.521,98
35	Chã de Alegria	12.404	3.541.283,78	5.694.668,94	667.852,50	92.245,78	249.768,79
36	Chã Grande	20.137	7.016.904,21	10.852.810,32	481.505,39	279.450,36	272.263,72
37	Condado	24.282	6.525.895,73	10.314.569,79	2.725.075,22	6.581,00	27.633,79
38	Correntes	17.419	5.150.624,20	7.263.867,51	44.182,40	398.668,93	5.500,00
39	Cortês	12.452	4.387.337,57	8.501.148,60	919.297,14	321.202,68	95.944,55
40	Cumaru	17.183	5.091.672,12	8.897.039,13	2.428.187,68	409.344,38	2.063.929,64
41	Cupira	23.390	3.611.735,63	11.456.475,98	612.944,29	21.273,10	8.749,14
42	Dormentes	16.917	4.316.362,32	8.624.431,43	0,00	0,00	0,00
43	Exu	31.636	7.881.552,05	14.269.709,15	2.199.944,78	925.718,92	237.053,89
44	Feira Nova	20.571	5.694.370,98	7.983.934,89	0,00	1.274,00	362.702,71
45	Ferreiros	11.430	0,00	4.580.865,30	175.245,47	0,00	31.393,32
46	Flores	22.169	5.799.610,75	10.176.447,33	1.548.644,15	94.447,30	239.747,30
47	Frei Miguelinho	14.293	3.640.014,10	5.952.371,80	92.541,49	23.473,90	304.578,64
48	Gameleira	27.912	6.319.946,90	11.357.233,42	0,00	7.390,90	126.738,02
49	Glória do Goitá	29.019	7.106.858,10	9.445.413,33	0,00	0,00	383.193,66
50	Granito	6.855	2.312.763,21	4.960.984,43	1.728.113,96	0,00	667.549,75
51	Iati	18.360	4.725.442,80	13.571.626,80	2.134.070,97	1.081.440,30	0,00
52	Ibimirim	26.954,00	7.888.142,37	8.683.386,98	153.385,57	0,00	1.115.106,33
53	Ibirajuba	7.534,00	2.157.361,39	4.484.503,72	792.941,09	41.007,58	128.857,85
54	Igarassu	102.021,00	11.584.807,33	21.717.937,38	1.949.370,30	0,00	247.926,83
55	Iguaraci	11.779,00	3.191.600,81	4.470.484,48	285.355,51	21.658,00	528.689,21
56	Inajá	19.081,00	3.941.141,93	5.711.408,37	286.030,22	54.126,68	0,00
57	Ingazeira	4.496,00	2.336.324,39	3.021.301,18	138.172,80	10.982,15	150.647,22
58	Ipubi	28.120,00	0,00	13.649.644,17	0,00	0,00	1.225.874,30
59	Itacuruba	4.369,00	3.404.225,92	5.231.214,90	1.637.234,34	0,00	0,00
60	Itaíba	26.256,00	5.934.794,09	15.515.024,94	830.028,26	0,00	644.550,00
61	Ilha de Itamaracá	21.884,00	5.282.458,92	5.177.231,32	98.977,22	250.975,87	0,00
62	Itapetim	13.881,00	4.080.397,77	5.370.966,04	1.233.141,74	403.036,07	682.944,96
63	Itaquitinga	15.692,00	6.285.804,59	9.710.913,49	13.514,03	14.637,42	0,00
64	Jaqueira	11.501,00	771.646,88	4.912.783,38	174.072,72	348,30	0,00
65	Jataúba	15.819,00	5.442.439,48	8.894.545,88	0,00	384.535,70	167.493,93
66	Jatobá	13.963,00	4.670.332,46	5.328.860,04	1.055.957,56	21.283,12	72.751,48
67	João Alfredo	30.743,00	7.437.455,04	13.388.525,52	7.281,00	16.333,60	262.885,55
68	Joaquim Nabuco	15.773,00	5.146.496,62	8.823.462,41	2.188.404,43	8.687,19	100.983,84
69	Jucati	10.604,00	2.813.125,88	6.043.816,95	112.326,71	64.298,93	36.977,18
70	Jupi	13.705,00	4.126.167,32	7.489.436,43	79.942,48	939.778,75	548.481,12

71	Jurema	14.541,00	3.790.535,38	7.131.669,82	239.682,40	14.749,90	231.924,88
72	Lagoa do Carro	16.007,00	4.799.024,09	6.165.154,91	2.714.745,26	0,00	78.866,22
73	Lagoa do Itaenga	20.659,00	7.241.345,06	10.920.006,34	298.094,29	0,00	305.919,98
74	Lagoa do Ouro	12.132,00	4.088.897,34	7.908.587,24	277.140,12	262.869,77	22.957,26
75	Lagoa dos Gatos	15.615,00	3.961.716,66	8.217.149,61	660.114,50	526.336,11	757.564,30
76	Lagoa Grande	22.760,00	5.624.794,48	10.368.320,64	69.780,88	365.140,33	1.382.771,77
77	Lajedo	36.628,00	6.823.232,79	19.556.116,95	0,00	358.636,42	1.281.291,19
78	Macaparana	23.925,00	5.125.920,00	8.795.867,00	1.705.462,00	1.220,00	185.983,00
79	Machados	13.596,00	3.818.118,00	4.955.912,00	35.016,00	0,00	62.367,00
80	Manari	18.083,00	3.706.812,81	11.027.928,07	229.983,06	26.282,03	902.575,00
81	Maraial	12.230,00	2.726.701,58	5.974.035,55	7.800,00	0,00	95.060,87
82	Mirandiba	14.308,00	4.891.752,66	5.317.022,61	51.674,67	0,00	282.377,20
83	Nazaré da Mata	30.796,00	5.967.273,37	9.354.338,42	2.788.141,73	14.189,00	77.839,27
84	Orobó	22.878,00	4.921.866,01	11.236.885,81	1.070.711,55	7.980,00	499.456,76
85	Orocó	13.180,00	4.322.599,32	7.053.568,92	368.816,73	825.908,54	834.388,33
86	Palmeirina	8.189,00	2.306.699,75	4.941.502,52	0,00	114.994,97	14.227,00
87	Panelas	25.645,00	3.846.053,97	16.327.367,04	155.697,32	775.072,96	27.163,25
88	Paranatama	11.001,00	2.591.396,81	6.916.499,11	206.607,95	0,00	120.648,59
89	Parnamirim	20.224,00	6.283.219,80	9.983.901,20	0,00	358.200,00	371.534,85
90	Passira	28.628,00	7.337.306,07	11.627.988,30	1.892.772,69	0,00	162.296,51
91	Pedra	20.944,00	5.668.632,80	10.126.048,26	1.340.492,22	906.340,86	270.235,45
92	Poção	11.242,00	3.621.813,53	5.904.627,55	16.016,80	7.457,50	155.215,46
93	Pombos	24.046,00	6.550.455,13	15.223.339,12	816.659,44	28.077,02	212.807,49
94	Primavera	13.439,00	0,00	6.159.971,15	146.310,80	13.072,72	87.757,67
95	Quipapá	24.186,00	7.117.740,50	11.272.968,89	946.382,40	393.861,08	118.600,24
96	Quixaba	6.739,00	867.830,05	4.378.124,56	1.225.515,99	0,00	0,00
97	Riacho das Almas	19.162,00	5.031.327,87	9.216.522,13	735.919,93	1.011.931,21	501.383,73
98	Rio Formoso	22.151,00	6.860.691,73	11.460.721,64	2.637.237,27	534.016,44	597.090,16
99	Sairé	11.240,00	3.332.925,01	6.223.318,49	855.324,78	1.136.637,07	186.048,96
100	Salgadinho	9.312,00	2.262.469,36	3.789.054,87	971.884,65	48.567,90	96.523,41
101	Saloá	15.309,00	4.054.191,13	8.228.327,98	272.622,64	25.207,80	262.733,45
102	Sanharó	21.955,00	5.185.985,34	8.081.595,37	692.484,18	19.116,15	553.215,73
103	Santa Cruz	13.594,00	4.951.109,21	8.722.912,82	1.128.444,49	29.888,27	1.173.212,53
104	Santa Cruz da Baixa Verde	11.768,00	3.369.606,03	4.540.264,47	0,00	0,00	210.406,85
105	Santa Filomena	13.371,00	4.227.907,58	8.197.574,24	0,00	0,00	581.029,15
106	Santa Maria do Cambucá	13.021,00	3.082.029,21	6.553.288,45	243.889,45	0,00	260.485,41
107	Santa Terezinha	10.991,00	2.984.966,28	4.288.603,55	204.854,12	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	13.941,00	2.590.910,97	5.047.610,84	74.941,39	50.903,47	91.574,55
109	São Bento do Una	53.242,00	10.070.005,78	19.007.159,90	221.203,38	97.049,11	705.060,23
110	São Caetano	35.274,00	7.407.691,63	14.640.979,58	154.689,00	578.851,47	432.459,55
111	São João	21.312,00	6.529.823,76	10.304.874,79	177.178,04	624.001,51	220.044,02
112	São Joaquim do Monte	20.488,00	8.923.890,64	9.457.683,29	242.604,86	154.564,52	223.110,93
113	São José da Coroa Grande	18.180,00	4.423.638,84	7.224.152,43	2.326.176,95	0,00	10.400,00
114	São Lourenço da Mata	102.895,00	17.256.440,50	26.436.705,28	4.088.973,24	42.201,02	5.170,27
115	São Vicente Ferrer	17.000,00	4.665.250,00	8.377.701,00	0,00	0,00	90.218,00
116	Serrita	18.331,00	4.966.841,98	10.164.399,92	835.769,50	0,00	2.517.729,86
117	Sertânia	33.787,00	8.910.064,45	13.531.363,91	2.926.132,69	14.794,34	1.899.878,68
118	Moreilândia	11.132,00	3.724.446,71	5.538.609,68	1.243.006,99	3.000,00	531.044,34
119	Solidão	5.744,00	2.157.914,50	3.820.950,46	807.147,15	0,00	107.753,89
120	Tabira	26.427,00	6.253.924,16	8.173.077,56	777.291,47	403.489,04	61.265,16
121	Tacaimbó	12.725,00	3.022.612,43	5.091.057,83	265.676,42	212.357,07	397.374,55
122	Tacaratu	22.068,00	4.832.537,48	8.564.040,24	491.218,21	121.948,14	9.960,00
123	Tamandaré	20.715,00	6.147.893,91	9.653.353,18	2.140.430,73	3.423.099,07	437.576,45
124	Taquaritinga do Norte	24.903,00	4.969.355,06	8.056.717,16	2.513.147,98	0,00	281.696,35
125	Terezinha	6.737,00	2.355.542,68	4.242.826,89	288.740,37	0,00	386.544,47
126	Terra Nova	9.278,00	3.171.244,86	4.059.522,44	481.838,71	77.301,64	321.475,47
127	Toritama	35.554,00	6.922.647,20	9.278.771,48	491.285,41	1.600,00	436.619,64
128	Tracunhaém	13.055,00	2.806.434,96	3.857.989,77	456.111,90	16.850,00	44.394,45
129	Triunfo	15.006,00	3.441.466,63	5.014.946,50	216.832,30	3.685,04	86.758,58
130	Tupanatinga	24.425,00	4.748.136,00	13.230.831,99	587.132,36	17.374,29	294.421,55
131	Tuparetama	7.925,00	3.077.016,28	4.777.867,35	1.659.139,89	115.194,74	140.608,79
132	Venturosa	16.052,00	5.608.594,37	7.030.018,64	0,00	0,00	292.009,16
133	Verdejante	9.142,00	2.871.538,91	5.132.961,49	0,00	0,00	206.688,11
134	Vertente do Lério	7.873,00	2.520.837,70	4.907.651,24	156.979,09	0,00	82.652,84
135	Vertentes	18.222,00	5.147.883,71	7.153.519,11	1.646.825,13	1.938.076,82	181.847,33
136	Xexéu	14.093,00	4.490.836,81	9.604.444,53	16.370,14	1.893.030,73	7.120,20

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO D - GASTOS TOTAIS POR MUNICÍPIO - 2011

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	17.784,00	6.363.911,31	14.283.355,54	701.970,46	0,00	356.333,53
2	Água Preta	33.446,00	9.903.460,42	17.409.556,67	547.703,64	1.740.939,28	1.041,00
3	Águas Belas	40.511,00	8.350.273,89	24.188.820,44	4.297.550,30	0,00	0,00
4	Alagoinha	13.853,00	5.022.294,93	7.437.142,47	661.727,59	99.181,02	380.312,49
5	Aliança	37.433,00	9.430.314,50	19.539.937,84	96.408,31	427.454,10	158.166,11
6	Altinho	22.371,00	5.976.901,17	8.616.170,18	234.313,22	240.646,16	293.209,78
7	Amaraji	21.988,00	6.267.764,47	11.712.181,85	2.977.588,74	529.131,01	791.918,17
8	Angelim	10.288,00	4.329.457,47	5.831.061,86	109.307,45	0,00	12.480,00
9	Araçoiaba						
10	Barra de Guabiraba	12.918,00	4.030.355,61	6.578.330,38	0,00	354.323,26	69.928,56
11	Belém de Maria	11.409,00	3.198.522,58	7.150.391,02	559.777,76	267.963,59	158.777,76
12	Belém de São Francisco	20.257,00	20.644.837,07	1.400.394,81	53.946,31	0,00	175.554,30
13	Betânia	12.057,00	4.272.486,74	8.290.297,21	51.217,05	0,00	21.560,78
14	Bodocó	35.422,00	8.541.741,57	18.808.485,95	2.440.932,88	2.488.538,28	1.334.002,95
15	Bom Jardim	37.889,00	9.104.894,62	19.346.886,07	311.849,21	86.952,83	710.616,09
16	Bonito	37.552,00	10.002.322,42	22.441.229,90	158.253,69	37.683,56	993.915,32
17	Brejão						
18	Brejinho	7.310,00	2.397.860,37	5.135.117,09	767.490,75	30.982,70	490.635,47
19	Brejo da Madre de Deus	45.723,00	10.704.151,03	30.715.045,61	1.406.155,82	1.495.634,98	1.773.610,62
20	Buenos Aires	12.578,00	4.170.506,07	5.979.228,78	719.312,98	59.220,67	214.735,74
21	Cabrobó	31.191,00	11.938.864,31	15.232.510,28	1.042.549,57	117.515,93	70.583,49
22	Cachoeirinha	18.956,00	6.702.849,37	7.024.965,14	811.229,43	265.899,60	516.684,14
23	Caetés	26.765,00	7.964.535,43	16.306.555,35	841.970,39	39.500,00	15.129,00
24	Calçado	11.088,00	3.502.884,22	6.887.129,46	230.173,93	74.517,21	52.187,06
25	Calumbi	5.646,00	2.321.319,72	4.636.023,19	61.413,82	2.869,56	337.259,64
26	Camocim de São Félix	17.257,00	4.238.172,61	8.217.169,86	1.419.577,99	135.201,36	305.266,07
27	Camutanga	8.180,00	3.905.001,95	6.027.350,54	807.236,08	0,00	125.754,47
28	Canhotinho	24.491,00	7.081.860,12	11.853.809,70	562.051,29	87.092,63	661.640,52
29	Capoeiras	19.596,00	5.859.467,73	13.621.512,62	0,00	0,00	801.101,22
30	Carnaíba	18.642,00	5.984.075,91	12.969.188,59	936.621,52	873.037,43	1.078.428,05
31	Carnaubeira da Penha	11.888,00	4.341.728,35	5.679.719,29	0,00	0,00	565.469,58
32	Casinhas	13.799,00	5.547.617,00	11.324.613,00	518.189,00	3.109,00	110.286,00
33	Catende	38.324,00	9.429.175,54	17.841.788,69	711.882,72	2.820.846,80	200,00
34	Cedro	10.873,00	4.235.535,93	8.303.967,03	1.506.745,74	154.488,74	711.062,95
35	Chã de Alegria	12.504,00	4.229.412,81	7.279.007,04	843.956,82	45.844,10	225.771,01
36	Chã Grande	20.270,00	7.062.367,07	15.154.532,85	851.116,19	276.029,23	299.756,45
37	Condado	24.473,00	7.134.424,41	11.851.043,91	2.936.111,10	29.320,00	46.762,77
38	Correntes	17.491,00	6.236.491,95	9.105.280,15	73.793,24	604.682,10	202.228,00
39	Cortês	12.435,00	5.186.071,63	9.947.666,55	265.539,16	0,00	110.277,84
40	Cumaru	17.329,00	5.625.860,48	8.863.891,47	2.793.009,61	1.156,90	907.898,40
41	Cupira	23.468,00	7.270.878,16	13.571.715,03	356.843,18	20.385,10	244.828,47
42	Dormentes	17.110,00	6.026.820,47	10.121.767,25	407.456,48	0,00	0,00
43	Exu	31.576,00	9.148.198,79	17.153.049,25	3.278.563,51	28.149,77	346.259,60
44	Feira Nova	20.703,00	5.837.062,62	9.771.763,76	1.872.548,59	38.626,68	419.434,80
45	Ferreiros	11.484,00	3.622.420,19	5.512.571,57	171.547,78	458.875,28	13.137,38
46	Flores	22.166,00	5.683.651,89	10.857.835,01	2.178.274,19	166.261,96	392.511,59
47	Frei Miguelinho	14.394,00	3.944.905,00	6.040.576,96	909.126,83	58.006,15	326.156,24
48	Gameleira	28.213,00	7.310.941,59	12.786.584,08	1.293.436,03	35.778,00	142.189,58
49	Glória do Goitá	29.132,00	7.898.024,47	12.282.352,46	0,00	0,00	450.571,02
50	Granito	6.913,00	2.799.540,44	4.841.359,34	956.161,94	0,00	563.339,92
51	Iati	18.412,00	6.277.237,10	13.380.397,99	508.597,00	293.583,26	0,00
52	Ibimirim	27.155,00	8.184.245,24	11.340.861,61	848.888,75	716.632,51	83.923,37
53	Ibirajuba	7.542,00	2.506.737,17	5.510.195,53	810.413,61	0,00	179.882,46
54	Igarassu	103.537,00	27.369.873,88	31.249.225,61	3.231.127,89	0,00	687.910,94
55	Iguaraci	11.802,00	3.261.071,79	5.219.846,88	245.431,73	44.798,58	530.889,10
56	Inajá	19.527,00	5.560.078,72	8.212.018,92	1.151.374,44	0,00	0,00
57	Ingazeira	4.491,00	3.144.501,46	3.532.237,06	78.324,69	70.169,55	462.022,14
58	Ipubi	28.510,00	10.708.257,08	18.615.195,40	0,00	0,00	1.197.649,91
59	Itacuruba	4.423,00	3.743.665,30	6.014.524,62	1.223.289,06	0,00	0,00
60	Itaíba	26.215,00	6.751.758,07	19.617.599,97	882.213,31	0,00	718.487,50
61	Ilha de Itamaracá	22.347,00	7.653.588,22	7.924.373,95	312.848,22	0,00	0,00
62	Itapetim	13.814,00	5.072.407,06	7.437.069,76	2.235.827,49	0,00	932.097,82
63	Itaquitinga	15.749,00	6.489.026,53	10.530.982,34	74.793,28	170.439,22	7.300,00
64	Jaqueira	11.490,00	3.653.214,57	7.349.851,63	25.911,47	15.730,00	155.450,99
65	Jataúba	15.909,00	6.173.160,94	11.420.407,14	0,00	220.917,69	256.250,49
66	Jatobá	14.026,00	6.533.999,84	7.018.827,49	1.068.046,38	379.607,61	418.430,29
67	João Alfredo	31.029,00	9.435.847,36	15.948.395,81	182.153,65	12.000,00	471.905,18
68	Joaquim Nabuco	15.762,00	5.629.749,69	10.372.065,18	968.285,24	38.168,97	120.264,39
69	Jucati	10.674,00	3.093.382,23	7.437.365,59	829.316,91	219.113,81	39.556,79
70	Jupi	13.804,00	4.300.965,91	10.842.387,44	271.580,24	381.328,67	653.881,87

71	Jurema	14.603,00	4.474.355,44	8.817.012,29	12.482,78	156.238,00	280.297,94
72	Lagoa do Carro	16.211,00	5.177.440,92	7.296.977,58	1.291.486,76	174.708,55	119.518,86
73	Lagoa do Itaenga	20.697,00	7.554.727,42	12.531.492,87	139.271,83	0,00	620.020,83
74	Lagoa do Ouro	12.221,00	4.366.734,47	9.012.241,38	269.221,08	253.281,20	71.295,90
75	Lagoa dos Gatos	15.649,00	4.356.874,63	9.554.978,96	804.429,29	0,00	424.482,82
76	Lagoa Grande	23.039,00	6.912.282,58	14.063.044,53	1.462.878,71	56.456,49	855.794,53
77	Lajedo	36.968,00	7.585.476,92	28.247.322,56	12.468,06	458.926,01	1.228.163,29
78	Macaparana	24.035,00	5.743.611,00	10.413.434,00	1.700.639,00	0,00	144.972,00
79	Machados	13.857,00	5.285.378,00	6.405.758,00	1.539.259,00	0,00	277.377,00
80	Manari	18.472,00	4.526.680,22	13.361.400,81	411.895,92	1.396.390,75	1.390.476,53
81	Maraial	12.093,00	3.482.370,63	7.934.776,10	0,00	0,00	134.692,09
82	Mirandiba	14.400,00	5.066.687,87	6.150.500,58	89.084,10	65.081,46	287.903,74
83	Nazaré da Mata	30.915,00	8.037.432,36	10.974.129,06	3.186.545,75	13.925,92	39.183,89
84	Orobó	22.938,00	5.793.780,67	13.715.351,72	428.212,05	22.466,67	541.288,98
85	Orocó	13.361,00	6.108.072,97	9.268.043,21	292.934,49	519.953,81	377.741,02
86	Palmeirina	8.086,00	3.207.681,97	5.391.428,71	0,00	0,00	34.713,50
87	Panelas	25.628,00	5.934.771,47	19.229.085,38	428.238,73	644.362,56	108.796,46
88	Paranatama	11.052,00	3.120.788,81	9.444.502,28	243.306,55	42.021,58	161.675,20
89	Parnamirim	20.327,00	6.493.284,25	11.217.294,59	514.400,30	17.638,19	400.317,91
90	Passira	28.590,00	8.526.487,00	13.708.331,00	2.404.289,00	0,00	96.648,00
91	Pedra	20.998,00	7.058.222,58	10.518.110,06	2.204.212,35	1.210.494,98	236.821,96
92	Poção	11.247,00	4.034.738,59	6.552.457,25	45.260,58	11.385,90	176.672,46
93	Pombos	24.100,00	8.066.085,17	13.860.762,14	2.164.266,81	32.280,60	77.082,75
94	Primavera	13.560,00	3.906.913,30	6.859.291,34	161.585,25	78.677,91	272.783,09
95	Quipapá	24.343,00	7.546.722,46	13.715.465,97	458.333,25	34.835,21	152.968,45
96	Quixaba	6.731,00	1.252.920,71	4.718.600,73	1.093.911,01	0,00	0,00
97	Riacho das Almas	19.277,00	6.314.229,47	11.133.780,93	272.305,97	240.495,59	553.524,96
98	Rio Formoso	22.258,00	8.068.395,43	14.955.558,53	3.211.793,41	47.580,13	643.264,75
99	Sairé	11.056,00	4.065.203,98	7.417.357,46	0,00	308.436,00	133.792,00
100	Salgadinho	9.479,00	2.375.315,63	4.557.718,11	939.265,84	38.949,14	219.075,37
101	Saloá	15.333,00	4.369.857,64	11.022.611,12	429.761,64	387.811,70	438.460,69
102	Sanharó	22.434,00	6.158.196,98	10.958.814,82	1.824.039,71	0,00	696.118,12
103	Santa Cruz	13.773,00	0,00	11.248.035,37	983.538,87	0,00	1.229.059,66
104	Santa Cruz da Baixa Verde	11.836,00	4.051.553,77	4.409.789,63	0,00	0,00	4.230,20
105	Santa Filomena	13.468,00	2.367.173,12	8.624.620,96	9.197,50	0,00	0,00
106	Santa Maria do Cambucá	13.120,00	3.412.647,38	8.596.864,57	665.531,20	0,00	206.539,38
107	Santa Terezinha	11.048,00	3.850.490,73	5.066.836,41	1.072.497,42	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	14.137,00	3.666.519,03	6.883.369,80	186.968,79	809.250,53	155.124,43
109	São Bento do Una	53.847,00	10.837.257,98	27.603.212,63	552.567,63	223.802,01	1.768.686,21
110	São Caetano	35.416,00	9.158.140,68	18.413.993,44	614.121,64	6.936.743,96	313.287,23
111	São João	21.433,00	6.885.059,69	14.052.341,78	0,00	8.505,48	190.823,33
112	São Joaquim do Monte	20.538,00	9.318.152,15	12.651.662,44	28.140,00	312.113,70	203.021,64
113	São José da Coroa Grande	18.504,00	5.292.004,71	9.826.794,69	1.619.265,78	0,00	13.478,36
114	São Lourenço da Mata	103.854,00	15.990.959,44	32.311.601,59	4.044.980,86	0,00	0,00
115	São Vicente Ferrer	17.077,00	5.368.189,00	9.718.562,00	642.652,00	0,00	164.731,00
116	Serrita	18.369,00	5.769.217,02	11.766.659,71	457.539,61	0,00	1.606.735,96
117	Sertânia	33.951,00	9.809.001,76	14.580.337,54	2.178.978,15	9.859,35	2.659.868,91
118	Moreilândia	11.134,00	4.308.936,41	9.345.716,49	514.138,26	198.840,00	341.168,31
119	Solidão	5.761,00	2.751.522,52	3.770.461,09	1.076.795,04	2.025,00	106.803,35
120	Tabira	26.609,00	7.288.542,44	9.944.062,77	412.539,73	828.660,24	189.896,07
121	Tacaimbó	12.710,00	3.433.303,81	5.815.812,91	205.107,44	301.847,47	378.210,10
122	Tacaratu	22.450,00	5.785.820,40	10.585.242,95	464.659,96	0,00	364.329,49
123	Tamandaré	20.979,00	8.055.993,45	13.093.750,94	4.712.821,17	0,00	977.632,72
124	Taquaritinga do Norte	25.298,00	6.413.817,73	11.057.380,60	3.193.107,44	11.870,34	367.716,35
125	Terezinha	6.771,00	2.584.689,71	4.909.576,98	54.783,03	92.831,70	460.197,22
126	Terra Nova	9.409,00	1.264.358,02	4.506.782,95	173.157,99	128.978,03	73.428,24
127	Toritama	36.610,00	8.367.726,67	13.906.287,99	720.108,13	3.600,00	367.170,69
128	Tracunhaém	13.106,00	3.502.883,75	4.738.580,55	57.827,00	149.641,52	162.600,48
129	Triunfo	14.997,00	37.225,06	6.666.001,08	0,00	3.746,88	152.399,04
130	Tupanatinga	24.704,00	6.011.832,79	18.047.506,65	1.205.183,33	421.930,04	625.116,77
131	Tuparetama	7.938,00	3.510.487,69	4.310.910,41	2.375.021,58	8.024,54	87.724,35
132	Venturosa	16.251,00	6.580.899,48	8.641.791,37	0,00	155.083,75	401.810,78
133	Verdejante	9.165,00	3.203.486,29	7.075.093,11	330.621,20	21.268,30	551.369,96
134	Vertente do Lério	7.823,00	2.934.796,12	5.583.968,47	112.862,90	0,00	107.612,44
135	Vertentes	18.473,00	6.444.191,07	9.020.475,76	2.176.328,93	673.636,37	263.973,04
136	Xexéu	14.132,00	4.913.390,72	10.014.208,29	79.025,00	552.623,35	2.084,00

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO E - GASTOS PER CAPITA POR MUNICÍPIO - 2008

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	228,41	415,25	24,44	45,82	48,47
2	Água Preta	207,94	363,64	40,33	3,05	0,00
3	Águas Belas	154,67	321,10	1,19	2,21	0,00
4	Alagoinha	205,40	282,02	16,78	9,20	7,19
5	Aliança	198,27	283,45	43,91	0,00	4,27
6	Altinho	178,35	257,10	3,68	3,11	11,38
7	Amaraji	184,34	310,58	1,03	0,00	16,50
8	Angelim	242,45	308,66	35,37	0,00	0,03
9	Araçoiaba	240,19	323,42	7,71	12,23	0,54
10	Barra de Guabiraba	80,87	319,65	42,81	19,23	4,24
11	Belém de Maria	204,37	447,48	89,48	20,74	9,85
12	Belém de São Francisco	243,44	420,09	0,00	1,41	13,78
13	Betânia	208,23	406,93	1,16	0,00	2,88
14	Bodocó	176,92	374,00	0,71	10,83	11,23
15	Bom Jardim	174,48	299,43	5,70	10,06	9,47
16	Bonito	170,91	305,06	58,81	2,41	13,84
17	Brejão	215,82	352,75	10,78	0,00	33,62
18	Brejinho	261,50	422,18	100,70	0,00	60,18
19	Brejo da Madre de Deus	178,08	363,94	8,07	0,88	2,88
20	Buenos Aires	176,74	247,44	34,64	2,76	17,77
21	Cabrobó	211,82	288,78	32,86	4,83	33,04
22	Cachoeirinha	222,06	215,12	23,53	6,24	3,57
23	Caetés	211,95	352,64	39,92	7,13	18,29
24	Calçado	170,52	312,21	5,92	2,02	0,69
25	Calumbi	0,00	367,84	7,99	0,00	32,69
26	Camocim de São Félix	190,20	298,56	68,12	20,25	11,56
27	Camutanga	291,19	431,94	3,21	65,01	34,96
28	Canhotinho	222,91	270,53	6,34	2,62	14,32
29	Capoeiras	210,94	349,25	20,92	2,33	24,98
30	Carnaíba	209,80	337,35	69,98	14,14	40,80
31	Carnaubeira da Penha	208,56	230,66	9,44	0,00	10,42
32	Casinhas	239,28	437,32	7,91	0,00	7,61
33	Catende	147,63	248,17	9,32	2,81	1,48
34	Cedro	200,25	373,56	55,86	8,72	36,27
35	Chã de Alegria	236,89	314,28	28,83	1,81	19,27
36	Chã Grande	284,81	525,55	26,54	10,83	19,29
37	Condado	192,82	247,35	40,44	8,06	0,00
38	Correntes	223,64	344,04	7,97	16,69	0,00
39	Cortês	270,54	534,09	220,97	273,20	26,80
40	Cumaru	297,45	344,42	8,04	84,08	37,04
41	Cupira	182,00	328,35	13,47	5,89	4,67
42	Dormentes	381,95	378,86	2,99	11,62	0,00
43	Exu	237,69	319,30	48,10	4,39	2,54
44	Feira Nova	191,57	290,91	31,55	15,75	18,07
45	Ferreiros	192,69	270,92	4,72	78,92	4,80
46	Flores	193,63	309,08	65,69	2,03	7,80
47	Frei Miguelinho	230,56	237,93	0,30	0,30	9,41
48	Gameleira	72,20	347,38	15,33	3,67	1,51
49	Glória do Goitá	182,28	249,85	73,32	1,01	14,50
50	Granito	220,47	653,89	32,00	50,09	69,76
51	Iati	176,00	483,87	29,18	12,74	0,00
52	Ibimirim	208,01	294,59	0,00	0,62	34,13
53	Ibirajuba	208,22	439,03	60,30	22,94	0,00
54	Igarassu	95,44	172,15	81,68	0,00	1,54
55	Iguaraci	187,51	290,26	17,94	3,19	27,46
56	Inajá	215,62	363,47	42,53	4,93	0,62
57	Ingazeira	331,34	444,13	17,11	17,63	0,00
58	Ipubi	227,61	366,41	0,00	0,00	64,79
59	Itacuruba	590,35	910,78	2,69	0,00	188,01

60	Itaíba	153,37	428,53	32,07	0,00	10,01
61	Ilha de Itamaracá	179,51	216,87	67,95	0,00	0,00
62	Itapetim	191,57	288,59	126,44	23,07	1,64
63	Itaquitinga	243,76	357,93	150,04	11,06	8,57
64	Jaqueira	183,13	385,44	0,00	0,00	6,88
65	Jataúba	285,96	441,82	0,26	8,49	10,76
66	Jatobá	180,82	182,71	101,20	3,44	3,65
67	João Alfredo	178,55	307,86	1,32	1,41	15,09
68	Joaquim Nabuco	230,81	394,33	68,19	20,58	3,26
69	Jucati	177,34	476,91	84,36	0,42	29,73
70	Jupi	204,34	301,74	1,47	0,00	0,00
71	Jurema	200,46	402,59	29,49	47,15	0,00
72	Lagoa do Carro	235,18	269,86	100,41	10,01	4,30
73	Lagoa do Itaenga	250,05	408,50	12,27	0,74	20,27
74	Lagoa do Ouro	287,67	389,53	39,88	115,56	0,00
75	Lagoa dos Gatos	168,11	368,80	5,69	2,64	13,47
76	Lagoa Grande	269,60	328,49	64,48	0,00	49,04
77	Lajedo	146,94	424,34	0,00	0,00	40,78
78	Macaparana	176,29	273,34	34,73	2,20	3,50
79	Machados	219,47	306,54	47,64	0,00	4,12
80	Manari	137,33	367,85	16,53	0,00	58,14
81	Maraial	221,53	347,29	0,00	0,00	0,00
82	Mirandiba	122,59	241,18	58,12	0,00	12,38
83	Nazaré da Mata	153,39	217,22	88,64	0,00	3,50
84	Orobó	177,74	434,41	21,73	9,61	13,97
85	Orocó	195,77	420,63	0,00	0,75	0,72
86	Palmeirina	329,16	376,48	0,00	0,00	0,00
87	Panelas	177,47	458,55	19,62	1,76	0,01
88	Paranatama	170,24	399,92	0,00	8,01	12,47
89	Parnamirim	349,38	280,98	8,99	0,56	4,71
90	Passira	171,16	296,82	37,87	0,00	26,76
91	Pedra	226,91	278,08	82,23	7,89	11,21
92	Poção	202,13	384,89	4,15	16,01	10,18
93	Pombos	215,21	421,69	0,79	0,59	1,86
94	Primavera	201,03	352,78	6,38	6,11	4,57
95	Quipapá	191,76	321,54	91,28	0,90	15,68
96	Quixaba	83,77	426,45	94,68	0,00	0,92
97	Riacho das Almas	248,22	388,44	33,74	63,82	29,74
98	Rio Formoso	236,57	383,14	74,30	0,18	8,39
99	Sairé	86,03	314,35	80,48	22,95	6,76
100	Salgadinho	206,50	324,98	50,92	2,39	0,77
101	Saloá	219,35	448,52	4,21	0,64	22,61
102	Sanharó	196,39	356,20	39,60	9,90	34,58
103	Santa Cruz	178,28	411,85	74,45	0,86	73,43
104	Santa Cruz da Baixa Verde	194,07	225,25	0,00	0,00	6,46
105	Santa Filomena	248,13	472,46	19,76	7,33	45,11
106	Santa Maria do Cambucá	206,39	386,38	13,49	0,10	12,95
107	Santa Terezinha	30,66	319,40	16,65	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	195,07	410,65	34,55	14,70	11,24
109	São Bento do Una	125,15	330,24	1,64	0,48	28,92
110	São Caetano	174,60	263,35	17,55	2,84	15,68
111	São João	246,71	371,62	19,44	0,21	28,10
112	São Joaquim do Monte	272,85	332,67	5,10	2,37	10,66
113	São José da Coroa Grande	200,71	307,92	154,16	0,00	0,00
114	São Lourenço da Mata	167,11	201,30	29,05	7,60	0,00
115	São Vicente Ferrer	197,17	362,48	38,53	6,20	21,99
116	Serrita	183,06	375,78	3,32	2,43	2,74
117	Sertânia	147,54	231,21	59,20	3,51	60,69
118	Moreilândia	240,54	394,03	53,99	1,78	42,68
119	Solidão	9,64	356,45	89,86	12,28	0,00
120	Tabira	184,44	208,47	8,95	4,46	13,36
121	Tacaimbó	213,87	315,30	25,19	3,16	26,32

122	Tacaratu	171,45	245,60	14,03	0,00	10,00
123	Tamandaré	238,19	388,58	0,05	0,00	23,47
124	Taquaritinga do Norte	175,61	260,79	9,27	0,24	10,18
125	Terezinha	253,30	433,12	21,48	0,00	33,02
126	Terra Nova	213,86	320,06	20,12	5,59	17,68
127	Toritama	162,52	127,40	73,82	0,00	9,60
128	Tracunhaém	121,66	217,54	76,75	0,43	0,00
129	Triunfo	176,61	285,37	38,15	0,58	34,66
130	Tupanatinga	206,55	508,85	14,00	117,46	15,80
131	Tuparetama	248,60	404,47	14,68	54,45	7,16
132	Venturosa	258,36	331,90	0,00	0,00	1,40
133	Verdejante	177,88	342,55	0,32	0,27	0,00
134	Vertente do Lério	272,78	456,88	7,47	0,00	10,75
135	Vertentes	237,91	275,64	91,48	12,56	15,45
136	Xexéu	252,72	427,94	1,33	32,83	0,12

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO F - GASTOS PER CAPITA POR MUNICÍPIO - 2009

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	304,14	557,69	0,00	0,00	19,52
2	Água Preta	239,10	367,51	76,71	38,89	0,66
3	Águas Belas	126,88	416,54	6,05	0,00	0,00
4	Alagoinha	217,05	328,76	1,93	13,45	14,69
5	Aliança	214,27	381,77	26,87	0,00	2,28
6	Altinho	207,01	299,67	25,82	4,83	10,85
7	Amaraji	225,32	493,78	9,63	25,84	12,03
8	Angelim	273,40	214,39	0,00	0,00	1,18
9	Araçoiaba	265,14	376,70	2,92	28,19	16,30
10	Barra de Guabiraba	203,47	344,00	80,09	47,59	8,04
11	Belém de Maria	244,50	496,55	14,21	3,63	3,68
12	Belém de São Francisco	223,31	406,33	0,54	0,00	1,81
13	Betânia	239,84	557,60	2,62	0,00	0,32
14	Bodocó	51,14	382,07	12,11	0,00	1,59
15	Bom Jardim	183,87	374,02	8,34	13,75	10,86
16	Bonito	209,10	341,41	41,39	0,04	8,30
17	Brejão	251,72	423,95	20,94	0,00	36,57
18	Brejinho	250,56	442,27	0,00	4,36	71,16
19	Brejo da Madre de Deus	198,18	416,12	5,04	8,02	5,58
20	Buenos Aires	180,85	278,12	31,01	0,04	8,30
21	Cabrobó	253,43	308,25	11,97	2,42	1,56
22	Cachoeirinha	274,51	256,56	6,21	5,61	4,75
23	Caetés	261,06	445,55	96,28	1,58	1,64
24	Calçado	217,36	365,26	0,00	0,00	0,00
25	Calumbi	202,18	439,73	15,61	0,00	33,42
26	Camocim de São Félix	0,00	357,70	51,20	13,99	16,96
27	Camutanga	352,57	559,05	0,00	0,00	22,51
28	Canhotinho	246,91	325,46	2,27	15,40	16,31
29	Capoeiras	211,84	440,23	5,87	0,00	14,14
30	Carnaíba	219,95	443,78	29,74	9,55	35,06
31	Carnaubeira da Penha	310,73	339,60	44,25	0,00	26,54
32	Casinhas	302,61	538,84	2,32	0,00	7,69
33	Catende	199,76	376,79	6,05	0,49	4,23
34	Cedro	270,05	438,02	56,67	0,00	0,00
35	Chã de Alegria	290,05	421,05	2,48	1,40	17,75
36	Chã Grande	335,78	611,38	35,89	5,01	31,92
37	Condado	238,30	354,83	106,33	0,42	1,39
38	Correntes	263,64	360,08	2,82	3,68	32,87
39	Cortês	360,72	551,64	0,00	0,00	11,75
40	Cumaru	302,10	474,10	72,10	15,69	52,48
41	Cupira	236,43	416,54	2,98	0,00	9,71
42	Dormentes	249,33	485,74	0,00	0,00	0,61
43	Exu	212,92	351,77	48,27	0,18	7,95
44	Feira Nova	213,92	344,00	0,63	0,64	11,14
45	Ferreiros	253,60	357,10	1,97	0,35	1,78
46	Flores	209,61	360,33	45,02	2,44	23,85
47	Frei Miguelinho	201,84	327,64	9,75	0,00	24,24
48	Gameleira	98,83	300,64	7,46	3,05	3,51
49	Glória do Goitá	214,88	273,88	0,11	0,00	10,05
50	Granito	291,81	488,73	12,78	0,00	187,24
51	Iati	230,73	570,38	14,30	15,31	0,00
52	Ibimirim	230,80	326,32	27,13	0,00	31,51
53	Ibirajuba	231,13	490,73	95,82	5,00	7,29
54	Igarassu	95,31	176,43	17,90	0,00	0,45
55	Iguaraci	216,64	325,16	50,61	1,88	21,75
56	Inajá	250,44	485,58	65,57	0,63	0,00
57	Ingazeira	545,21	652,33	6,98	0,18	0,00
58	Ipubi	227,40	359,16	0,00	1,21	19,38
59	Itacuruba	645,09	1070,46	0,00	2,81	94,19

60	Itaíba	175,83	509,45	34,24	0,00	16,52
61	Ilha de Itamaracá	225,74	153,90	30,26	7,50	0,00
62	Itapetim	238,80	324,34	0,00	9,66	5,29
63	Itaquitinga	313,00	461,64	50,42	1,32	0,34
64	Jaqueira	207,46	450,90	0,00	0,00	10,97
65	Jataúba	332,94	491,31	0,00	9,30	12,33
66	Jatobá	289,89	293,82	58,03	0,40	2,20
67	João Alfredo	248,88	344,23	0,56	11,96	14,10
68	Joaquim Nabuco	328,77	442,25	38,74	0,59	6,68
69	Jucati	209,07	543,11	13,65	0,00	37,59
70	Jupi	238,08	417,68	4,09	14,02	21,24
71	Jurema	220,38	459,12	8,75	8,56	17,00
72	Lagoa do Carro	270,11	348,70	0,39	0,00	5,22
73	Lagoa do Itaenga	309,98	517,84	19,72	0,00	16,84
74	Lagoa do Ouro	296,19	433,08	18,38	74,08	2,17
75	Lagoa dos Gatos	196,56	488,42	12,13	12,52	18,18
76	Lagoa Grande	242,76	420,12	24,06	0,96	27,10
77	Lajedo	178,79	519,42	3,45	0,00	24,44
78	Macaparana	198,56	359,10	89,48	0,25	4,14
79	Machados	301,37	391,53	3,33	0,00	5,53
80	Manari	168,13	478,33	0,00	133,43	50,58
81	Maraial	231,26	441,76	0,00	2,17	0,00
82	Mirandiba	269,77	309,92	52,57	32,95	15,95
83	Nazaré da Mata	173,92	215,26	119,77	0,00	2,17
84	Orobó	208,38	498,06	5,06	0,17	19,10
85	Orocó	171,23	492,72	4,11	6,43	10,81
86	Palmeirina	267,63	470,43	0,00	0,00	17,70
87	Panelas	196,83	476,92	6,36	6,19	0,21
88	Paranatama	212,89	439,92	0,76	0,00	8,46
89	Parnamirim	344,92	449,64	2,02	354,45	9,36
90	Passira	229,91	391,17	57,60	0,00	33,21
91	Pedra	310,46	341,98	112,61	20,43	25,38
92	Poção	235,98	468,72	1,12	0,20	16,59
93	Pombos	233,04	523,23	12,23	2,52	4,19
94	Primavera	240,22	421,48	3,51	0,58	7,07
95	Quipapá	218,22	353,84	7,03	0,64	3,83
96	Quixaba	88,67	484,29	0,00	0,00	0,00
97	Riacho das Almas	291,49	395,30	1,55	7,17	27,47
98	Rio Formoso	264,50	436,81	65,31	0,06	23,74
99	Sairé	111,49	361,77	56,36	12,07	11,99
100	Salgadinho	231,71	376,65	51,55	2,74	5,10
101	Saloá	208,02	465,09	13,46	0,00	16,92
102	Sanharó	245,40	383,87	60,93	2,95	37,93
103	Santa Cruz	241,73	520,35	77,39	1,14	66,69
104	Santa Cruz da Baixa Verde	224,51	296,75	13,95	0,00	11,16
105	Santa Filomena	245,34	557,59	17,44	2,52	46,17
106	Santa Maria do Cambucá	206,81	435,97	23,41	0,11	16,36
107	Santa Terezinha	296,79	416,14	5,84	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	215,54	397,84	15,85	60,62	0,00
109	São Bento do Una	196,44	359,92	0,51	0,44	21,71
110	São Caetano	195,38	324,46	44,48	30,67	6,66
111	São João	266,56	457,71	3,22	1,60	10,82
112	São Joaquim do Monte	315,80	365,76	0,25	3,22	10,54
113	São José da Coroa Grande	277,76	371,70	44,66	0,00	0,75
114	São Lourenço da Mata	159,99	222,53	15,40	0,00	0,00
115	São Vicente Ferrer	242,93	445,04	1,67	1,53	6,31
116	Serrita	218,85	468,31	41,10	5,23	5,42
117	Sertânia	179,20	288,13	11,38	0,09	50,86
118	Moreilândia	296,99	463,48	145,34	2,91	67,41
119	Solidão	314,46	562,86	87,62	1,41	14,65
120	Tabira	208,80	269,00	8,47	0,00	20,50
121	Tacaimbó	225,97	394,53	0,84	1,55	21,00

122	Tacaratu	171,12	272,22	9,90	3,05	9,69
123	Tamandaré	275,09	420,31	16,93	0,00	22,85
124	Taquaritinga do Norte	193,58	336,08	32,95	0,48	10,95
125	Terezinha	268,73	490,79	29,14	0,00	32,86
126	Terra Nova	217,37	375,08	0,81	4,98	0,00
127	Toritama	185,52	224,45	0,00	0,00	9,33
128	Tracunhaém	214,88	251,51	10,11	0,00	3,78
129	Triunfo	215,93	301,03	4,24	6,37	4,78
130	Tupanatinga	198,75	612,79	14,85	31,33	16,13
131	Tuparetama	299,92	380,97	95,23	17,28	45,59
132	Venturosa	280,71	365,62	0,00	7,02	22,39
133	Verdejante	323,11	424,65	1,62	0,01	0,00
134	Vertente do Lério	312,15	519,84	26,25	1,17	9,58
135	Vertentes	244,40	330,83	14,11	21,58	8,28
136	Xexéu	264,85	613,04	0,00	38,80	0,45

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO G - GASTOS PER CAPITA POR MUNICÍPIO - 2010

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	311,52	567,06	0,00	3,91	70,41
2	Água Preta	235,65	456,90	15,62	43,46	0,24
3	Águas Belas	179,46	459,07	39,25	11,20	11,96
4	Alagoinha	266,54	373,19	0,25	32,67	17,18
5	Aliança	222,74	450,21	25,23	52,73	2,92
6	Altinho	236,87	311,99	8,98	3,86	11,50
7	Amaraji	238,22	392,65	73,43	27,56	17,84
8	Angelim	383,41	537,23	5,14	0,00	4,91
9	Araçoiaba	317,97	492,18	0,02	0,00	7,06
10	Barra de Guabiraba	238,14	474,62	85,73	122,89	8,17
11	Belém de Maria	227,81	517,91	49,89	11,75	7,08
12	Belém de São Francisco	309,85	598,34	61,41	0,00	17,65
13	Betânia	242,92	622,18	148,67	8,13	3,90
14	Bodocó	224,37	532,53	21,67	147,44	74,51
15	Bom Jardim	221,90	449,14	38,64	2,99	15,22
16	Bonito	218,08	405,28	0,32	3,41	12,42
17	Brejão	324,18	596,19	0,00	0,00	56,90
18	Brejinho	376,35	337,00	0,00	0,14	92,78
19	Brejo da Madre de Deus	238,84	442,38	5,94	0,18	14,18
20	Buenos Aires	261,17	358,21	61,63	2,05	15,23
21	Cabrobó	316,76	445,45	42,26	42,30	24,31
22	Cachoeirinha	310,74	309,03	37,67	6,49	23,65
23	Caetés	273,76	494,86	21,51	3,67	3,27
24	Calçado	279,41	460,44	15,91	0,00	2,54
25	Calumbi	298,64	660,91	59,08	28,41	31,41
26	Camocim de São Félix	224,04	413,07	71,88	2,79	15,67
27	Camutanga	378,10	600,61	129,23	0,00	13,82
28	Canhotinho	260,24	394,51	6,36	15,27	24,02
29	Capoeiras	306,60	507,45	0,00	0,03	22,15
30	Carnaíba	286,18	533,75	26,76	5,55	33,06
31	Carnaubeira da Penha	358,82	403,33	67,04	0,00	37,28
32	Casinhas	341,26	592,10	17,68	0,08	11,80
33	Catende	204,98	404,33	41,34	38,66	0,00
34	Cedro	304,27	548,33	104,22	39,73	78,17
35	Chã de Alegria	285,50	459,10	53,84	7,44	20,14
36	Chã Grande	348,46	538,95	23,91	13,88	13,52
37	Condado	268,75	424,78	112,23	0,27	1,14
38	Correntes	295,69	417,01	2,54	22,89	0,32
39	Cortês	352,34	682,71	73,83	25,80	7,71
40	Cumaru	296,32	517,78	141,31	23,82	120,11
41	Cupira	154,41	489,80	26,21	0,91	0,37
42	Dormentes	255,15	509,81	0,00	0,00	0,00
43	Exu	249,13	451,06	69,54	29,26	7,49
44	Feira Nova	276,82	388,12	0,00	0,06	17,63
45	Ferreiros	0,00	400,78	15,33	0,00	2,75
46	Flores	261,61	459,04	69,86	4,26	10,81
47	Frei Miguelinho	254,67	416,45	6,47	1,64	21,31
48	Gameleira	226,42	406,89	0,00	0,26	4,54
49	Glória do Goitá	244,90	325,49	0,00	0,00	13,20
50	Granito	337,38	723,70	252,10	0,00	97,38
51	Iati	257,38	739,20	116,23	58,90	0,00
52	Ibimirim	292,65	322,16	5,69	0,00	41,37
53	Ibirajuba	286,35	595,24	105,25	5,44	17,10
54	Igarassu	113,55	212,88	19,11	0,00	2,43
55	Iguaraci	270,96	379,53	24,23	1,84	44,88
56	Inajá	206,55	299,32	14,99	2,84	0,00
57	Ingazeira	519,65	672,00	30,73	2,44	33,51
58	Ipubi	0,00	485,41	0,00	0,00	43,59
59	Itacuruba	779,18	1197,35	374,74	0,00	0,00

60	Itaíba	226,04	590,91	31,61	0,00	24,55
61	Ilha de Itamaracá	241,38	236,58	4,52	11,47	0,00
62	Itapetim	293,96	386,93	88,84	29,04	49,20
63	Itaquitinga	400,57	618,84	0,86	0,93	0,00
64	Jaqueira	67,09	427,16	15,14	0,03	0,00
65	Jataúba	344,04	562,27	0,00	24,31	10,59
66	Jatobá	334,48	381,64	75,63	1,52	5,21
67	João Alfredo	241,92	435,50	0,24	0,53	8,55
68	Joaquim Nabuco	326,29	559,40	138,74	0,55	6,40
69	Jucati	265,29	569,96	10,59	6,06	3,49
70	Jupi	301,07	546,47	5,83	68,57	40,02
71	Jurema	260,68	490,45	16,48	1,01	15,95
72	Lagoa do Carro	299,81	385,15	169,60	0,00	4,93
73	Lagoa do Itaenga	350,52	528,58	14,43	0,00	14,81
74	Lagoa do Ouro	337,03	651,88	22,84	21,67	1,89
75	Lagoa dos Gatos	253,71	526,23	42,27	33,71	48,52
76	Lagoa Grande	247,14	455,55	3,07	16,04	60,75
77	Lajedo	186,28	533,91	0,00	9,79	34,98
78	Macaparana	214,25	367,64	71,28	0,05	7,77
79	Machados	280,83	364,51	2,58	0,00	4,59
80	Manari	204,99	609,85	12,72	1,45	49,91
81	Maraial	222,95	488,47	0,64	0,00	7,77
82	Mirandiba	341,89	371,61	3,61	0,00	19,74
83	Nazaré da Mata	193,77	303,75	90,54	0,46	2,53
84	Orobó	215,14	491,17	46,80	0,35	21,83
85	Orocó	327,97	535,17	27,98	62,66	63,31
86	Palmeirina	281,68	603,43	0,00	14,04	1,74
87	Panelas	149,97	636,67	6,07	30,22	1,06
88	Paranatama	235,56	628,72	18,78	0,00	10,97
89	Parnamirim	310,68	493,67	0,00	17,71	18,37
90	Passira	256,30	406,18	66,12	0,00	5,67
91	Pedra	270,66	483,48	64,00	43,27	12,90
92	Poção	322,17	525,23	1,42	0,66	13,81
93	Pombos	272,41	633,09	33,96	1,17	8,85
94	Primavera	0,00	458,37	10,89	0,97	6,53
95	Quipapá	294,29	466,09	39,13	16,28	4,90
96	Quixaba	128,78	649,67	181,85	0,00	0,00
97	Riacho das Almas	262,57	480,98	38,41	52,81	26,17
98	Rio Formoso	309,72	517,39	119,06	24,11	26,96
99	Sairé	296,52	553,68	76,10	101,12	16,55
100	Salgadinho	242,96	406,90	104,37	5,22	10,37
101	Saloá	264,82	537,48	17,81	1,65	17,16
102	Sanharó	236,21	368,10	31,54	0,87	25,20
103	Santa Cruz	364,21	641,67	83,01	2,20	86,30
104	Santa Cruz da Baixa Verde	286,34	385,81	0,00	0,00	17,88
105	Santa Filomena	316,20	613,09	0,00	0,00	43,45
106	Santa Maria do Cambucá	236,70	503,29	18,73	0,00	20,01
107	Santa Terezinha	271,58	390,19	18,64	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	185,85	362,07	5,38	3,65	6,57
109	São Bento do Una	189,14	357,00	4,15	1,82	13,24
110	São Caetano	210,00	415,06	4,39	16,41	12,26
111	São João	306,39	483,52	8,31	29,28	10,32
112	São Joaquim do Monte	435,57	461,62	11,84	7,54	10,89
113	São José da Coroa Grande	243,32	397,37	127,95	0,00	0,57
114	São Lourenço da Mata	167,71	256,93	39,74	0,41	0,05
115	São Vicente Ferrer	274,43	492,81	0,00	0,00	5,31
116	Serrita	270,95	554,49	45,59	0,00	137,35
117	Sertânia	263,71	400,49	86,61	0,44	56,23
118	Moreilândia	334,57	497,54	111,66	0,27	47,70
119	Solidão	375,68	665,21	140,52	0,00	18,76
120	Tabira	236,65	309,27	29,41	15,27	2,32
121	Tacaimbó	237,53	400,08	20,88	16,69	31,23

122	Tacaratu	218,98	388,08	22,26	5,53	0,45
123	Tamandaré	296,78	466,01	103,33	165,25	21,12
124	Taquaritinga do Norte	199,55	323,52	100,92	0,00	11,31
125	Terezinha	349,64	629,78	42,86	0,00	57,38
126	Terra Nova	341,80	437,54	51,93	8,33	34,65
127	Toritama	194,71	260,98	13,82	0,05	12,28
128	Tracunhaém	214,97	295,52	34,94	1,29	3,40
129	Triunfo	229,34	334,20	14,45	0,25	5,78
130	Tupanatinga	194,40	541,69	24,04	0,71	12,05
131	Tuparetama	388,27	602,89	209,36	14,54	17,74
132	Venturosa	349,40	437,95	0,00	0,00	18,19
133	Verdejante	314,10	561,47	0,00	0,00	22,61
134	Vertente do Lério	320,19	623,35	19,94	0,00	10,50
135	Vertentes	282,51	392,58	90,38	106,36	9,98
136	Xexéu	318,66	681,50	1,16	134,32	0,51

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO H - GASTOS PER CAPITA POR MUNICÍPIO - 2011

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	SAN. BÁSICO	AGRICULTURA
1	Afrânio	357,84	803,16	39,47	0,00	20,04
2	Água Preta	296,10	520,53	16,38	52,05	0,03
3	Águas Belas	206,12	597,09	106,08	0,00	0,00
4	Alagoinha	362,54	536,86	47,77	7,16	27,45
5	Aliança	251,93	522,00	2,58	11,42	4,23
6	Altinho	267,17	385,15	10,47	10,76	13,11
7	Amaraji	285,05	532,66	135,42	24,06	36,02
8	Angelim	420,83	566,78	10,62	0,00	1,21
9	Araçoiaba					
10	Barra de Guabiraba	312,00	509,24	0,00	27,43	5,41
11	Belém de Maria	280,35	626,73	49,06	23,49	13,92
12	Belém de São Francisco	1019,15	69,13	2,66	0,00	8,67
13	Betânia	354,36	687,59	4,25	0,00	1,79
14	Bodocó	241,14	530,98	68,91	70,25	37,66
15	Bom Jardim	240,30	510,62	8,23	2,29	18,76
16	Bonito	266,36	597,60	4,21	1,00	26,47
17	Brejão					
18	Brejinho	328,02	702,48	104,99	4,24	67,12
19	Brejo da Madre de Deus	234,11	671,76	30,75	32,71	38,79
20	Buenos Aires	331,57	475,37	57,19	4,71	17,07
21	Cabrobó	382,77	488,36	33,42	3,77	2,26
22	Cachoeirinha	353,60	370,59	42,80	14,03	27,26
23	Caetés	297,57	609,25	31,46	1,48	0,57
24	Calçado	315,92	621,13	20,76	6,72	4,71
25	Calumbi	411,14	821,12	10,88	0,51	59,73
26	Camocim de São Félix	245,59	476,16	82,26	7,83	17,69
27	Camutanga	477,38	736,84	98,68	0,00	15,37
28	Canhotinho	289,16	484,01	22,95	3,56	27,02
29	Capoeiras	299,01	695,12	0,00	0,00	40,88
30	Carnaíba	321,00	695,70	50,24	46,83	57,85
31	Carnaubeira da Penha	365,22	477,77	0,00	0,00	47,57
32	Casinhas	402,03	820,68	37,55	0,23	7,99
33	Catende	246,04	465,55	18,58	73,61	0,01
34	Cedro	389,55	763,72	138,58	14,21	65,40
35	Chã de Alegria	338,24	582,13	67,49	3,67	18,06
36	Chã Grande	348,41	747,63	41,99	13,62	14,79
37	Condado	291,52	484,25	119,97	1,20	1,91
38	Correntes	356,55	520,57	4,22	34,57	11,56
39	Cortês	417,05	799,97	21,35	0,00	8,87
40	Cumaru	324,65	511,51	161,18	0,07	52,39
41	Cupira	309,82	578,31	15,21	0,87	10,43
42	Dormentes	352,24	591,57	23,81	0,00	0,00
43	Exu	289,72	543,23	103,83	0,89	10,97
44	Feira Nova	281,94	472,00	90,45	1,87	20,26
45	Ferreiros	315,43	480,02	14,94	39,96	1,14
46	Flores	256,41	489,84	98,27	7,50	17,71
47	Frei Miguelinho	274,07	419,66	63,16	4,03	22,66
48	Gameleira	259,13	453,22	45,85	1,27	5,04
49	Glória do Goitá	271,11	421,61	0,00	0,00	15,47
50	Granito	404,97	700,33	138,31	0,00	81,49
51	Iati	340,93	726,72	27,62	15,95	0,00
52	Ibimirim	301,39	417,63	31,26	26,39	3,09
53	Ibirajuba	332,37	730,60	107,45	0,00	23,85
54	Igarassu	264,35	301,82	31,21	0,00	6,64
55	Iguaraci	276,32	442,28	20,80	3,80	44,98
56	Inajá	284,74	420,55	58,96	0,00	0,00
57	Ingazeira	700,18	786,51	17,44	15,62	102,88
58	Ipubi	375,60	652,94	0,00	0,00	42,01
59	Itacuruba	846,41	1359,83	276,57	0,00	0,00

60	Itaíba	257,55	748,33	33,65	0,00	27,41
61	Ilha de Itamaracá	342,49	354,61	14,00	0,00	0,00
62	Itapetim	367,19	538,37	161,85	0,00	67,47
63	Itaquitinga	412,03	668,68	4,75	10,82	0,46
64	Jaqueira	317,95	639,67	2,26	1,37	13,53
65	Jataúba	388,03	717,86	0,00	13,89	16,11
66	Jatobá	465,85	500,42	76,15	27,06	29,83
67	João Alfredo	304,10	513,98	5,87	0,39	15,21
68	Joaquim Nabuco	357,17	658,04	61,43	2,42	7,63
69	Jucati	289,81	696,77	77,70	20,53	3,71
70	Jupi	311,57	785,45	19,67	27,62	47,37
71	Jurema	306,40	603,78	0,85	10,70	19,19
72	Lagoa do Carro	319,38	450,13	79,67	10,78	7,37
73	Lagoa do Itaenga	365,02	605,47	6,73	0,00	29,96
74	Lagoa do Ouro	357,31	737,44	22,03	20,73	5,83
75	Lagoa dos Gatos	278,41	610,58	51,40	0,00	27,13
76	Lagoa Grande	300,03	610,40	63,50	2,45	37,15
77	Lajedo	205,19	764,10	0,34	12,41	33,22
78	Macaparana	238,97	433,26	70,76	0,00	6,03
79	Machados	381,42	462,28	111,08	0,00	20,02
80	Manari	245,06	723,33	22,30	75,59	75,27
81	Maraial	287,97	656,15	0,00	0,00	11,14
82	Mirandiba	351,85	427,12	6,19	4,52	19,99
83	Nazaré da Mata	259,98	354,98	103,07	0,45	1,27
84	Orobó	252,58	597,93	18,67	0,98	23,60
85	Orocó	457,16	693,66	21,92	38,92	28,27
86	Palmeirina	396,70	666,76	0,00	0,00	4,29
87	Panelas	231,57	750,32	16,71	25,14	4,25
88	Paranatama	282,37	854,55	22,01	3,80	14,63
89	Parnamirim	319,44	551,84	25,31	0,87	19,69
90	Passira	298,23	479,48	84,10	0,00	3,38
91	Pedra	336,14	500,91	104,97	57,65	11,28
92	Poção	358,74	582,60	4,02	1,01	15,71
93	Pombos	334,69	575,14	89,80	1,34	3,20
94	Primavera	288,12	505,85	11,92	5,80	20,12
95	Quipapá	310,02	563,43	18,83	1,43	6,28
96	Quixaba	186,14	701,03	162,52	0,00	0,00
97	Riacho das Almas	327,55	577,57	14,13	12,48	28,71
98	Rio Formoso	362,49	671,92	144,30	2,14	28,90
99	Sairé	367,69	670,89	0,00	27,90	12,10
100	Salgadinho	250,59	480,82	99,09	4,11	23,11
101	Saloá	285,00	718,88	28,03	25,29	28,60
102	Sanharó	274,50	488,49	81,31	0,00	31,03
103	Santa Cruz	0,00	816,67	71,41	0,00	89,24
104	Santa Cruz da Baixa Verde	342,31	372,57	0,00	0,00	0,36
105	Santa Filomena	175,76	640,38	0,68	0,00	0,00
106	Santa Maria do Cambucá	260,11	655,25	50,73	0,00	15,74
107	Santa Terezinha	348,52	458,62	97,08	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	259,36	486,90	13,23	57,24	10,97
109	São Bento do Una	201,26	512,62	10,26	4,16	32,85
110	São Caetano	258,59	519,93	17,34	195,86	8,85
111	São João	321,24	655,64	0,00	0,40	8,90
112	São Joaquim do Monte	453,70	616,01	1,37	15,20	9,89
113	São José da Coroa Grande	285,99	531,06	87,51	0,00	0,73
114	São Lourenço da Mata	153,98	311,13	38,95	0,00	0,00
115	São Vicente Ferrer	314,35	569,10	37,63	0,00	9,65
116	Serrita	314,07	640,57	24,91	0,00	87,47
117	Sertânia	288,92	429,45	64,18	0,29	78,34
118	Moreilândia	387,01	839,39	46,18	17,86	30,64
119	Solidão	477,61	654,48	186,91	0,35	18,54
120	Tabira	273,91	373,71	15,50	31,14	7,14
121	Tacaimbó	270,13	457,58	16,14	23,75	29,76

122	Tacaratu	257,72	471,50	20,70	0,00	16,23
123	Tamandaré	384,00	624,14	224,64	0,00	46,60
124	Taquaritinga do Norte	253,53	437,09	126,22	0,47	14,54
125	Terezinha	381,73	725,09	8,09	13,71	67,97
126	Terra Nova	134,38	478,99	18,40	13,71	7,80
127	Toritama	228,56	379,85	19,67	0,10	10,03
128	Tracunhaém	267,27	361,56	4,41	11,42	12,41
129	Triunfo	2,48	444,49	0,00	0,25	10,16
130	Tupanatinga	243,35	730,55	48,78	17,08	25,30
131	Tuparetama	442,24	543,07	299,20	1,01	11,05
132	Venturosa	404,95	531,77	0,00	9,54	24,73
133	Verdejante	349,53	771,97	36,07	2,32	60,16
134	Vertente do Lério	375,15	713,79	14,43	0,00	13,76
135	Vertentes	348,84	488,31	117,81	36,47	14,29
136	Xexéu	347,68	708,62	5,59	39,10	0,15

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO I - GASTOS COM SAÚDE POR MUNICÍPIO - 2008

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	Atenção Básica	Assist. Hospitalar	Suporte Profilático	Vig. Sanitária	Vig. Epidem.	Alim. e Nutrição	Out. Desp. Saúde
1	Afrânio	3.936.257,19	1.589.003,90	1.065.946,66	0,00	0,00	50.129,47	0,00	1.231.177,16
2	Água Preta	6.364.063,56	2.538.215,86	3.206.817,04	34.934,00	7.880,40	166.195,73	0,00	410.020,53
3	Águas Belas	6.097.094,10	5.748.138,07	152.163,64	0,00	36.451,39	160.341,00	0,00	0,00
4	Alagoinha	3.020.187,90	811.567,64	418.686,61	16.161,50	2.449,73	89.563,21	0,00	1.681.759,21
5	Aliança	7.027.703,29	5.401.404,20	897.092,71	0,00	0,00	0,00	0,00	729.206,38
6	Altinho	3.998.262,72	1.431.663,08	263.887,63	24.462,22	7.770,43	92.486,21	0,00	2.177.993,15
7	Amaraji	3.797.371,73	935.586,74	16.937,75	130,00	11.023,66	28.813,40	7.353,39	2.797.526,79
8	Angelim	2.490.407,00	2.436.375,50	0,00	7.272,00	20.794,50	25.465,00	0,00	500,00
9	Araçoiaba	4.149.448,21	3.157.601,43	810.361,43	181.485,35	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Barra de Guabiraba	1.082.371,87	837.228,80	125.214,61	81.121,85	31.489,97	7.316,64	0,00	0,00
11	Belém de Maria	2.002.223,54	824.252,33	2,00	2.061,60	42.586,80	6.764,00	0,00	1.126.556,81
12	Belém de São Francisco	5.173.975,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.173.975,80
13	Betânia	2.489.380,91	2.068.048,36	361.704,14	13.200,00	0,00	19.735,16	0,00	26.693,25
14	Bodocó	6.141.180,20	497.644,89	375,00	0,00	37.448,88	0,00	0,00	5.605.711,43
15	Bom Jardim	7.082.518,72	5.708.131,59	1.142.615,67	30.020,00	23.580,04	167.022,73	0,00	11.148,69
16	Bonito	6.935.327,25	2.286.783,99	4.354.855,27	39.080,00	2.650,00	214.955,48	0,00	37.002,51
17	Brejão	2.094.943,29	1.403.430,37	634.901,65	0,00	55.828,39	782,88	0,00	0,00
18	Brejinho	1.926.197,29	1.037.691,15	0,00	0,00	0,00	60.820,18	43.631,99	784.053,97
19	Brejo da Madre de Deus	7.461.254,55	2.615.070,41	2.097.809,17	0,00	234.557,79	5.173,91	0,00	2.508.643,27
20	Buenos Aires	2.391.294,48	551.098,72	1.517.554,17	7.531,00	3.201,40	43.204,67	0,00	268.704,52
21	Cabrobó	6.378.393,43	3.527.484,87	2.392.776,55	157.648,27	12.677,18	83.374,42	0,00	204.432,14
22	Cachoeirinha	4.005.209,57	1.163.075,55	2.794.737,32	0,00	5.029,00	42.367,70	0,00	0,00
23	Caetés	5.552.392,65	1.787.904,25	3.542.797,02	5.400,00	29.512,35	74.939,80	0,00	111.839,23
24	Calçado	1.984.366,51	1.917.445,36	0,00	0,00	50.941,65	15.979,50	0,00	0,00
25	Calumbi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Camocim de São Félix	3.129.173,31	1.959.087,71	968.603,72	82.007,73	37.631,22	79.842,93	0,00	2.000,00
27	Camutanga	2.383.704,91	2.200.332,59	0,00	0,00	148.318,00	35.054,32	0,00	0,00
28	Canhotinho	5.544.745,22	2.303.902,98	1.649.058,20	121.069,82	1.742,00	133.778,16	0,00	1.335.194,06
29	Capoeiras	4.201.160,13	3.862.815,55	0,00	0,00	39.137,48	0,00	0,00	299.207,10
30	Carnaíba	3.993.500,99	1.457.821,59	1.401.101,16	0,00	120.120,00	209.078,84	0,00	805.379,40
31	Carnaubeira da Penha	2.559.070,53	1.484.447,23	669.090,59	0,00	0,00	0,00	405.532,71	0,00
32	Casinhas	3.511.366,00	3.086.249,00	386.948,00	0,00	0,00	38.169,00	0,00	0,00
33	Catende	5.153.307,66	1.348.157,58	1.534.709,26	0,00	8.994,00	191.458,44	0,00	2.069.988,38
34	Cedro	2.138.234,52	1.718.724,90	194.585,48	0,00	224.924,14	0,00	0,00	0,00
35	Chã de Alegria	2.864.949,00	0,00	2.370.278,93	143.810,30	91.291,72	0,00	259.568,05	0,00
36	Chã Grande	5.121.951,73	1.522.318,52	965.245,71	92.332,65	12.047,54	63.693,68	0,00	2.466.313,63
37	Condado	4.662.313,63	0,00	3.960.565,28	0,00	394.352,55	296.361,90	11.033,90	0,00
38	Correntes	3.742.216,89	2.341.501,74	1.264.659,19	0,00	86.679,54	49.376,42	0,00	0,00
39	Cortês	3.195.595,53	0,00	2.949.990,44	167.346,71	1.727,36	71.036,66	0,00	5.494,36
40	Cumaru	4.491.152,17	1.237.380,27	2.650.375,60	42.194,66	74.649,97	0,00	0,00	486.551,67
41	Cupira	4.143.038,49	1.653.937,37	548.427,62	120.225,93	55,00	92.412,11	0,00	1.727.980,46
42	Dormentes	6.219.607,41	4.080.425,94	2.109.523,71	0,00	0,00	29.657,76	0,00	0,00
43	Exu	7.424.436,61	2.475.102,48	1.541.374,76	348.613,69	104.292,83	0,00	0,00	2.955.052,85
44	Feira Nova	3.823.132,88	0,00	1.130.978,70	0,00	0,00	77.576,48	0,00	2.614.577,70
45	Ferreiros	2.196.060,71	1.254.053,28	0,00	0,00	0,00	41.803,30	0,00	900.204,13
46	Flores	4.423.746,40	1.975.764,17	964.648,90	0,00	8.096,05	106.061,80	0,00	1.369.175,48
47	Frei Miguelinho	3.387.425,25	1.110.840,12	176.516,96	53.029,65	0,00	74.791,03	0,00	1.972.247,49
48	Gameleira	1.984.662,92	1.717.688,36	0,00	0,00	2.500,00	134.474,56	0,00	130.000,00
49	Glória do Goitá	5.148.181,33	1.071.564,25	3.929.518,88	0,00	7.431,00	139.667,20	0,00	0,00
50	Granito	1.517.256,51	1.501.401,39	200,00	0,00	15.655,12	0,00	0,00	0,00
51	Iati	3.221.545,01	2.301.679,45	801.252,67	0,00	38.860,20	79.752,69	0,00	0,00
52	Ibimirim	5.950.158,06	5.576.026,48	369.711,18	0,00	4.420,40	0,00	0,00	0,00
53	Ibirajuba	1.624.761,55	555.801,74	271.709,27	27.680,02	210,00	53.057,86	0,00	716.302,66
54	Igarassu	9.410.387,70	3.200.624,22	6.151.787,79	0,00	0,00	0,00	0,00	57.975,69
55	Iguaraci	2.310.527,42	968.334,82	608.415,52	0,00	167.329,57	48.276,61	0,00	518.170,90
56	Inajá	3.149.059,80	3.149.059,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	Ingazeira	1.512.571,27	424.194,50	1.065.877,71	0,00	16.850,22	1.696,70	0,00	3.952,14
58	Ipubi	6.139.377,12	792.535,36	5.173.486,69	0,00	0,00	0,00	0,00	173.355,07
59	Itacuruba	2.536.754,64	1.011.987,43	144.826,44	0,00	0,00	63.896,80	156.464,56	1.159.579,41
60	Itaíba	4.229.230,33	4.086.481,20	44.870,26	0,00	21.263,15	61.093,68	0,00	15.522,04
61	Ilha de Itamaracá	3.305.222,30	2.971.835,84	0,00	0,00	333.386,46	0,00	0,00	0,00
62	Itapetim	2.708.818,16	662.409,81	581.092,33	0,00	30.940,11	55.442,00	0,00	1.378.933,91
63	Itaquitinga	3.770.472,89	2.709.403,18	826.949,21	0,00	12.138,87	69.100,53	0,00	152.881,10
64	Jaqueira	2.300.144,93	1.365.475,37	53.583,23	0,00	0,00	47.324,65	0,00	833.761,68
65	Jataúba	4.378.357,77	1.453.777,97	2.855.230,12	0,00	0,00	48.180,90	0,00	21.168,78
66	Jatobá	2.593.263,96	2.398.001,81	133.208,79	0,00	45.472,62	16.262,74	0,00	318,00
67	João Alfredo	5.291.093,13	1.879.537,24	3.277.304,17	44.840,68	97,50	89.313,54	0,00	0,00
68	Joaquim Nabuco	3.798.609,29	2.773.946,58	22.052,90	0,00	9.267,90	50.535,56	98.425,15	844.381,20
69	Jucati	1.944.535,27	1.944.535,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Jupi	2.916.750,59	0,00	2.610.549,39	0,00	55.218,91	0,00	0,00	250.982,29
71	Jurema	3.086.260,64	925.367,68	146.154,93	0,00	5.048,33	36.088,44	0,00	1.973.601,26
72	Lagoa do Carro	3.538.079,07	209.749,19	3.296.512,96	0,00	0,00	0,00	0,00	31.816,92
73	Lagoa do Itaenga	5.149.352,81	3.464.862,09	1.507.396,05	0,00	850,00	176.244,67	0,00	0,00
74	Lagoa do Ouro	3.491.192,94	3.200.387,51	225.635,00	0,00	7.857,37	57.313,06	0,00	0,00
75	Lagoa dos Gatos	2.766.080,25	2.510.859,13	153.040,85	37.925,60	853,00	49.090,61	0,00	14.311,06
76	Lagoa Grande	5.963.912,29	110.098,36	3.123.360,16	0,00	457.898,77	0,00	0,00	2.272.555,00
77	Lajedo	5.083.311,87	3.182.854,84	979.388,83	0,00	74.640,19	157.064,79	0,00	689.363,22
78	Macaparana	4.214.461,00	3.719.422,00	378.284,00	0,00	390,00	116.365,00	0,00	0,00
79	Machados	2.559.427,00	2.346.920,00	181.698,00	0,00	30.809,00	0,00	0,00	0,00
80	Manari	2.422.364,02	1.647.522,90	733.601,28	0,00	12.995,84	28.244,00	0,00	0,00
81	Maraial	2.763.094,18	602.315,55	2.160.778,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	Mirandiba	1.686.510,59	471.296,38	1.093.643,20	6.533,00	3.851,86	24.516,59	1.310,55	85.359,01
83	Nazaré da Mata	4.620.501,67	0,00	4.385.148,07	0,00	0,00	235.353,60	0,00	0,00
84	Orobó	3.953.632,48	2.870.128,59	199.769,40	0,00	23.851,35	75.471,38	0,00	784.411,76
85	Orocó	2.734.487,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.734.487,54
86	Palmeirina	2.826.190,35	2.542.322,98	207.516,86	0,00	35.580,20	36.854,31	0,00	3.916,00
87	Panelas	4.535.225,91	1.646.538,74	1.974.096,61	124.812,35	6.651,95	120.831,45	0,00	662.294,81
88	Paranatama	2.086.473,24	1.981.588,41	21.581,40	0,00	60.586,50	22.716,93	0,00	0,00
89	Parnamirim	6.922.245,56	4.411.597,85	2.339.978,49	0,00	47.701,24	122.967,98	0,00	0,00
90	Passira	4.894.900,00	4.453.928,00	254.573,00	0,00	13.936,00	172.463,00	0,00	0,00
91	Pedra	4.709.380,28	2.087.925,44	2.126.351,66	43.042,53	15.199,07	88.368,76	17.591,42	330.901,40

92	Poção	2.320.817,65	2.174.255,48	106.651,58	4.488,78	35.421,81	0,00	0,00	0,00
93	Pombos	4.789.028,42	1.729.588,57	991.407,70	6.409,41	29.096,52	90.443,27	995,84	1.941.087,11
94	Primavera	2.470.895,01	570.458,01	164.642,10	34.445,31	1.660,58	47.973,05	0,00	1.651.715,96
95	Quipapá	4.851.602,20	4.664.628,58	152.434,74	0,00	0,00	30.264,00	4.274,88	0,00
96	Quixaba	594.543,48	430.646,33	29.488,00	0,00	2.240,66	30.269,14	101.899,35	0,00
97	Riacho das Almas	4.684.235,41	1.350.032,42	1.280.776,93	72.463,63	26.320,35	111.957,12	0,00	1.842.684,96
98	Rio Formoso	5.141.786,01	904.715,57	4.158.086,31	44.020,00	34.964,13	0,00	0,00	0,00
99	Sairé	1.217.771,90	1.059.310,94	0,00	0,00	38.274,78	0,00	120.186,18	0,00
100	Salgadinho	1.676.773,88	492.068,00	1.161.020,92	346,00	0,00	23.338,96	0,00	0,00
102	Sanharó	3.627.837,29	1.150.193,98	813.211,58	0,00	3.162,81	42.262,91	276.187,31	1.342.818,70
103	Santa Cruz	2.578.947,22	0,00	2.578.947,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Santa Cruz da Baixa Verde	2.347.517,62	2.036.133,18	181.329,74	0,00	16.888,53	89.936,42	0,00	23.229,75
105	Santa Filomena	3.589.243,86	0,00	3.445.618,40	0,00	50.510,88	0,00	0,00	93.114,58
106	Santa Maria do Cambucá	7.296.454,61	6.435.515,22	810.264,71	41.514,68	0,00	9.160,00	0,00	0,00
107	Santa Terezinha	2.650.077,89	62.751,50	2.482.845,73	0,00	0,00	104.480,66	0,00	0,00
108	São Benedito do Sul	312.643,64	89.618,48	0,00	0,00	0,00	98.921,56	124.103,60	0,00
109	São Bento do Una	1.948.516,31	433.973,43	502.730,32	3.674,42	27.118,45	0,00	0,00	981.019,69
110	São Caetano	6.302.149,29	2.970.762,54	2.468.558,05	56.531,81	2.434,00	204.294,10	599.568,79	0,00
111	São João	5.399.540,09	3.620.617,31	1.664.809,23	0,00	0,00	114.113,55	0,00	0,00
112	São Joaquim do Monte	5.920.832,98	1.546.977,44	1.589.062,08	61.870,88	0,00	69.546,17	0,00	2.653.376,41
113	São José da Coroa Grande	3.641.450,31	0,00	3.472.384,85	0,00	0,00	0,00	169.065,46	0,00
114	São Lourenço da Mata	##########	13.175.385,53	2.581.442,64	0,00	363.986,18	24.028,35	421.851,33	0,00
115	São Vicente Ferrer	3.395.853,92	712.669,17	2.407.034,91	8.390,00	174,00	260.788,44	117,40	6.680,00
116	Serrita	3.454.245,12	3.277.285,26	96.822,63	0,00	1.504,00	77.898,23	735,00	0,00
117	Sertânia	5.244.562,15	5.244.562,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	Moreilândia	2.560.085,14	2.559.745,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00
119	Solidão	58.544,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.544,59	0,00
120	Tabira	4.970.131,39	786.477,54	3.507.121,59	19.372,25	7.698,00	448.829,82	200.632,19	0,00
121	Tacaimbó	2.640.001,08	984.292,40	266.914,79	13.198,40	15.828,90	34.441,33	0,00	1.325.325,26
122	Tacaratu	3.732.521,37	2.587.930,13	141.651,72	108.149,95	30.169,55	212.727,97	0,00	651.892,05
123	Tamandaré	4.490.766,93	2.559.525,58	1.824.209,24	0,00	1.067,50	105.964,61	0,00	0,00
124	Taquaritinga do Norte	3.934.277,21	997.249,55	2.670.599,02	37.531,50	0,00	95.355,52	0,00	133.541,62
125	Terezinha	1.705.951,65	1.584.378,73	0,00	0,00	121.572,92	0,00	0,00	0,00
126	Terra Nova	2.052.153,55	1.655.810,72	32.987,31	0,00	0,00	2.178,42	0,00	361.177,10
127	Toritama	5.228.028,85	5.039.133,05	0,00	0,00	0,00	185.221,20	3.674,60	0,00
128	Tracunhaém	1.605.119,67	886.140,06	637.107,81	0,00	0,00	0,00	81.871,80	0,00
129	Triunfo	2.777.017,32	2.558.071,37	64.157,14	0,00	71.874,24	82.914,57	0,00	0,00
130	Tupanatinga	3.967.251,53	3.880.895,82	0,00	0,00	40.565,68	45.790,03	0,00	0,00
131	Tuparetama	2.137.988,73	1.577.486,03	6.935,58	372.487,83	29.394,46	149.110,59	0,00	2.574,24
132	Venturosa	4.241.534,01	1.923.401,79	202.094,43	0,00	894,00	63.189,50	0,00	2.051.954,29
133	Verdejante	1.776.876,35	1.741.439,20	0,00	0,00	35.437,15	0,00	0,00	0,00
134	Vertente do Lério	2.064.934,89	808.819,07	1.142.085,32	20.760,00	1.544,00	91.726,50	0,00	0,00
135	Vertentes	4.258.375,98	1.122.705,65	2.062.740,82	0,00	105.054,83	88.731,25	0,00	879.143,43
136	Xexéu	3.734.891,00	962.922,46	2.710.214,84	0,00	13.070,00	41.026,70	0,00	7.657,00

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO J - GASTOS COM SAÚDE POR MUNICÍPIO - 2009

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	Atenção Básica	Assist. Hospitalar	Suporte Profilático	Vig. Sanitária	Vig. Epidem.	Alim. e Nutrição	Out. Desp. Saúde
1	Afrânio	5.305.708,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.305.708,63
2	Água Preta	7.362.250,71	2.343.998,49	4.793.843,54	34.906,60	92.830,50	8.936,18	0,00	87.735,40
3	Águas Belas	5.033.565,62	4.870.513,37	6.000,00	0,00	892,25	156.160,00	0,00	0,00
4	Alagoinha	3.236.860,69	841.830,52	288.718,74	18.814,80	16.651,86	133.341,43	0,00	1.937.503,34
5	Aliança	7.549.914,21	4.655.987,79	2.893.926,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Altinho	4.642.513,91	1.522.131,87	150.076,71	69.435,00	6.324,00	80.745,03	0,00	2.813.801,30
7	Amaraji	4.620.989,51	1.278.366,05	25.240,00	30.416,17	9.020,75	112.194,16	0,00	3.165.752,38
8	Angelim	2.839.261,98	2.598.540,81	0,00	64.848,00	0,00	221,15	175.652,02	0,00
9	Araçoiaba	4.635.645,37	3.567.215,18	655.410,55	69.767,40	339.963,24	0,00	0,00	3.289,00
10	Barra de Guabiraba	2.771.858,32	606.781,74	45.390,00	66.821,49	0,00	1.157,48	0,00	2.051.707,61
11	Belém de Maria	2.372.383,10	916.684,46	159.737,60	0,00	49.201,75	0,00	0,00	1.246.759,29
12	Belém de São Francisco	4.765.902,19	4.347.517,20	67.428,43	0,00	100.091,96	78.504,93	172.359,67	0,00
13	Betânia	2.880.744,65	2.339.788,68	395.736,49	20.199,04	0,00	3.626,75	86.875,00	34.518,69
14	Bodocó	1.789.130,50	1.213.402,19	0,00	0,00	53.725,49	0,00	522.002,82	0,00
15	Bom Jardim	7.524.857,77	2.434.591,53	1.040.318,17	189.089,81	18.647,69	182.856,58	0,00	3.659.353,99
16	Bonito	8.538.063,43	2.616.645,52	5.578.487,51	42.110,40	181.154,86	119.665,14	0,00	0,00
17	Brejão	2.461.853,71	1.693.594,09	723.760,31	0,00	44.499,31	0,00	0,00	0,00
18	Brejinho	1.846.402,30	1.846.402,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Brejo da Madre de Deus	8.373.234,31	2.462.869,22	2.129.488,07	0,00	186.009,29	0,00	0,00	3.594.867,73
20	Buenos Aires	2.473.069,74	528.078,66	1.870.833,46	12.228,80	96,00	43.177,54	0,00	18.655,28
21	Cabrobó	7.712.369,57	4.281.225,03	2.812.447,02	282.163,72	7.316,77	101.358,31	227.858,72	0,00
22	Cachoeirinha	4.975.033,30	1.593.243,65	3.353.893,24	0,00	0,00	27.896,41	0,00	0,00
23	Caetés	6.888.227,56	2.054.454,36	4.558.993,26	7.860,00	59.420,75	67.541,00	0,00	139.958,19
24	Calçado	2.525.523,28	2.459.992,48	33.805,00	0,00	31.407,20	318,60	0,00	0,00
25	Calumbi	1.612.807,97	0,00	1.612.807,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Camocim de São Félix	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Camutanga	2.896.042,71	2.735.130,07	0,00	0,00	142.459,72	18.452,92	0,00	0,00
28	Canhotinho	6.134.865,70	2.816.821,23	1.760.131,94	300.605,50	1.599,50	148.590,33	0,00	1.107.117,20
29	Capoeiras	4.223.270,48	4.020.986,06	0,00	0,00	1.675,60	0,00	0,00	200.608,82
30	Carnaíba	4.213.067,54	1.501.526,15	1.521.550,48	0,00	148.458,48	155.235,90	0,00	886.296,53
31	Carnaubeira da Penha	3.868.918,89	3.868.918,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Casinhas	4.478.050,00	3.854.500,00	573.232,00	0,00	300,00	0,00	0,00	50.018,00
33	Catende	7.041.748,14	1.861.204,40	747.755,84	0,00	1.148,00	71.668,50	0,00	4.359.971,40
34	Cedro	2.912.197,04	2.471.022,29	231.653,08	0,00	209.521,67	0,00	0,00	0,00
35	Chã de Alegria	3.534.306,00	0,00	2.891.920,02	171.032,00	106.163,12	0,00	365.190,86	0,00
36	Chã Grande	6.018.481,73	1.822.814,08	1.276.848,66	94.274,29	18.273,26	121.853,73	0,00	2.684.417,71
37	Condado	5.815.223,22	1.888.993,76	3.787.089,70	0,00	51.719,05	80.050,36	0,00	7.370,35
38	Correntes	4.399.099,20	2.793.262,37	1.486.462,37	0,00	71.837,77	47.536,69	0,00	0,00
39	Cortês	4.224.754,33	1.282,00	3.461.925,36	225.798,55	443,20	118.936,26	416.368,96	0,00
40	Cumaru	4.172.540,08	2.507.989,01	454.673,07	200.929,90	8.650,00	61.998,46	0,00	938.299,64
41	Cupira	5.386.630,80	1.682.210,50	831.007,08	59.102,37	10.041,66	141.210,00	0,00	2.663.059,19
42	Dormentes	4.104.451,13	1.858.145,30	2.234.045,23	0,00	0,00	12.260,60	0,00	0,00
43	Exu	6.618.837,75	4.577.098,12	7.500,00	0,00	0,00	113.354,89	0,00	1.920.884,74
44	Feira Nova	4.289.553,35	0,00	1.229.819,26	0,00	0,00	100.471,77	0,00	2.959.262,32
45	Ferreiros	2.905.254,09	1.558.279,33	0,00	0,00	640,00	47.105,66	0,00	1.299.229,10
46	Flores	4.828.177,35	2.250.554,71	1.064.748,24	0,00	196.169,49	94.977,25	0,00	1.221.727,66
47	Frei Miguelinho	2.998.283,53	1.410.178,20	406.753,28	128.301,40	0,00	118.324,48	0,00	934.726,17
48	Gameleira	2.749.835,21	2.072.908,58	0,00	0,00	0,00	158.147,87	518.778,76	0,00
49	Glória do Goitá	6.078.741,03	1.255.672,65	2.688.664,76	0,00	2.600,00	591.515,62	0,00	1.540.288,00
50	Granito	2.029.521,45	2.009.334,16	0,00	0,00	20.187,29	0,00	0,00	0,00
51	Iati	4.233.844,70	3.394.559,96	740.979,38	0,00	38.151,32	60.154,04	0,00	0,00
52	Ibimirim	6.697.331,94	6.322.452,36	371.812,28	0,00	3.067,30	0,00	0,00	0,00
53	Ibirajuba	1.810.430,66	596.679,17	278.362,30	32.536,53	0,00	42.325,04	0,00	860.527,62
54	Igarassu	9.548.844,94	3.612.674,84	5.906.899,53	0,00	0,00	0,00	0,00	29.270,57
55	Iguaraci	2.685.698,85	1.182.595,65	838.259,65	0,00	30.322,42	41.008,12	0,00	593.513,01
56	Inajá	3.688.743,42	3.688.743,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	Ingazeira	2.486.712,44	405.122,73	2.081.049,71	0,00	540,00	0,00	0,00	0,00
58	Ipubi	6.220.030,29	808.427,30	5.411.602,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Itacuruba	2.811.316,82	2.019.501,21	0,00	0,00	11.160,00	20.045,00	0,00	760.610,61
60	Itaíba	4.858.389,85	4.786.796,18	0,00	0,00	69.979,17	893,00	0,00	721,50
61	Ilha de Itamaracá	4.211.916,36	3.815.150,86	0,00	0,00	396.765,50	0,00	0,00	0,00
62	Itapetim	3.358.183,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.358.183,48
63	Itaquitinga	4.853.666,01	3.069.934,69	666.330,43	0,00	44.090,25	60.486,60	0,00	1.012.824,04
64	Jaqueira	2.622.660,10	693.467,33	79.519,11	0,00	0,00	44.071,18	0,00	1.805.602,48
65	Jataúba	5.115.696,59	1.343.036,43	3.630.353,78	0,00	0,00	55.748,53	0,00	86.557,85
66	Jatobá	4.189.546,09	3.992.491,30	70.249,76	0,00	15.583,07	110.926,96	0,00	295,00
67	João Alfredo	7.435.256,67	1.971.369,16	5.376.129,41	79.478,10	0,00	8.280,00	0,00	0,00
68	Joaquim Nabuco	5.424.048,72	1.449.296,05	247.741,75	0,00	29.683,80	16.231,00	0,00	3.681.096,12
69	Jucati	2.317.709,79	2.257.452,93	7.600,00	0,00	33.727,01	0,00	0,00	18.929,85
70	Jupi	3.442.889,27	0,00	3.089.950,28	0,00	73.011,97	0,00	0,00	279.927,02
71	Jurema	3.427.294,11	1.035.795,35	173.563,10	0,00	3.160,00	32.860,00	12.289,04	2.169.626,62
72	Lagoa do Carro	4.113.777,66	261.832,80	3.849.767,34	0,00	2.177,52	0,00	0,00	0,00
73	Lagoa do Itaenga	6.391.178,17	4.014.933,87	2.172.761,28	0,00	476,00	197.958,67	0,00	5.048,35
74	Lagoa do Ouro	3.626.538,16	3.312.745,00	247.840,00	0,00	12.728,00	53.225,16	0,00	0,00
75	Lagoa dos Gatos	3.059.783,06	2.942.765,27	13.256,74	22.399,20	1.137,00	50.817,85	0,00	29.407,00
76	Lagoa Grande	5.439.733,20	245.047,23	4.221.051,51	0,00	1.507,00	631.822,57	0,00	340.304,89
77	Lajedo	6.223.415,45	3.600.664,86	1.079.979,32	0,00	61.735,86	141.070,22	0,00	1.339.965,19
78	Macaparana	4.771.573,00	4.138.313,00	530.351,00	0,00	1.798,00	101.111,00	0,00	0,00
79	Machados	3.556.744,00	3.074.012,00	309.888,00	0,00	142.049,00	0,00	0,00	30.795,00
80	Manari	3.042.620,06	2.713.402,74	292.857,32	0,00	6.360,00	30.000,00	0,00	0,00
81	Maraial	2.845.151,06	360.611,45	9.570,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.474.969,41
82	Mirandiba	3.725.467,47	760.140,34	2.799.474,80	76.090,00	1.868,20	80.185,84	0,00	7.708,29
83	Nazaré da Mata	5.249.918,20	0,00	5.249.918,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Orobó	4.634.171,30	2.578.509,48	259.482,35	0,00	712,00	82.041,98	0,00	1.713.425,49
85	Orocó	2.445.011,19	0,00	2.445.011,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	Palmeirina	2.269.789,66	2.175.616,65	6.908,90	0,00	12.304,28	74.959,83	0,00	0,00
87	Panelas	5.019.088,44	2.015.509,51	2.083.228,05	226.826,74	12.580,98	184.431,92	496.511,24	0,00
88	Paranatama	2.648.511,12	2.574.908,81	34.197,50	0,00	13.165,45	19.157,10	0,00	7.082,26
89	Parnamirim	6.846.644,24	3.990.756,57	2.669.285,55	0,00	48.805,55	137.796,57	0,00	0,00
90	Passira	6.556.629,00	5.625.191,00	746.933,00	0,00	5.790,00	0,00	0,00	178.715,00
91	Pedra	6.453.841,18	2.689.005,25	2.840.141,66	18.655,00	20.031,00	119.279,90	149.650,03	617.078,34

92	Poção	2.714.503,48	2.501.910,21	72.758,11	84.773,13	55.062,03	0,00	0,00	0,00
93	Pombos	5.154.816,23	1.745.750,16	743.896,36	15.138,03	120.241,14	852,00	0,00	2.528.938,54
94	Primavera	2.970.101,32	843.820,63	324.722,22	68.946,75	0,00	104.371,34	0,00	1.628.240,38
95	Quipapá	5.587.019,84	2.517.713,78	2.894.431,57	0,00	59.091,32	115.783,17	0,00	0,00
96	Quixaba	630.999,73	458.632,00	78.200,67	0,00	1.060,56	28.899,00	64.207,50	0,00
97	Riacho das Almas	5.517.945,02	1.638.272,59	1.081.040,49	107.590,51	158.673,65	83.121,47	0,00	2.449.246,31
98	Rio Formoso	5.770.152,62	1.283.686,62	4.393.453,00	42.815,00	47.498,00	2.700,00	0,00	0,00
99	Sairé	1.582.480,32	1.420.478,64	0,00	0,00	42.379,00	0,00	119.622,68	0,00
100	Salgadinho	1.903.305,83	562.983,81	1.316.724,74	26,70	465,00	23.105,58	0,00	0,00
101	Saloá	3.234.065,70	1.172.204,73	14.050,00	40.073,62	40.583,97	4.067,50	0,00	1.963.085,88
102	Sanharó	4.594.681,49	1.381.607,87	929.463,40	0,00	9.454,23	42.333,74	234.592,69	1.997.229,56
103	Santa Cruz	3.573.189,81	0,00	1.436.696,13	0,00	59.203,80	2.077.289,88	0,00	0,00
104	Santa Cruz da Baixa Verde	2.741.061,98	2.195.610,30	428.357,46	0,00	32.569,81	84.524,41	0,00	0,00
105	Santa Filomena	3.604.980,80	0,00	3.530.536,66	0,00	39.413,24	13.500,00	0,00	21.530,90
106	Santa Maria do Cambucá	2.676.568,06	64.658,65	2.511.711,55	0,00	0,00	100.197,86	0,00	0,00
107	Santa Terezinha	3.022.519,38	97.368,67	0,00	0,00	0,00	126.575,33	0,00	2.798.575,38
108	São Benedito do Sul	2.335.980,66	753.300,47	599.489,59	13.592,81	20.504,34	1.534,00	0,00	947.559,45
109	São Bento do Una	9.698.582,92	5.216.245,22	4.296.614,11	0,00	100,00	185.623,59	0,00	0,00
110	São Caetano	7.099.291,33	3.342.059,83	2.894.692,40	115.986,72	5.375,50	201.187,50	539.989,38	0,00
111	São João	5.887.473,38	3.907.989,18	1.850.501,45	0,00	0,00	128.982,75	0,00	0,00
112	São Joaquim do Monte	6.907.126,61	2.167.612,26	2.439.589,19	87.033,78	0,00	77.774,04	0,00	2.135.117,34
113	São José da Coroa Grande	5.153.854,87	0,00	4.494.227,77	216.072,45	6.000,00	202.281,65	235.273,00	0,00
114	São Lourenço da Mata	###########	11.128.679,77	3.521.562,69	215,00	0,00	428.479,77	910.925,20	0,00
115	São Vicente Ferrer	4.210.638,00	1.950.640,00	2.188.021,00	16.640,00	1.379,00	53.958,00	0,00	0,00
116	Serrita	4.149.012,91	4.083.902,73	0,00	2.008,57	29,33	24.045,28	39.027,00	0,00
117	Sertânia	6.435.903,55	6.435.903,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	Moreilândia	3.143.340,53	3.143.340,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Solidão	1.925.445,85	1.514.022,95	309.670,25	0,00	0,00	31.382,24	0,00	70.370,41
120	Tabira	5.683.231,82	515.022,25	4.408.526,45	4.501,51	0,00	755.181,61	0,00	0,00
121	Tacaimbó	2.773.334,77	1.161.600,96	137.963,96	0,00	13.583,63	36.897,50	0,00	1.423.288,72
122	Tacaratu	3.804.176,15	2.632.606,49	487.584,72	0,00	6.098,89	254.252,07	0,00	423.633,98
123	Tamandaré	5.226.395,21	2.256.797,65	2.778.448,30	21.575,87	169.573,39	0,00	0,00	0,00
124	Taquaritinga do Norte	4.385.843,03	1.052.025,13	3.180.361,17	48.433,24	103.459,81	0,00	0,00	1.563,68
125	Terezinha	1.820.398,16	1.686.445,88	0,00	0,00	133.952,28	0,00	0,00	0,00
126	Terra Nova	2.130.443,37	1.994.938,05	44.214,34	0,00	0,00	1.599,00	89.691,98	0,00
127	Toritama	6.160.331,01	3.965.117,01	2.035.060,14	0,00	7.523,35	152.630,51	0,00	0,00
128	Tracunhaém	2.850.349,59	1.065.517,06	1.305.652,15	0,00	0,00	0,00	0,00	479.180,38
129	Triunfo	3.405.217,53	3.083.144,17	118.447,26	0,00	75.108,43	91.340,21	0,00	37.177,46
130	Tupanatinga	3.781.347,84	3.674.887,21	0,00	0,00	33.046,90	73.413,73	0,00	0,00
131	Tuparetama	2.602.708,30	1.781.387,77	27.641,92	401.758,03	53.300,76	178.559,73	0,00	160.060,09
132	Venturosa	4.689.572,83	1.608.309,44	367.526,65	0,00	0,00	68.689,00	0,00	2.645.047,74
133	Verdejante	3.262.760,04	3.169.484,09	0,00	0,00	60.790,16	0,00	32.485,79	0,00
134	Vertente do Lério	2.329.865,96	723.679,08	993.951,89	73.144,75	19.302,00	143.539,39	0,00	376.248,85
135	Vertentes	4.444.645,55	1.348.994,58	1.706.030,40	235.460,14	42.505,88	77.880,67	0,00	1.033.773,88
136	Xexéu	3.942.780,12	1.346.315,59	2.480.808,65	0,00	0,00	87.306,68	0,00	28.349,20

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO K - GASTOS COM SAÚDE POR MUNICÍPIO - 2010

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	Atenção Básica	Assist. Hospitalar	Suporte Profilático	Vig. Sanitária	Vig. Epidem.	Alim. e Nutrição	Out. Desp. Saúde
1	Afrânio	5.478.363,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.363,38
2	Água Preta	7.798.772,43	3.316.531,96	1.645.662,93	686.498,60	120.349,03	20.688,62	0,00	2.009.041,29
3	Águas Belas	7.220.724,45	1.951.825,94	336.018,08	28.114,27	5.697,00	168.180,00	0,00	4.730.889,16
4	Alagoinha	3.667.288,28	1.019.547,25	197.452,14	61.966,64	100.905,13	629.033,29	0,00	1.658.383,83
5	Aliança	8.333.836,90	3.454.196,88	73.441,18	238.757,67	45.364,45	142.768,35	0,00	4.379.308,37
6	Altinho	5.294.776,71	2.003.920,14	2.814.518,14	93.260,88	10.127,01	123.438,28	0,00	249.512,26
7	Amaraji	5.226.385,19	1.992.038,52	3.091.403,48	0,00	142.943,19	0,00	0,00	0,00
8	Angelim	3.911.543,54	2.389.366,12	899.999,34	15.170,00	16.530,00	25.500,00	0,00	564.978,08
9	Araçoiaba	5.773.011,94	1.614.608,94	1.059.967,32	84.102,72	0,00	0,00	0,00	3.014.332,96
10	Barra de Guabiraba	3.042.526,53	856.303,14	49.195,70	55.064,76	32.692,69	580,00	0,00	2.048.690,24
11	Belém de Maria	2.586.357,93	1.052.763,29	61.184,75	0,00	57.620,87	1.800,00	0,00	1.412.989,02
12	Belém de São Francisco	6.275.315,36	4.580.668,84	474.146,75	0,00	62.472,50	73.073,44	0,00	1.084.953,83
13	Betânia	2.915.755,05	1.493.373,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.422.381,28
14	Bodocó	7.888.307,29	981.895,65	801.893,16	0,00	80.929,51	0,00	0,00	6.023.588,97
15	Bom Jardim	8.393.630,53	6.098.076,13	1.717.220,71	0,00	6.271,00	0,00	0,00	572.062,69
16	Bonito	8.192.251,97	2.508.433,66	3.091.501,17	176.329,37	67.468,14	126.237,22	0,00	2.222.282,41
17	Brejão	2.867.030,51	1.819.947,73	956.505,22	0,00	90.577,56	0,00	0,00	0,00
18	Brejinho	2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00
19	Brejo da Madre de Deus	##########	3.672.690,40	3.976.552,16	100.935,37	74.263,21	77.663,51	0,00	2.888.676,87
20	Buenos Aires	3.274.230,25	752.577,13	2.453.360,25	16.785,50	0,00	51.462,37	0,00	45,00
21	Cabrobó	9.779.430,62	2.600.588,16	3.295.552,77	236.088,82	9.944,84	104.776,22	0,00	3.532.479,81
22	Cachoeirinha	5.847.751,04	1.989.565,19	2.238.356,93	140.721,20	57.130,84	108.029,49	0,00	1.313.947,39
23	Caetés	7.275.772,54	1.822.049,96	5.147.234,77	7.805,00	59.568,00	87.680,00	5.780,12	145.654,69
24	Calçado	3.108.439,63	2.937.149,50	0,00	0,00	3.181,81	0,00	0,00	168.108,32
25	Calumbi	1.686.704,27	1.597.126,45	63.144,67	0,00	7.079,54	19.353,61	0,00	0,00
26	Camocim de São Félix	3.831.935,92	2.279.945,27	1.353.796,88	68.761,30	83.400,33	44.647,14	0,00	1.385,00
27	Camutanga	3.083.802,35	1.182.753,46	1.872.399,65	0,00	1.400,00	27.249,24	0,00	0,00
28	Canhotinho	6.381.409,23	2.856.610,34	2.377.221,01	130.060,15	1.330,00	154.625,81	0,00	861.561,92
29	Capoeiras	6.007.146,89	1.697.498,28	367.113,40	186.013,41	2.051,04	103.861,32	0,00	3.650.609,44
30	Carnaíba	5.315.515,77	1.712.103,71	1.933.830,53	0,00	304.230,70	342.073,67	0,00	1.023.277,16
31	Carnaubeira da Penha	4.227.627,30	1.243.105,28	1.393.853,10	0,00	0,00	0,00	226.348,43	1.364.320,49
32	Casinhas	4.697.767,00	3.489.570,00	1.160.843,00	0,00	1.262,00	46.092,00	0,00	0,00
33	Catende	7.752.514,24	3.258.032,32	1.329.008,58	195.026,45	5.348,90	148.985,85	2.969,00	2.813.143,14
34	Cedro	3.279.469,22	2.712.078,94	518.318,48	0,00	49.071,80	0,00	0,00	0,00
35	Chã de Alegria	3.541.283,78	0,00	2.983.196,98	161.401,50	66.876,45	0,00	329.808,85	0,00
36	Chã Grande	7.016.904,21	1.561.261,35	1.909.236,29	124.571,30	580,72	105.530,07	0,00	3.315.724,48
37	Condado	6.525.895,73	2.076.408,56	4.256.039,44	23.802,50	29.409,94	126.163,52	0,00	14.071,77
38	Correntes	5.150.624,20	3.390.708,07	1.656.514,66	0,00	91.693,47	11.708,00	0,00	0,00
39	Cortês	4.387.337,57	4.024.908,36	201.876,41	74.620,00	81.222,30	4.682,50	28,00	0,00
40	Cumaru	5.091.672,12	1.128.966,06	3.672.479,66	30.180,00	386,86	67.520,00	0,00	192.139,54
41	Cupira	3.611.735,63	2.304.823,41	650.328,14	131.525,68	35.591,98	96.717,11	392.749,31	0,00
42	Dormentes	4.316.362,32	1.961.512,79	2.350.818,03	0,00	0,00	4.031,50	0,00	0,00
43	Exu	7.881.552,05	5.150.762,39	1.518.427,13	0,00	190,00	138.666,02	0,00	1.073.506,51
44	Feira Nova	5.694.370,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.694.370,98
45	Ferreiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	Flores	5.799.610,75	2.449.630,54	1.208.369,40	0,00	541.138,14	146.548,23	0,00	1.453.924,44
47	Frei Miguelinho	3.640.014,10	1.555.404,96	402.738,75	184.417,91	35.004,35	81.272,28	0,00	1.381.175,85
48	Gameleira	6.319.946,90	2.169.529,54	0,00	0,00	0,00	180.906,62	0,00	3.969.510,74
49	Glória do Goitá	7.106.858,10	1.678.926,31	2.676.786,57	0,00	320.545,03	157.343,86	0,00	2.273.256,33
50	Granito	2.312.763,21	1.697.116,77	578.099,10	0,00	37.368,34	179,00	0,00	0,00
51	Iati	4.725.442,80	3.152.900,57	1.468.155,94	0,00	65.436,89	38.949,40	0,00	0,00
52	Ibimirim	7.888.142,37	3.356.150,93	795.415,93	136.880,17	1.992,00	75.493,80	0,00	3.522.209,54
53	Ibirajuba	2.157.361,39	682.624,32	206.812,42	46.798,20	0,00	65.264,87	0,00	1.155.861,58
54	Igarassu	##########	4.323.727,60	6.975.670,71	0,00	0,00	0,00	0,00	285.409,02
55	Iguaraci	3.191.600,81	1.582.594,66	1.012.261,44	0,00	24.506,21	50.407,15	0,00	521.831,35
56	Inajá	3.941.141,93	3.941.141,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	Ingazeira	2.336.324,39	369.070,50	1.913.790,89	0,00	22.933,33	30.529,67	0,00	0,00
58	Ipubi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Itacuruba	3.404.225,92	208.011,85	0,00	44.889,72	6.395,82	7.385,51	0,00	3.137.543,02
60	Itaíba	5.934.794,09	5.589.764,74	211.791,03	0,00	14.082,11	93.720,52	25.435,69	0,00
61	Ilha de Itamaracá	5.282.458,92	1.062.454,27	199.016,84	0,00	50.525,33	116.477,18	0,00	3.853.985,30
62	Itapetim	4.080.397,77	1.315.221,93	965.051,75	0,00	37.595,00	85.382,96	0,00	1.677.146,13
63	Itaquitinga	6.285.804,59	6.068.863,37	20.006,97	0,00	56.620,30	140.313,95	0,00	0,00
64	Jaqueira	771.646,88	729.137,66	9.863,00	0,00	0,00	32.646,22	0,00	0,00
65	Jataúba	5.442.439,48	1.536.484,89	2.911.543,61	48.169,20	14.699,99	44.670,90	0,00	886.870,89
66	Jatobá	4.670.332,46	4.249.310,10	265.022,16	1.017,60	2.457,00	106.995,80	179,80	45.350,00
67	João Alfredo	7.437.455,04	2.987.561,21	783.336,45	0,00	436,00	126.441,70	0,00	3.539.679,68
68	Joaquim Nabuco	5.146.496,62	1.307.167,25	302.246,30	232.355,25	33.812,93	12.947,50	0,00	3.257.967,39
69	Jucati	2.813.125,88	941.187,56	138.856,00	79.035,21	46.681,13	4.930,00	0,00	1.602.435,98
70	Jupi	4.126.167,32	4.025.566,33	1.841,00	0,00	38.479,86	60.280,13	0,00	0,00
71	Jurema	3.790.535,38	1.197.685,86	1.116.086,76	49.268,50	7.931,97	70.409,72	0,00	1.349.152,57
72	Lagoa do Carro	4.799.024,09	1.455.933,98	3.097.004,79	16.513,00	0,00	99.621,77	9.856,00	120.094,55
73	Lagoa do Itaenga	7.241.345,06	2.725.682,18	4.295.254,94	0,00	3.330,00	217.077,94	0,00	0,00
74	Lagoa do Ouro	4.088.897,34	3.497.031,52	502.452,11	0,00	18.326,72	71.086,99	0,00	0,00
75	Lagoa dos Gatos	3.961.716,66	1.122.808,02	20.406,40	0,00	18.461,68	52.157,22	0,00	2.747.883,34
76	Lagoa Grande	5.624.794,48	213.195,73	4.114.103,82	0,00	0,00	546.122,35	0,00	751.372,58
77	Lajedo	6.823.232,79	2.603.572,48	972.409,40	134.689,05	58.331,52	0,00	0,00	3.054.230,34
78	Macaparana	5.125.920,00	1.718.045,00	3.293.854,00	0,00	809,00	113.212,00	0,00	0,00
79	Machados	3.818.118,00	1.411.586,00	2.368.028,00	0,00	1.100,00	37.404,00	0,00	0,00
80	Manari	3.706.812,81	3.679.272,51	27.540,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	Maraial	2.726.701,58	495.747,26	69.300,00	0,00	5.319,40	38.156,77	0,00	2.118.178,15
82	Mirandiba	4.891.752,66	1.769.264,60	2.302.899,54	0,00	0,00	819.338,52	0,00	250,00
83	Nazaré da Mata	5.967.273,37	2.355.645,85	3.247.223,21	54.228,88	299.259,04	10.916,39	0,00	0,00
84	Orobó	4.921.866,01	2.578.200,57	223.823,23	0,00	4.237,00	126.599,42	0,00	1.989.005,79
85	Orocó	4.322.599,32	356.430,65	966.343,36	0,00	4.915,00	120,00	0,00	2.994.790,31
86	Palmeirina	2.306.699,75	1.102.470,30	25.805,23	25.260,21	13.732,12	38.338,53	0,00	1.101.093,36
87	Panelas	3.846.053,97	1.174.895,10	2.443.348,68	43.742,50	173.472,69	10.285,00	0,00	310,00
88	Paranatama	2.591.396,81	2.478.246,09	65.226,23	0,00	24.234,04	23.690,45	0,00	0,00
89	Parnamirim	6.283.219,80	2.119.827,72	4.001.597,04	0,00	40.277,04	121.518,00	0,00	0,00
90	Passira	7.337.306,07	2.846.912,83	4.273.469,40	0,00	2.137,00	0,00	0,00	214.786,84
91	Pedra	5.668.632,80	2.481.483,11	2.328.148,59	65.251,77	870,00	159.385,31	139.799,44	493.694,58

92	Poção	3.621.813,53	3.036.516,50	79.607,90	0,00	379.786,11	0,00	125.903,02	0,00
93	Pombos	6.550.455,13	2.398.915,63	1.146.188,70	95.942,00	37.041,25	137.531,15	0,00	2.734.836,40
94	Primavera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Quipapá	7.117.740,50	4.336.678,18	2.441.337,72	169.008,42	43.300,00	127.416,18	0,00	0,00
96	Quixaba	867.830,05	693.034,83	51.690,82	0,00	0,00	32.888,50	90.215,90	0,00
97	Riacho das Almas	5.031.327,87	1.604.316,33	1.450.543,79	121.197,72	162.419,40	118.482,67	34,53	1.574.333,43
98	Rio Formoso	6.860.691,73	1.606.243,34	5.110.345,78	53.415,00	56.706,04	24.678,50	0,00	9.303,07
99	Sairé	3.332.925,01	1.425.780,42	986,50	0,00	63.819,79	0,00	0,00	1.842.338,30
100	Salgadinho	2.262.469,36	594.399,37	1.644.564,09	344,40	0,00	22.177,50	984,00	0,00
101	Saloá	4.054.191,13	3.836.462,54	0,00	59.008,27	3.864,85	49.302,63	0,00	105.552,84
102	Sanharó	5.185.985,34	1.562.853,04	973.537,25	0,00	2.529,65	86.655,65	308.386,00	2.252.023,75
103	Santa Cruz	4.951.109,21	0,00	4.951.109,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Santa Cruz da Baixa Verde	3.369.606,03	2.695.540,99	545.958,34	0,00	20.779,18	97.773,14	0,00	9.554,38
105	Santa Filomena	4.227.907,58	0,00	4.139.389,60	0,00	74.077,58	0,00	0,00	14.440,40
106	Santa Maria do Cambucá	3.082.029,21	291.663,16	2.690.308,38	0,00	0,00	100.057,67	0,00	0,00
107	Santa Terezinha	2.984.966,28	2.759.601,62	10.154,59	137,00	131.749,82	0,00	0,00	83.323,25
108	São Benedito do Sul	2.590.910,97	976.416,96	6.753,60	40.892,96	98.115,78	2.890,00	0,00	1.465.841,67
109	São Bento do Una	##########	3.161.270,99	5.110.303,96	379.024,42	300,00	233.355,18	25.500,00	1.160.251,23
110	São Caetano	7.407.691,63	3.844.551,85	3.005.485,13	326.151,90	1.726,00	200.828,22	28.948,53	0,00
111	São João	6.529.823,76	3.940.659,97	2.439.699,70	0,00	0,00	149.464,09	0,00	0,00
112	São Joaquim do Monte	8.923.890,64	2.791.627,19	3.367.862,44	62.982,16	0,00	102.615,32	0,00	2.598.803,53
113	São José da Coroa Grande	4.423.638,84	0,00	3.901.788,28	225.024,25	9.077,03	129.973,07	157.776,21	0,00
114	São Lourenço da Mata	##########	3.983.692,93	10.230.062,37	72.273,80	454.554,31	0,00	0,00	2.515.857,09
115	São Vicente Ferrer	4.665.250,00	2.894.045,00	1.640.503,00	0,00	53.301,00	77.401,00	0,00	0,00
116	Serrita	4.966.841,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.966.841,98
117	Sertânia	8.910.064,45	3.461.126,91	95.361,23	157.532,58	5.986,00	158.890,55	0,00	5.031.167,18
118	Moreilândia	3.724.446,71	3.724.446,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Solidão	2.157.914,50	1.593.313,78	458.947,81	0,00	0,00	880,00	0,00	104.772,91
120	Tabira	6.253.924,16	600.588,54	4.853.990,06	7.397,02	1.164,50	649.913,31	0,00	140.870,73
121	Tacaimbó	3.022.612,43	1.321.707,59	83.184,98	28.232,54	11.808,60	20.646,47	0,00	1.557.032,25
122	Tacaratu	4.832.537,48	3.835.971,89	629.242,73	0,00	73.214,16	0,00	0,00	294.108,70
123	Tamandaré	6.147.893,91	2.111.184,92	3.749.738,98	32.592,35	5.634,00	208.162,38	0,00	40.581,28
124	Taquaritinga do Norte	4.969.355,06	1.354.886,31	3.402.402,14	53.830,56	40.777,67	117.458,38	0,00	0,00
125	Terezinha	2.355.542,68	1.344.211,02	0,00	0,00	34.985,37	3.135,00	126.578,88	846.632,41
126	Terra Nova	3.171.244,86	2.156.245,82	8.217,00	0,00	0,00	1.375,00	0,00	1.005.407,04
127	Toritama	6.922.647,20	1.347.531,15	3.407.283,16	208.779,00	0,00	174.263,21	0,00	1.784.790,68
128	Tracunhaém	2.806.434,96	1.160.477,87	1.065.649,60	0,00	0,00	49.990,20	0,00	530.317,29
129	Triunfo	3.441.466,63	3.164.512,32	102.164,95	0,00	48.330,24	98.544,40	0,00	27.914,72
130	Tupanatinga	4.748.136,00	4.622.602,07	7.855,00	0,00	34.645,00	83.033,93	0,00	0,00
131	Tuparetama	3.077.016,28	2.784.024,88	42.086,10	114.157,92	54.885,58	11.725,50	0,00	70.136,30
132	Venturosa	5.608.594,37	1.583.426,87	121.237,83	0,00	174,00	86.932,00	0,00	3.816.823,67
133	Verdejante	2.871.538,91	2.140.968,90	0,00	0,00	68.268,21	0,00	18.102,25	644.199,55
134	Vertente do Lério	2.520.837,70	945.112,56	809.283,46	0,00	15.223,50	155.451,12	0,00	595.767,06
135	Vertentes	5.147.883,71	1.518.079,48	2.145.631,49	260.873,31	59.784,67	170.992,41	0,00	992.522,35
136	Xexéu	4.490.836,81	4.317.640,51	92.009,80	0,00	0,00	80.916,50	0,00	270,00

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO L - GASTOS COM SAÚDE POR MUNICÍPIO - 2011

Nº	MUNICÍPIO	SAÚDE	Atenção Básica	Assist. Hospitalar	Suporte Profilático	Vig. Sanitária	Vig. Epidem.	Alim. e Nutrição	Out. Desp. Saúde
1	Afrânio	6.363.911,31	1.981.530,56	2.118.292,97	0,00	7.509,20	63.476,16	0,00	2.193.102,42
2	Água Preta	9.903.460,42	3.704.151,39	3.713.435,16	327.849,07	199.233,98	19.000,45	0,00	1.939.790,37
3	Águas Belas	8.350.273,89	3.278.576,75	2.201.359,17	331.381,39	22.766,38	165.695,69	0,00	2.350.494,51
4	Alagoinha	5.022.294,93	1.423.705,83	910.465,97	106.911,46	53.339,93	144.063,18	0,00	2.383.808,56
5	Aliança	9.430.314,50	2.697.100,95	109.156,00	289.961,74	37.775,62	119.428,01	0,00	6.176.892,18
6	Altinho	5.976.901,17	2.385.244,14	3.011.934,73	92.769,55	5.136,41	158.686,77	0,00	323.129,57
7	Amaraji	6.267.764,47	2.061.063,27	4.022.551,20	16.465,82	0,00	135.116,77	0,00	32.567,41
8	Angelim	4.329.457,47	2.342.382,34	1.125.661,74	6.200,00	18.899,50	35.375,00	0,00	800.938,89
9	Araçoiaba								
10	Barra de Guabiraba	4.030.355,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.030.355,61
11	Belém de Maria	3.198.522,58	1.281.781,04	85.696,80	0,00	70.000,97	0,00	0,00	1.761.043,77
12	Belém de São Francisco	##########	18.639.131,11	572.552,58	0,00	48.118,49	84.615,23	0,00	1.300.419,66
13	Betânia	4.272.486,74	1.954.183,74	9.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.308.943,00
14	Bodocó	8.541.741,57	1.067.057,45	956.510,45	0,00	52.821,89	0,00	0,00	6.465.351,78
15	Bom Jardim	9.104.894,62	6.854.418,85	1.786.840,04	0,00	1.800,00	0,00	0,00	461.835,73
16	Bonito	##########	3.129.776,52	6.024.479,23	175.290,91	82.031,86	173.519,28	0,00	417.224,62
17	Brejão								
18	Brejinho	2.397.860,37	865.989,55	0,00	0,00	52.155,11	38.884,60	0,00	1.440.831,11
19	Brejo da Madre de Deus	##########	2.869.596,99	5.027.327,61	253.059,51	144.850,76	212.734,27	0,00	2.196.581,89
20	Buenos Aires	4.170.506,07	1.084.673,62	2.995.750,94	30.265,80	0,00	56.930,71	0,00	2.885,00
21	Cabrobó	##########	2.914.853,80	4.206.937,50	362.417,95	16.302,31	73.261,13	452.278,21	3.912.813,41
22	Cachoeirinha	6.702.849,37	2.486.897,52	3.331.349,38	181.260,00	108.465,14	93.418,36	0,00	501.458,97
23	Caetés	7.964.535,43	0,00	5.251.148,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.713.386,63
24	Calçado	3.502.884,22	3.188.136,76	33.277,78	0,00	7.239,00	345,00	0,00	273.885,68
25	Calumbi	2.321.319,72	1.812.607,03	507.266,69	0,00	936,00	510,00	0,00	0,00
26	Camocim de São Félix	4.238.172,61	2.042.738,60	1.870.857,84	190.338,50	70.856,68	63.303,54	0,00	77,45
27	Camutanga	3.905.001,95	953.847,40	2.929.524,75	0,00	0,00	20.285,00	0,00	1.344,80
28	Canhotinho	7.081.860,12	3.023.525,71	2.161.721,20	207.572,26	6.518,00	156.767,11	0,00	1.525.755,84
29	Capoeiras	5.859.467,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.859.467,73
30	Carnaíba	5.984.075,91	1.788.573,06	2.590.160,06	0,00	63.338,42	88.313,66	0,00	1.453.690,71
31	Carnaubeira da Penha	4.341.728,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.341.728,35
32	Casinhas	5.547.617,00	2.742.419,00	2.757.443,00	0,00	0,00	47.755,00	0,00	0,00
33	Catende	9.429.175,54	3.539.354,31	1.916.008,07	324.211,98	4.132,29	171.302,83	0,00	3.474.166,06
34	Cedro	4.235.535,93	3.821.768,14	381.416,30	0,00	32.351,49	0,00	0,00	0,00
35	Chã de Alegria	4.229.412,81	0,00	3.463.243,39	155.472,00	75.642,44	0,00	535.054,98	0,00
36	Chã Grande	7.062.367,07	1.781.273,23	1.490.657,28	131.417,86	2.097,61	138.889,22	0,00	3.518.031,87
37	Condado	7.134.424,41	2.218.826,65	4.681.080,55	25.376,70	42.837,36	136.383,60	0,00	29.919,55
38	Correntes	6.236.491,95	4.130.273,83	1.934.867,73	0,00	99.332,35	72.018,04	0,00	0,00
39	Cortês	5.186.071,63	4.588.712,67	231.129,68	31.888,85	97.454,05	11.398,93	0,00	225.487,45
40	Cumaru	5.625.860,48	1.209.033,56	4.311.244,32	37.620,00	3.520,00	64.442,60	0,00	0,00
41	Cupira	7.270.878,16	2.943.475,00	650.073,00	124.903,22	48.822,39	112.708,23	0,00	3.390.896,32
42	Dormentes	6.026.820,47	2.380.928,54	3.295.631,99	0,00	60.646,96	0,00	289.612,98	0,00
43	Exu	9.148.198,79	5.464.873,44	1.598.037,13	0,00	9.130,00	133.160,86	0,00	1.942.997,36
44	Feira Nova	5.837.062,62	1.652.022,67	4.098.873,41	9.703,20	239,00	60.621,94	0,00	15.602,40
45	Ferreiros	3.622.420,19	1.570.009,02	64.935,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.987.475,58
46	Flores	5.683.651,89	2.491.603,76	1.175.093,30	0,00	141.844,82	164.901,36	0,00	1.710.208,65
47	Frei Miguelinho	3.944.905,00	1.519.100,53	515.097,48	184.033,33	26.127,59	92.397,66	0,00	1.608.148,41
48	Gameleira	7.310.941,59	2.329.519,12	123.698,41	0,00	2.267,44	207.777,68	0,00	4.647.678,94
49	Glória do Goitá	7.898.024,47	1.723.602,39	3.827.778,17	0,00	23.755,41	288.207,41	0,00	2.034.681,09
50	Granito	2.799.540,44	2.027.943,40	736.736,36	0,00	34.860,68	0,00	0,00	0,00
51	Iati	6.277.237,10	4.246.253,13	1.936.167,31	0,00	64.219,62	30.597,04	0,00	0,00
52	Ibimirim	8.184.245,24	4.003.348,75	1.235.620,62	231.266,66	794,00	74.826,56	0,00	2.638.388,65
53	Ibirajuba	2.506.737,17	830.570,53	357.204,12	57.356,31	1.800,00	40.936,29	0,00	1.218.869,92
54	Igarassu	##########	15.415.369,18	9.904.333,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050.171,59
55	Iguaraci	3.261.071,79	1.594.782,14	970.586,99	0,00	19.854,67	56.082,28	0,00	619.765,71
56	Inajá	5.560.078,72	5.556.873,82	3.204,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	Ingazeira	3.144.501,46	0,00	2.679.415,80	62.190,05	40.085,33	0,00	362.810,28	0,00
58	Ipubi	##########	9.043.732,93	258.274,35	324.259,42	982.716,96	5.719,40	0,00	93.554,02
59	Itacuruba	3.743.665,30	2.290.270,44	534.296,47	231.959,43	20.275,45	12.585,00	0,00	654.278,51
60	Itaíba	6.751.758,07	6.656.586,92	0,00	0,00	0,00	86.217,90	0,00	8.953,25
61	Ilha de Itamaracá	7.653.588,22	6.615.994,09	230.942,39	72.709,78	70.540,67	330.121,63	0,00	333.279,66
62	Itapetim	5.072.407,06	1.739.413,43	1.214.171,52	0,00	28.139,49	99.969,23	0,00	1.990.713,39
63	Itaquitinga	6.489.026,53	6.097.889,77	144.287,55	0,00	41.893,33	204.955,88	0,00	0,00
64	Jaqueira	3.653.214,57	1.051.874,66	2.427,60	63.629,00	0,00	28.426,24	0,00	2.506.857,07
65	Jataúba	6.173.160,94	1.945.423,70	2.321.680,20	49.142,42	20.812,41	70.144,01	0,00	1.765.958,20
66	Jatobá	6.533.999,84	4.511.524,35	1.924.325,55	6.664,00	3.853,50	76.553,89	0,00	11.078,55
67	João Alfredo	9.435.847,36	3.737.869,85	2.425.683,84	0,00	17.482,47	188.627,15	0,00	3.066.184,05
68	Joaquim Nabuco	5.629.749,69	1.940.551,21	249.340,65	438.676,44	38.502,08	12.492,00	0,00	2.950.187,31
69	Jucati	3.093.382,23	1.098.074,55	175.527,00	91.616,21	37.990,62	0,00	0,00	1.690.173,85
70	Jupi	4.300.965,91	4.078.413,00	0,00	0,00	41.193,34	67.856,60	0,00	113.502,97
71	Jurema	4.474.355,44	1.575.924,30	861.088,85	100.629,59	1.596,50	98.563,93	0,00	1.836.552,27
72	Lagoa do Carro	5.177.440,92	1.284.666,26	3.723.287,94	18.656,40	0,00	99.573,94	15.936,90	35.319,48
73	Lagoa do Itaenga	7.554.727,42	2.004.213,54	5.307.795,25	0,00	2.385,93	240.332,70	0,00	0,00
74	Lagoa do Ouro	4.366.734,47	2.911.544,54	507.045,31	0,00	39.669,00	63.361,10	0,00	845.114,52
75	Lagoa dos Gatos	4.356.874,63	1.588.648,48	126.917,87	0,00	57.981,63	41.862,29	0,00	2.541.464,36
76	Lagoa Grande	6.912.282,58	296.843,23	5.155.306,00	0,00	0,00	757.841,61	0,00	702.291,74
77	Lajedo	7.585.476,92	2.699.143,85	3.714.458,32	147.989,29	65.184,49	202.895,43	0,00	755.805,54
78	Macaparana	5.743.611,00	1.743.135,00	3.880.518,00	0,00	249,00	119.709,00	0,00	0,00
79	Machados	5.285.378,00	1.445.358,00	3.792.850,00	0,00	0,00	47.170,00	0,00	0,00
80	Manari	4.526.680,22	4.486.354,72	0,00	0,00	40.325,50	0,00	0,00	0,00
81	Maraial	3.482.370,63	185.161,00	2.141,80	0,00	0,00	37.039,39	0,00	3.258.028,44
82	Mirandiba	5.066.687,87	2.144.531,55	2.655.954,39	0,00	0,00	263.931,88	0,00	2.270,05
83	Nazaré da Mata	8.037.432,36	2.599.076,24	4.959.627,45	67.372,00	214.315,67	197.041,00	0,00	0,00
84	Orobó	5.793.780,67	2.943.138,08	209.001,05	0,00	3.419,40	176.999,59	0,00	2.461.222,55
85	Orocó	6.108.072,97	651.451,31	1.044.198,35	289.064,00	53.333,87	60,00	0,00	4.069.965,44
86	Palmeirina	3.207.681,97	1.730.166,09	3.475,00	60.785,60	18.332,46	70.991,92	0,00	1.323.930,90
87	Panelas	5.934.771,47	2.135.820,73	3.122.722,90	144.787,04	53.650,10	125.115,73	0,00	352.674,97
88	Paranatama	3.120.788,81	2.995.630,42	80.652,96	0,00	30.494,48	14.010,95	0,00	0,00
89	Parnamirim	6.493.284,25	2.408.427,67	3.922.129,35	0,00	36.870,27	125.856,96	0,00	0,00
90	Passira	8.526.487,00	2.936.784,00	5.153.411,00	0,00	15.239,00	421.053,00	0,00	0,00
91	Pedra	7.058.222,58	3.234.841,02	2.783.893,57	94.271,15	2.905,80	240.452,06	305.451,70	396.407,28

92	Poção	4.034.738,59	3.351.198,57	272.931,20	0,00	410.608,82	0,00	0,00	0,00
93	Pombos	8.066.085,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.066.085,17
94	Primavera	3.906.913,30	0,00	3.155.163,03	131.832,64	4.437,42	306.208,82	0,00	309.271,39
95	Quipapá	7.546.722,46	5.268.856,78	2.088.840,73	65.000,00	31.200,00	92.824,95	0,00	0,00
96	Quixaba	1.252.920,71	936.250,47	151.454,36	0,00	0,00	57.367,86	107.848,02	0,00
97	Riacho das Almas	6.314.229,47	1.952.427,09	1.850.686,04	111.933,04	160,00	276.559,97	0,00	2.122.463,33
98	Rio Formoso	8.068.395,43	1.800.524,74	6.125.694,65	53.785,00	61.095,14	25.990,80	85,10	1.220,00
99	Sairé	4.065.203,98	1.961.657,89	35.820,16	0,00	87.072,21	3.549,17	0,00	1.977.104,55
100	Salgadinho	2.375.315,63	620.669,66	1.588.996,58	2.972,80	0,00	28.733,08	0,00	133.943,51
101	Saloá	4.369.857,64	4.032.839,93	15.131,40	107.650,73	0,00	77.886,89	0,00	136.348,69
102	Sanharó	6.158.196,98	1.892.033,78	1.146.037,94	0,00	90.681,35	0,00	328.457,60	2.700.986,31
103	Santa Cruz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Santa Cruz da Baixa Verde	4.051.553,77	2.986.418,51	740.082,66	0,00	22.697,11	100.675,27	201.680,22	0,00
105	Santa Filomena	2.367.173,12	1.789.806,16	285.869,54	0,00	6.177,00	61.218,90	224.101,52	0,00
106	Santa Maria do Cambucá	3.412.647,38	467.052,16	2.784.946,79	0,00	0,00	106.112,94	0,00	54.535,49
107	Santa Terezinha	3.850.490,73	3.551.115,83	12.002,04	0,00	1.458,00	117.179,53	168.735,33	0,00
108	São Benedito do Sul	3.666.519,03	1.206.116,18	342.532,49	63.396,20	192.239,53	809,76	0,00	1.861.424,87
109	São Bento do Una	##########	3.250.401,97	5.328.911,59	353.441,29	60,00	221.125,71	0,00	1.683.317,42
110	São Caetano	9.158.140,68	4.666.305,85	3.768.821,36	439.299,62	1.321,00	223.035,02	0,00	59.357,83
111	São João	6.885.059,69	3.983.821,58	2.753.175,37	0,00	100,00	147.962,74	0,00	0,00
112	São Joaquim do Monte	9.318.152,15	3.259.545,81	3.967.659,46	71.786,80	900,00	115.345,08	0,00	1.902.915,00
113	São José da Coroa Grande	5.292.004,71	0,00	4.555.605,76	389.858,21	21.482,78	85.365,81	239.692,15	0,00
114	São Lourenço da Mata	##########	6.228.861,56	7.404.170,75	56.719,20	552.940,22	1.000,00	0,00	1.747.267,71
115	São Vicente Ferrer	5.368.189,00	2.362.535,00	2.744.743,00	0,00	5.743,00	94.166,00	0,00	161.002,00
116	Serrita	5.769.217,02	4.619.993,60	0,00	10.639,35	161,00	77.890,92	0,00	1.060.532,15
117	Sertânia	9.809.001,76	2.906.677,99	110.103,70	188.956,78	10.100,12	152.189,98	2.730,60	6.438.242,59
118	Moreilândia	4.308.936,41	4.059.859,19	0,00	0,00	0,00	0,00	249.077,22	0,00
119	Solidão	2.751.522,52	2.038.848,55	657.119,98	0,00	448,00	37.796,58	0,00	17.309,41
120	Tabira	7.288.542,44	2.031.579,69	5.237.858,09	8.773,12	0,00	10.331,54	0,00	0,00
121	Tacaimbó	3.433.303,81	1.433.721,93	14.786,40	57.060,56	75.983,65	6.203,00	0,00	1.845.548,27
122	Tacaratu	5.785.820,40	3.749.657,31	894.776,89	0,00	112.615,39	326.523,81	0,00	702.247,00
123	Tamandaré	8.055.993,45	1.998.538,84	5.729.375,16	43.882,30	1.840,00	212.562,25	0,00	69.794,90
124	Taquaritinga do Norte	6.413.817,73	1.320.088,14	4.765.642,05	57.555,48	53.453,77	137.475,54	0,00	79.602,75
125	Terezinha	2.584.689,71	1.574.379,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.310,38
126	Terra Nova	1.264.358,02	1.122.601,07	0,00	0,00	0,00	1.317,00	140.439,95	0,00
127	Toritama	8.367.726,67	1.553.959,89	3.978.625,80	349.530,50	1.839,46	215.128,84	0,00	2.268.642,18
128	Tracunhaém	3.502.883,75	1.127.731,51	1.347.164,23	0,00	31.404,54	81.088,87	0,00	915.494,60
129	Triunfo	37.225,06	0,00	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	37.085,06
130	Tupanatinga	6.011.832,79	5.881.214,99	0,00	0,00	41.889,42	88.728,38	0,00	0,00
131	Tuparetama	3.510.487,69	3.380.624,35	9.726,42	4.094,10	6.454,35	85.903,25	0,00	23.685,22
132	Venturosa	6.580.899,48	2.022.330,43	1.864.240,33	114.590,81	19.742,58	88.772,96	0,00	2.471.222,37
133	Verdejante	3.203.486,29	2.384.273,54	0,00	0,00	105.041,49	0,00	0,00	714.171,26
134	Vertente do Lério	2.934.796,12	1.473.206,71	737.383,84	5.155,92	2.800,00	127.915,82	0,00	588.333,83
135	Vertentes	6.444.191,07	2.174.749,83	2.482.706,95	190.741,11	60.804,90	270.103,86	0,00	1.265.084,42
136	Xexéu	4.913.390,72	3.468.127,26	1.375.964,15	0,00	0,00	68.274,83	0,00	1.024,48

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO M - IDSUS MUNICÍPIOS - PERNAMBUCO - 2011

Nº	MUNICÍPIO	NOTA FINAL IDSUS	FAIXA IDSUS	Índice de Acesso ao SUS	Índice de Efetividade do SUS
1	Afrânio	4,22	4 a 4,9	3.14	6.92
2	Água Preta	5,23	5 a 5,9	4.68	6.6
3	Águas Belas	3,95	2,5 a 3,9	1.94	8.94
4	Alagoinha	5,61	5 a 5,9	4.73	7.8
5	Aliança	5,52	5 a 5,9	4.72	7.5
6	Altinho	6,26	6 a 6,9	5.79	7.4
7	Amaraji	5,06	5 a 5,9	4.59	6.24
8	Angelim	5,29	5 a 5,9	4.37	7.58
9	Araçoiaba	5,66	5 a 5,9	5.01	7.27
10	Barra de Guabiraba	5,3	5 a 5,9	4.53	7.18
11	Belém de Maria	5,38	5 a 5,9	4.69	7.11
12	Belém de São Francisco	4,74	4 a 4,9	3.4	8.05
13	Betânia	5,08	5 a 5,9	4.21	7.25
14	Bodocó	5,33	5 a 5,9	4.29	7.91
15	Bom Jardim	5,44	5 a 5,9	5.09	6.3
16	Bonito	5,7	5 a 5,9	5.1	7.17
17	Brejão	5,35	5 a 5,9	4.22	8.13
18	Brejinho	5,11	5 a 5,9	4.97	5.45
19	Brejo da Madre de Deus	4,51	4 a 4,9	3.68	6.58
20	Buenos Aires	5,5	5 a 5,9	4.78	7.29
21	Cabrobó	5,19	5 a 5,9	4.26	7.49
22	Cachoeirinha	5,21	5 a 5,9	4.37	7.3
23	Caetés	6,02	6 a 6,9	4.84	8.95
24	Calçado	5,06	5 a 5,9	3.96	7.79
25	Calumbi	5,3	5 a 5,9	4.3	7.76
26	Camocim de São Félix	5,03	5 a 5,9	4.3	6.82
27	Camutanga	5,51	5 a 5,9	4.77	7.35
28	Canhotinho	5,54	5 a 5,9	4.38	8.41
29	Capoeiras	5,48	5 a 5,9	4.29	8.42
30	Carnaíba	5,67	5 a 5,9	5.4	6.36
31	Carnaubeira da Penha	4,9	4 a 4,9	3.74	7.75
32	Casinhas	5,73	5 a 5,9	5.09	7.33
33	Catende	4,63	4 a 4,9	3.84	6.58
34	Cedro	4,87	4 a 4,9	4.04	6.92
35	Chã de Alegria	5,54	5 a 5,9	5.17	6.46
36	Chã Grande	5,26	5 a 5,9	4.7	6.63
37	Condado	5,7	5 a 5,9	4.89	7.69
38	Correntes	5,45	5 a 5,9	4.31	8.27
39	Cortês	5,31	5 a 5,9	4.68	6.88
40	Cumaru	4,64	4 a 4,9	4.16	5.8
41	Cupira	5,39	5 a 5,9	4.75	6.96
42	Dormentes	4,66	4 a 4,9	3.55	7.39
43	Exu	5,16	5 a 5,9	4.35	7.18
44	Feira Nova	5,16	5 a 5,9	5	5.55
45	Ferreiros	5,39	5 a 5,9	4.73	7.02
46	Flores	5,53	5 a 5,9	4.85	7.21
47	Frei Miguelinho	5,33	5 a 5,9	4.69	6.94
48	Gameleira	5	5 a 5,9	4.2	7
49	Glória do Goitá	5,14	5 a 5,9	4.61	6.46
50	Granito	5,69	5 a 5,9	4.59	8.4
51	Iati	5,33	5 a 5,9	4.21	8.11
52	Ibimirim	5,78	5 a 5,9	5.02	7.68
53	Ibirajuba	5,36	5 a 5,9	3.91	8.96
54	Igarassu	5,64	5 a 5,9	4.94	7.39
55	Iguaraci	5,09	5 a 5,9	4.64	6.22
56	Inajá	5,2	5 a 5,9	3.92	8.37
57	Ingazeira	5,76	5 a 5,9	5.7	5.91
58	Ipubi	5,4	5 a 5,9	4.42	7.84
59	Itacuruba	5,42	5 a 5,9	4.75	7.07
60	Itaíba	5,02	5 a 5,9	3.67	8.38
61	Ilha de Itamaracá	5,26	5 a 5,9	4.33	7.58
62	Itapetim	5,69	5 a 5,9	5.42	6.35
63	Itaquitinga	5,43	5 a 5,9	4.66	7.34
64	Jaqueira	5,09	5 a 5,9	4.11	7.53
65	Jataúba	5,65	5 a 5,9	4.51	8.46
66	Jatobá	5,52	5 a 5,9	4.23	8.74
67	João Alfredo	5,24	5 a 5,9	4.7	6.59
68	Joaquim Nabuco	5,22	5 a 5,9	4.65	6.62

69	Jucati	5,19	5 a 5,9	4.36	7.23
70	Jupi	6,07	6 a 6,9	5.19	8.26
71	Jurema	5,1	5 a 5,9	3.99	7.86
72	Lagoa do Carro	5,45	5 a 5,9	5.08	6.38
73	Lagoa do Itaenga	5,02	5 a 5,9	4.6	6.07
74	Lagoa do Ouro	6,31	6 a 6,9	5.48	8.39
75	Lagoa dos Gatos	4,54	4 a 4,9	3.59	6.89
76	Lagoa Grande	4,81	4 a 4,9	3.7	7.57
77	Lajedo	4,92	4 a 4,9	3.66	8.05
78	Macaparana	5,62	5 a 5,9	4.95	7.29
79	Machados	5,29	5 a 5,9	4.75	6.62
80	Manari	4,49	4 a 4,9	2.77	8.74
81	Maraial	4,94	4 a 4,9	3.97	7.34
82	Mirandiba	5,06	5 a 5,9	4.08	7.5
83	Nazaré da Mata	4,88	4 a 4,9	4.19	6.59
84	Orobó	5,84	5 a 5,9	5.34	7.1
85	Orocó	4,2	4 a 4,9	2.79	7.69
86	Palmeirina	5,37	5 a 5,9	4.31	8
87	Panelas	4,87	4 a 4,9	3.82	7.45
88	Paranatama	5,78	5 a 5,9	4.78	8.26
89	Parnamirim	5,84	5 a 5,9	5.13	7.6
90	Passira	5,11	5 a 5,9	4.83	5.8
91	Pedra	5,7	5 a 5,9	4.91	7.65
92	Poção	5,08	5 a 5,9	4.06	7.62
93	Pombos	5,17	5 a 5,9	5.04	5.5
94	Primavera	5,48	5 a 5,9	4.89	6.94
95	Quipapá	4,73	4 a 4,9	3.95	6.64
96	Quixaba	6,33	6 a 6,9	6.44	6.07
97	Riacho das Almas	6,26	6 a 6,9	6.14	6.57
98	Rio Formoso	5,45	5 a 5,9	4.54	7.71
99	Sairé	4,77	4 a 4,9	4.01	6.63
100	Salgadinho	4,44	4 a 4,9	3.73	6.21
101	Saloá	5,37	5 a 5,9	4.53	7.46
102	Sanharó	5,1	5 a 5,9	4.1	7.55
103	Santa Cruz	5,29	5 a 5,9	4.62	6.94
104	Santa Cruz da Baixa Verde	6	6 a 6,9	5.32	7.68
105	Santa Filomena	5,55	5 a 5,9	4.36	8.51
106	Santa Maria do Cambucá	5,62	5 a 5,9	4.98	7.22
107	Santa Terezinha	5,43	5 a 5,9	4.93	6.66
108	São Benedito do Sul	4,1	4 a 4,9	3.06	6.69
109	São Bento do Una	5,23	5 a 5,9	4.31	7.51
110	São Caetano	5,92	5 a 5,9	5.61	6.7
111	São João	5,71	5 a 5,9	4.74	8.1
112	São Joaquim do Monte	5,72	5 a 5,9	5.25	6.9
113	São José da Coroa Grande	5,42	5 a 5,9	4.32	8.14
114	São Lourenço da Mata	4,77	4 a 4,9	3.69	7.45
115	São Vicente Ferrer	5,35	5 a 5,9	4.54	7.36
116	Serrita	5,23	5 a 5,9	4.31	7.49
117	Sertânia	5,04	5 a 5,9	4.28	6.94
118	Moreilândia	5,28	5 a 5,9	4.64	6.84
119	Solidão	5,36	5 a 5,9	5.12	5.94
120	Tabira	5,36	5 a 5,9	5.22	5.69
121	Tacaimbó	5,54	5 a 5,9	4.88	7.18
122	Tacaratu	4,58	4 a 4,9	3.06	8.35
123	Tamandaré	5,88	5 a 5,9	5.12	7.75
124	Taquaritinga do Norte	4,82	4 a 4,9	4.25	6.22
125	Terezinha	5,74	5 a 5,9	4.86	7.93
126	Terra Nova	5,82	5 a 5,9	5.01	7.82
127	Toritama	3,53	2,5 a 3,9	2.29	6.61
128	Tracunhaém	5,18	5 a 5,9	4.5	6.84
129	Triunfo	5,73	5 a 5,9	5.04	7.43
130	Tupanatinga	4,67	4 a 4,9	3.36	7.9
131	Tuparetama	5,44	5 a 5,9	5.43	5.46
132	Venturosa	5,39	5 a 5,9	4.62	7.3
133	Verdejante	5,82	5 a 5,9	5.02	7.8
134	Vertente do Lério	5,88	5 a 5,9	5.61	6.52
135	Vertentes	4,61	4 a 4,9	3.73	6.81
136	Xexéu	5,06	5 a 5,9	4.48	6.49

Fonte: FINBRA / STN

ANEXO N - IDSUS ESTADOS BRASILEIROS - 2011

Nº	ESTADO	IDSUS
1	Santa Catarina	6,29
2	Paraná	6,23
3	Rio Grande do Sul	5,9
4	Minas Gerais	5,87
5	Espírito Santo	5,79
6	Tocantins	5,78
7	São Paulo	5,77
8	Mato Grosso do Sul	5,64
9	Roraima	5,62
10	Acre	5,44
11	Alagoas	5,43
12	Rio Grande do Norte	5,42
13	Bahia	5,39
14	Sergipe	5,36
15	Piauí	5,34
16	Pernambuco	5,29
17	Goiás	5,26
18	Maranhão	5,2
19	Ceará	5,14
20	Distrito Federal	5,09
21	Mato Grosso	5,08
22	Amapá	5,05
23	Amazonas	5,03
24	Paraíba	5
25	Rio de Janeiro	4,58
26	Rondônia	4,49
27	Pará	4,17
	BRASIL	5,47

Fonte: IDSUS

ANEXO O - IDUS ESTADOS NORDESTINOS - 2011

Nº	ESTADO	IDSUS
1	Alagoas	5,43
2	Rio Grande do Norte	5,42
3	Bahia	5,39
4	Sergipe	5,36
5	Piauí	5,34
6	Pernambuco	5,29
7	Maranhão	5,2
8	Ceará	5,14
9	Paraíba	5
	BRASIL	5,47

Fonte: IDSUS

ANEXO P - ÍNDICE ATUALIZADO - 2012

IGP-DI	
dez/07	1,47
jan/08	0,99
fev/08	0,38
mar/08	0,7
abr/08	1,12
mai/08	1,88
jun/08	1,89
jul/08	1,12
ago/08	-0,38
set/08	0,36
out/08	1,09
nov/08	0,07
dez/08	-0,44
jan/09	0,01
fev/09	-0,13
mar/09	-0,84
abr/09	0,04
mai/09	0,18
jun/09	-0,32
jul/09	-0,64
ago/09	0,09
set/09	0,25
out/09	-0,04
nov/09	0,07
dez/09	-0,11
jan/10	1,01
fev/10	1,09
mar/10	0,63
abr/10	0,72
mai/10	1,57
jun/10	0,34
jul/10	0,22
ago/10	1,1
set/10	1,1
out/10	1,03
nov/10	1,58
dez/10	0,38
jan/11	0,98
fev/11	0,96
mar/11	0,61
abr/11	0,5
mai/11	0,01
jun/11	-0,13
jul/11	-0,05
ago/11	0,61
set/11	0,75
out/11	0,4
nov/11	0,43
dez/11	-0,16
jan/12	0,3

Fonte: Banco Central